

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

nº 27

Goiânia-GO
Kelps, 2016

Copyright © 2016 by Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 — St. Marechal Rondon
CEP 74.560-460 — Goiânia — GO
Fone: (62) 3211-1616
Fax: (62) 3211-1075
E-mail: kelps@kelps.com.br
homepage: www.kelps.com.br

Comissão Técnica

Victor Marques

Diagramação e arte da capa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás / Instituto
Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 27 (2016) – Goiânia: Kelps,
2016.

204 p.: il.

ISSN: 2175-1269

1. Goiás – História. I. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
I. Título

CDU: 94(817.3) (05)

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito da instituição. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2016

IHGG – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

SEDE: Rua 82, nº 455, Setor Sul – CEP.: 74083-010

FONE: (62) 3224-4622 / 3224-4941

E-mail: ihgg@ihgg.org

DIRETORIA DO IHGG
Gestão: 2013-2017

Presidente: **Geraldo Coelho Vaz**

1º Vice-Presidente: **Hélio Moreira**

2º Vice-Presidente: **Nancy Ribeiro de Araújo e Silva**

3º Vice-Presidente: **Luiz Augusto Paranhos Sampaio**

Secretária Geral: **Elizabeth Abreu Caldeira Brito**

1º Secretário: **Orlando Ferreira de Castro**

2ª Secretária: **Jacira Rosa Pires**

Tesoureiro: **Waldomiro Bariani Ortencio**

2º Tesoureiro: **Nelson Lopes Figueiredo**

1º Orador Oficial: **Licínio Leal Barbosa**

2º Orador Oficial: **Rogério Arédio Ferreira**

1º Bibliotecário: **Francisco Itami Campos**

2º Bibliotecário: **Iuri Rincon Godinho**

Diretoria de Museu: **Maria Terezinha Campos Santana**

Diretoria de Arquivo: **Antônio César Caldas Pinheiro**

Diretoria da Revista: **Lena Castello Branco F. de Freitas**

Assessoria de História: **Juarez Costa Barbosa**

Assessoria de Geografia: **Horieste Gomes**

Sumário

Apresentação	9
<i>Lena Castello Branco Ferreira de Freitas</i>	

DISCURSOS

Recepção ao sócio titular Wolmir Amado	15
<i>Antônio César Caldas Pinheiro</i>	

Discurso de Posse como sócio titular	23
<i>Wolmir Therezio Amado</i>	

Homenagem aos 100 anos de nascimento do Dr. José Peixoto da Silveira.....	33
<i>Hélio Moreira</i>	

Saudação à Professora e sócia titular, Dra. Nancy Ribeiro de Araújo e Silva	45
<i>Ângela Jungmann</i>	

ARTIGOS

Homo Cerratensis	53
<i>Altair Sales Barbosa</i>	

Os contos telúricos, florindo pelos campos, são pétalas derramadas pelo chão goiano... ..	79
<i>Bento Fleury</i>	

O estado de guerra cala a única voz da oposição goiana no congresso nacional em 1936	103
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	

A atuação dos goianos na mudança da Capital Federal 121
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Padroado Régio e sua influência no celibato sacerdotal 151
Pedro Nolasco de Araujo

CRÔNICAS

Ainda que seja tarde..... 161
Coelho Vaz

Avenidas de Goiânia e quadrilátero histórico de Campinas 164
Bariani Ortencio

Federico Garcia Lorca..... 169
Luiz Augusto Paranhos Sampaio

Os pacotes do Instituto 177
Rosarita Fleury

ATIVIDADES DO IHGG 181

SÓCIOS DO IHGG..... 191

GALERIA DE FOTOS 197

Apresentação

*Lena Castello Branco Ferreira de Freitas**

Ao ensejo da publicação do n. 27 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, ano de 2016 – demorou, mas afinal ficou pronta! – peço vênia para um desabafo que, acredito, traduzirá sentimentos e sugestões há muito presentes entre os que atuam na área da cultura em Goiás.

Há mais de meio século participo de entidades culturais sem fins lucrativos e a elas dedico parte do meu tempo. Nessa longa trajetória, vivenciei momentos de entusiasmo e outros de desânimo, estes decorrentes de expectativas frustradas, quase sempre por falta de recursos financeiros. É quase milagroso o que os dirigentes de instituições voltadas para a cultura conseguem fazer com o pouco de que dispõem.

Entra ano e sai ano, a situação não se altera. Confiando em acenos e promessas de autoridades e políticos, presidentes e membros de academias, institutos culturais e congêneres saem de pires na mão, a pedir o apoio dos poderosos para as instituições que dirigem. São quase sempre bem recebidos, com abraços, cafezinho e água gelada. Até porque os pedintes são professores, escritores, poetas, artistas, produtores e promotores culturais, todos conhecidos do público e dos que dirigem os destinos do município, do estado e do país. Não raro um ex-aluno toma as dores do mestre e resolve ajudá-lo – abençoado seja! Mas os resultados são sempre franciscanos, em termos de valores e de paciência para liberá-los.

* Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Diretora da Revista do IHGG.

O simples dia a dia de uma entidade cultural implica em gastos: energia elétrica, água, papel, tinta, telefonemas, serviços de limpeza custam dinheiro, muito dinheiro. Com raras exceções, institutos, academias e associações culturais – das mais antigas às mais recentes – além das exíguas anuidades dos sócios, não dispõem de outras fontes regulares de recursos que lhes assegure sequer o funcionamento.

Entretanto, entidades dessa natureza – na capital e no interior – prestam relevantes serviços à sociedade. Nelas, guardam-se acervos valiosos de livros, documentos, artes e artesanato; cultiva-se a língua pátria, fortalece-se o espírito cívico, aprimora-se o gosto pelas coisas do espírito; realizam-se simpósios e congressos sobre temas de interesse coletivo; publicam-se revistas e jornais. Seus sócios são muitas vezes convidados a dar palestras em escolas, comemorações e eventos diversos; e o fazem graciosamente, com generosidade e desprendimento.

Claro está que nem tudo são flores, como nem sempre flores adornam e perfumam a humana convivência – mas o saldo da atuação das entidades culturais é positivo. Há quem afirme que as mais tradicionais trazem o ranço do elitismo; e que o dinheiro público deve privilegiar a chamada cultura popular. Parece óbvio que umas e outras não se excluem, mas complementam-se.

O discurso do antielitismo carrega boa dose de preconceito. Toda sociedade precisa e depende de suas elites, ou seja, daqueles que, em suas respectivas áreas de atuação, são reconhecidos como os melhores. Seja na política, seja na economia, seja na cultura. A sociedade espelha-se no que há de melhor na literatura e nas artes. Valorizá-las é valorizar o que há de melhor em cada povo ou civilização.

Certo é que a penúria de algumas das nossas instituições culturais já foi mais dramática, sendo minimizada nos últimos anos com a doação ou cessão de sedes onde atualmente funcionam. Recursos (mínimos) lhes têm sido alocados, sempre à undécima hora, como expressão do interesse iluminado de governantes. Além do que, as leis de incentivo à cultura ensejam a obtenção de recursos de empresas, que assim fazem jus a benefícios fiscais.

Ocorre que esta é também uma forma de peditório, em que o pires é corrido duas vezes: diante do poder público – que aprova ou não o projeto apresentado; e diante dos empresários, na fase de captação de recursos. Há ainda um terceiro momento: o da liberação efetiva do numerário a receber. O que parece desanimador.

É preciso deixar de lado a ideia de que assuntos relativos à cultura devem ser atendidos pela generosidade de governantes convertidos em Mecenas. Apoiar e fomentar a cultura deve ser institucional, via orçamento público, e não “bondade” ou “generosidade” pessoal de quem quer que seja.

A pergunta que não cala é: por que os nossos dirigentes, em todos os níveis, não se dispõem a alocar verbas regulares às instituições culturais de reconhecido mérito e regular funcionamento? Em diversas unidades da federação, leis foram aprovadas, assegurando dotações regulares – ainda que modestas – a instituições dessa natureza. Não será possível estudar seriamente o assunto, conhecer o que existe a respeito e acabar com a prática humilhante de as entidades culturais de Goiás terem de correr o pires para sobreviver?

Peço desculpas por eventual veemência, justificada talvez por certa rabugice e intolerância com a política, a burocracia e quejandos.

Atendo-me à estrita *Apresentação* da nossa Revista, ressalto que a matéria ora publicada é diversificada e instigante, incluindo

discursos, ensaios, artigos, crônicas, noticiário, relação de sócios e fotografias.

Esta é a mais antiga publicação de cunho cultural do estado de Goiás, iniciada em 1940, chegando à atualidade graças ao esforço conjunto de dirigentes, sócios, funcionários e amigos do IHGG. Em seu número atual – assim como nos que o precederam – é possível aquilatar a vitalidade e atualidade da intelectualidade goiana. Para não me estender demasiadamente, sugiro aos interessados que consultem o *Sumário*.

Convido os leitores a conferir a riqueza, diversidade e pertinência da matéria ora publicada.

DISCURSOS

Recepção ao sócio titular Wolmir Amado

*Antônio César Caldas Pinheiro**

É de praxe que os discursos se iniciem utilizando-se o orador do bordão assaz conhecido, e de imodéstia mal disfarçada, de que outro poderia desempenhar-se melhor da tarefa de recepcionar um vulto importante que adentra uma agremiação e ou que esteja sendo homenageado por serviços prestados à sociedade.

É claro que muitos estariam mais aptos que nós e teriam melhor erudição gramatical e estilística para escreverem supina peça oratória. Porém, ante o convite do escritor Geraldo Coelho Vaz, presidente desta Casa, não titubeamos, nem um instante, em aceitar tal incumbência.

Primeiro, por ser natural que o associado que tenha elaborado o parecer quanto à indicação de um novo sócio, seja o que lhe faça a recepção e, segundo, com maior peso para nós, o prazer de recepcionar aquele ao qual nos unem laços afetivos de amizade e reconhecimento pelos obséquios com os quais sempre nos distinguiu e pelo muito que representa o seu trabalho para a sociedade de nosso Estado.

Destarte, ao recepcionarmos, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, o Professor Wolmir Amado nesta

* Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, membro da Academia Goiana de Letras e Academia Itaberina de Letras e Artes.

solenidade de posse como sócio titular desta augusta Casa, fazemo-lo com enorme prazer, ao expor, em breves palavras, seu *curriculum vitae*. Se fôssemos detalhar todas as atividades que desempenhou e os trabalhos que empreendeu, ultrapassaríamos o tempo que nos foi permitido utilizar. O esboço biográfico do novel sócio titular do IHGG demonstra, porém, não somente seus méritos intelectuais e morais, mas sua postura humana e morigerada ante as realidades desafiadoras e contraditórias de nosso tempo.

Wolmir Therezio Amado nasceu na cidade de Paim Filho, Rio Grande do Sul, a 26 de janeiro de 1962, filho de Francisco Cruz Amado e Carmen Umalda Manfredi Amado. Aos 14 anos ingressou na Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, ramo frondoso da família franciscana, quando realizou o Ensino Médio em Veranópolis, no seu Estado natal. Veio para Goiás em 1979, oportunidade em que cursou Teologia em Goiânia e realizou o noviciado no seminário dos frades capuchinhos de Hidrolândia. Sentindo o chamado para uma nova vocação, deixou o seminário em 1985. Em 1989 se casou com a Professora Sueli Maria da Silva Amado, nascendo dessa união os filhos Sarah e Fernando.

Graduado em Filosofia (1983), pela Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Professor Wolmir possui especializações em Filosofia da Religião, pela PUC-MG (1991), e Filosofia Contemporânea, também em 1991, pela UFG. Em 1992 tornou-se Mestre em História das Sociedades Agrárias pela UFG, ao defender dissertação intitulada *A Igreja Católica e a Questão Agrária em Goiás, Década de 50 a meados de 60*, trabalho elogiado pela pesquisa emérita e novidade do assunto, que evoca a ação pastoral de Dom Fernando Gomes dos

Santos, primeiro arcebispo de Goiânia e sua preocupação social, quando ensinou em terras da Igreja Arquidiocesana, uma primeira experiência de reforma agrária.

Este trabalho, com alguma adaptação, foi publicado em 1996, com grande receptividade no meio acadêmico. E é bom que se mencione, pela interessante coincidência, que seu orientador no mestrado foi o padre Luiz Palacín Gomes e a banca examinadora da dissertação contou com a presença do padre José Pereira de Maria. O Padre Palacín é o patrono da Cadeira 13 do IHGG, que teve como primeiro ocupante o Padre José Pereira de Maria, Cadeira na qual toma posse hoje o professor Wolmir Amado.

Ainda na esteira das coincidências, o outro membro da banca examinadora foi a saudosa historiadora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, também sócia titular do IHGG. Digamos, portanto, que temos o homem certo para a Cadeira certa!

O Professor Wolmir Amado ingressou na então Universidade Católica de Goiás, por meio de concurso público para Professor, a 1º de abril de 1986, tendo, também exercido o magistério como Professor de Filosofia na UFG e no Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás. Depois de coordenar na UCG (1987) a área de programas e projetos comunitários, assumiu a Secretaria Executiva da Sociedade Goiana de Cultura (1992-1996), mantenedora da UCG, e se tornou, em 1997, Vice-Presidente da entidade mantenedora. De 1998 a 2000 foi Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos e, em 29 de novembro de 2002, foi nomeado Reitor da UCG.

Sob a sua reitoria e empenho diuturno, a UCG, a primeira universidade do Brasil Central, foi elevada à categoria de Universidade Católica de Direito Pontifício (a sétima do Brasil e 19ª no mundo), e sua administração profícua transformou a PUC Goiás

em uma das principais universidades brasileiras que prima pelo ensino, pesquisa, extensão, promoção humana e ações sociais de grande importância no Centro Oeste do País.

Presidiu, em dois mandatos, o Conselho Regional de Leigos do Centro-Oeste (1992-1998) e, também por dois mandatos, o Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil (1998-2004), organismo eclesial herdeiro da Ação Católica, que tanto contribuiu para a consciência política brasileira.

Em 1996 recebeu da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás o título honorífico de “Cidadão Goiano” (Decreto-Lei nº 12.836) e, em 2006, da Câmara Municipal de Goiânia, o título de “Cidadão Goianiense” (Decreto Legislativo nº 002, de 24.02.2005).

Se uma palavra pudesse definir o Professor Wolmir Amado, essa palavra seria “trabalho”. É incansável e se entrega com todo ardor e perseverança às suas obrigações de homem afeito a grandes desafios, tendo o labor como missão evangélica de transformação das realidades sociais.

Quem acompanha a trajetória de vida do professor Wolmir Therézio Amado sabe que é fidedigno o que falamos, o que se pode comprovar nos lugares pelos quais passou e tem emprestado seu tino de educador e administrador hábil, não se esquivando de, cotidianamente, dar o melhor de si na consecução do desiderato almejado.

A máxima de Virgílio, poeta latino, pode, a contento ser aplicada ao Professor Wolmir: *Labor omnia vincit* – o trabalho persistente vence todos os obstáculos! Quem o conhece sabe, obstáculos são para ele incentivos para trabalhar ainda mais na fiúza de suplantá-los, são trampolins que o fazem dar um salto adiante, ao transformar os entraves e barreiras em caminhos de ascensão.

Administrador de conhecida e louvada competência tem se distinguido à frente de organismos importantes e contribuído com sua inteligência e sensatez para o fortalecimento das entidades às quais vem prestando seus serviços. Tem exercido com proficiência um grande papel de articulador da união das entidades representativas da educação católica e comunitária, no intuito de fazer crescer e se fortalecer o segmento junto à sociedade e às instituições governamentais reguladoras da Educação, sempre com empenho na sua experiência em gestão universitária nessa causa, tanto no Brasil como no exterior.

Foi Presidente da Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas-ABESC, biênio 2006-2007; membro do Conselho de Administração da Federação Internacional de Universidades Católicas-FIUC (eleito em agosto de 2006), como representante da América Latina, e Vice-Presidente do Conselho Superior da Associação Nacional das Escolas Católicas-ANEC; Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-CRUB, biênio 2013/2015; e, atualmente, é membro do Conselho Superior da ANEC (biênio 2014-2017).

É autor dos livros *A Religião e o Negro no Brasil*, 1989; *A Igreja e a Questão Agrária no Centro-Oeste do Brasil (1950-1968)*, 1996; *Nosso Tempo: Questões da Atualidade*, 1997; *Diálogos com a Fé*, 2004; *Diálogos com a Educação*, 2005; *Diálogos com a Filosofia*, 2005; e *Diálogos com a História*, 2005. Possui, igualmente, dezenas de artigos e ensaios publicados em diversas revistas impressas e digitais.

Seus trabalhos no campo da pesquisa histórica em Goiás são excelente contribuição para a historiografia de nosso estado. Sua ação em prol da educação em Goiás e seu empenho na

implementação de projetos, seja no ensino ou na assistência social, tem concorrido para o progresso da pesquisa histórico-geográfica goiana.

Como reitor apoiou, sobremaneira, os trabalhos prestados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, instituição da PUC Goiás voltada para a pesquisa e a preservação da memória da Igreja goiana e não somente da história de Goiás, mas do Brasil Central.

Incentivou a publicação de dezenas de livros referentes à história de Goiás, dando continuidade à coleção “Memórias Goianas”, idealizada pelo escritor e pesquisador José Mendonça Teles, e criou a coleção “Memórias Religiosas”, com sete títulos publicados. Ainda neste campo, criou o memorial João Paulo II, instalado no Campus II da PUC, Dinamizou, outrossim, o Memorial do Cerrado e agenciou para que o Instituto Goiano de Paleontologia e Arqueologia – IGPA fosse enriquecido com o legado de sete toneladas de filmes em película, vídeos, fotos, áudios e cadernos de viagem realizados na Amazônia por Adrian Cowell, durante mais de cinquenta anos.

Um acervo riquíssimo do maior documentarista da Amazônia, reconhecido internacionalmente pelo trabalho que desempenhou e patrimônio documental que construiu. Todo esse cabedal encontra-se agora à disposição dos pesquisadores de todo o mundo na PUC Goiás. O professor Wolmir Amado idealizou e fundou, também, o Museu PUC, referência no gênero para os museus universitários.

Ao término, não podemos deixar de evocar outra feliz coincidência. A posse do professor Wolmir ocorre no dia 04 de outubro, data que a hagiografia católica consagrou como o dia em que

se faz memória de São Francisco, o pobrezinho de Assis, protetor dos animais e padroeiro da ecologia. Sem dúvida uma data especial e cara ao coração do mais novo membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, que desde a infância soube admirar e seguir, aprimorando-se na senda do bem, o caminho luminoso indicado pelo Seráfico Pai São Francisco.

Não é demais ressaltar que o nosso distinto novo associado do IHGG possui uma alma apaziguada e serena. É um homem dotado de grande sensibilidade e serenidade que são visíveis no seu trato humanitário e sem alarde; atributos esses que adornam o seu currículo na consciência sempre descansada pelo dever cumprido em todas as etapas da vida.

Por todos esses fatos, a par do sólido currículo e tantos atributos morais e profissionais que bem demonstram a verve de insigne historiador e perito pesquisador, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás sente-se honrado, Professor Wolmir, em tê-lo entre os seus associados. Sua presença nos quadros do IHGG honrará, sobretudo, seus pares que reconhecem e contam com a certeza de sua contribuição para o engrandecimento desse Instituto e, conseqüentemente, do Estado de Goiás.

Obrigado pela atenção.

PAZ e BEM!

Goiânia, 4 de outubro de 2017

Discurso de Posse como sócio titular

*Wolmir Therezio Amado**

Um dia franciscano...

Hoje, dia 4 de outubro de 2016, é uma data providencial para essa solenidade. No calendário da Igreja Católica é dia em que lembramos de São Francisco de Assis. Esse santo homem, nascido há oito séculos, ainda intriga a humanidade. Seu hábito da cor da argila, seu amor aos pobres, sua fraternidade cósmica e universal, seu modo de irmanar-se a todos os seres, seu despojamento, seu desejo de paz e a sua mística profunda tem muito a dizer para os tempos de hoje. Para um mundo mergulhado no fogo das vaidades, Francisco de Assis aponta para o valor sublime da simplicidade; para os povos que se dilaceram em ódios e guerras, ele é a memória da paz, da ternura e do bem; para os tempos pós-modernos, individualistas e egolátricos, sua vida evoca para a fraternidade; para um modo de viver consumista e destruidor dos recursos naturais, ele é uma poesia de louvor a Deus por todas as suas criaturas. Com razão, o atual Francisco de Roma (o papa) foi buscar em Francisco de Assis a sua fonte de inspiração e de orientação ao seu pontificado.

Em minha família e nos longos anos de seminário, acompanhou-me a formação franciscana; ela entranhou-se em minha alma e plasmou meu modo de ver e de viver a vida. Por isso, hoje,

* Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

esse acontecimento de minha posse no IHGG coincidir com o dia de São Francisco é, para mim, um presente do céu.

O IHGG na história de Goiás

Há quase dois anos, em visita á PUC, o presidente do IHGG Geraldo Coelho Vaz consultou-me sobre a possibilidade de integrar essa Instituição, mediante a observância dos critérios formais de admissão a essa entidade e referendado pelos demais sócios titulares. Senti-me honrado pelo convite e com certa resistência interior. E explico-me sobre esse sentimento.

O IHGG foi fundado em 1932, na Vila Boa de Goiás, a primeira capital desse Estado, por José Honorato da Silva e Souza. Acompanhando a mudança da capital para Goiânia, em 26 de julho de 1938 foi lançada a pedra fundamental da sede própria desse Instituto e no dia 5 de outubro foi inaugurada essa nova sede. Esse prédio, portanto, fala por si. Nessas paredes lateja a história e o caminho civilizatório de um povo, com sua memória e identidade. Aqui ressoa o que nasce de mais belo e profundo das entranhas de nossa placenta cultural. Nesse local fazem eco as gargalhadas da alegria e os gemidos da dor experimentados coletivamente por aqueles que viemos a esse mundo e fomos plantados nessa terra.

Uma nova pertença

Minha admissão, portanto, a esse santuário cultural só poderia fazer estremecer o coração e a meditar sobre os desígnios que me conduziram na vida. Há pouco mais de três décadas cheguei à Goiânia, trazendo apenas uma mala de sonhos e Deus no coração. Era apenas mais um migrante a aportar nessas terras, junto a milhares de outros anônimos que, hoje ainda mais intensamente, jogam-se no mar como refugiados ou atravessam fronteiras após experimentarem os terremotos geológicos e sociais.

Um pedaço de pão para comer e um lugar onde ficar já me eram mais que o suficiente, nessa terra que me parecia distante e desconhecida. Entretanto, ao levantar o olhar mirei em muitos outros olhos e encontrei neles um mistério infinito, que me levou ao encontro, ao relacionamento e à comunhão. Como o caipira de Pirapora, com seu sotaque diferente e sem saber com quais palavras falar, me coloquei a olhar, a olhar, a olhar... Aos poucos, esse olhar tornou-se um “ver socrático”(theorein), capaz de enxergar e de compreender. E logo se transformou em confiança de entrega, mãos de trabalho, pés a caminhar, inteligência a pensar e coração aberto para amar. Apenas isso me habilita a ingressar nesse Instituto, com um corpo adensado pelos valores de Goiás e com gratidão a Deus “pelo que fiz daquilo que fizeram de mim”(Sartre).

O senso da perenidade

Não bastasse a honra da pertença, há no IHGG o mesmo que ocorre no âmago de todas as grandes instituições de nossa civilização: um senso estruturante de perenidade. Por isso, é preciso sentar-se em cadeiras, com direito a patrono e a antecessores. Assim, como que obedecendo a um código de memória, perpetuamos na cultura regional e universal as personalidades e suas obras; mas, sobretudo, perpetuamos o testemunho, as causas e o itinerário de um passado a ser reinventado para o futuro. A cadeira n. 13, a mim designada, tem como patrono o Pe. Luis Palacín Gomes e como seu primeiro titular o Pe. José Pereira de Maria.

O patrono da cadeira n. 13

Pe. Luis Palacín Gomez nasceu em Valladolid, na Espanha, no dia 21 de junho de 1927. Era filho de Agustin Palacín e de Adelina Gómez. Coursou a Educação Básica no Colégio São José, em Valladolid. Ingressou na Companhia de Jesus no ano de 1944,

com 17 anos de idade. No ano de 1951 concluiu o curso de Filosofia, na Universidade Jesuítica de Comillas; em 1954, graduou-se em História pelas Universidades de Salamanca e de Santiago de Compostela; em 1958 formou-se em Teologia, novamente pela Universidade de Comillas. Doutorou-se em História Moderna, no ano de 1967, pela Universidade Complutense de Madri. E em 1972 defendeu a sua tese de livre docência, na Universidade Federal de Goiás.

A missão jesuítica em Goiás: atuar na Educação Superior

Em 1958 o Pe. Luis Palacín veio para o Brasil. Na Fazenda Três Poços, próxima a Volta Redonda, concluiu a sua última etapa de formação jesuítica. Depois, em 1960, foi ordenado padre, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Em seguida, seus superiores o enviaram para a comunidade dos padres jesuítas que residiam em Goiânia. Convidados por Dom Fernando dos Santos para residirem na recém criada Arquidiocese de Goiânia, aqui, os padres jesuítas haviam fundado algumas das primeiras faculdades da nova capital de Goiás. Finalmente, em 1959, foi criada a Universidade [Católica] de Goiás, por decreto assinado pelo presidente da República Juscelino Kubitschek, no Rio de Janeiro, então capital federal. Durante vinte anos os jesuítas dirigiram a Universidade Católica de Goiás. Construíram sua residência dentro do campus da Universidade e dedicaram integralmente suas energias e talentos para edificar essa Instituição de Educação Superior. Pe. Luís Palacín está situado nesse macrocontexto. Era um jovem padre e estava intelectualmente preparado para compor e auxiliar numa missão mais ampla da Companhia de Jesus. Sua vinda a Goiás está inserida no projeto educacional dos jesuítas para esse Estado.

Embora a missão principal dos jesuítas em Goiânia fosse a de estruturar e consolidar a recém criada Universidade Católica,

o Pe. Palacín também ingressou na Universidade Federal de Goiás, criada em dezembro de 1960. Para uma capital ainda bastante nova, com uma população de 50 mil habitantes, quase tudo estava por se criar ou consolidar. Por isso, não obstante algumas tensões iniciais, a Universidade Católica e a Universidade Federal cresceram juntas, compartilharam terrenos, emprestavam-se prédios e equipamentos e, principalmente, seus professores geralmente atuavam em ambas as instituições. Também sob esse contexto é que está situada a inserção e a marcante atuação do Pe. Luis Palacín na Universidade Federal de Goiás.

O encanto de uma personalidade

Pe. Luis Palacín escreveu 11 livros, mais 4 em co-autoria. Também publicou dezenas de artigos em revistas especializadas. Nunca precisei comprar as suas obras. Ele me presenteou todas, com direito a dedicatória. Naquela fase da vida, com poucos recursos, tudo era difícil para mim. Cheio de generosidade, todas as tardes em que ele tinha aulas no mestrado de História, no campus 2 da UFG, saía com seu fusca da Casa da Juventude, onde residia, e passava em minha casa. De Carona, o acompanhava em animadas conversas. Na Vila Nova, uma rápida parada para ele comprar o alpiste aos seus passarinhos. E, com frequência, no retorno, após as aulas, passava pela editora da UFG para ver sobre a quantidade que ainda restava de suas obras. No intervalo, era a minha vez de pagar o lanche. Em nossas conversas, talvez pela sua confiança e recíproca identificação, falava acaloradamente sobre temas da Teologia da Libertação. Às vezes, tamanha a sua empolgação na conversa, eu precisava lhe recordar de voltar a segurar o volante do carro.

No belo artigo escrito por Lena Castello Branco (*Padre Luis Palacín, o amigo e o historiador*), com perspicácia e ternura essa grande historiadora observa que o Pe. Palacín era “tímido, irônico

e de fino senso de humor”, além de seus “olhos vivos”, que revelavam “inteligência e perspicácia”. A essa percepção eu acrescentaria sua profunda sensibilidade poética, sua admiração e frequentes referências a vida dos santos, seus esquemas mentais e seu método marcados pela lógica aristotélica, seu intenso trabalho levado com humor e leveza, suas contrariedades externadas com discrição, seu gosto pelo xadrez, pelo tênis e pela pescaria, seu compromisso com as atividades pastorais e sua vida de oração, sua coerência de vida e a observância dos seus votos religiosos.

O ministério sacerdotal

Além da intensa atividade acadêmica, Pe. Palacín sempre exerceu o seu ministério sacerdotal. Na Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Goiânia consta o registro da atuação pastoral do Pe. Luis Palacín nos seguintes locais: a partir de 1961, atuou como capelão da Escola Finsocial, de Goiânia; em 1964, exercia o seu ministério na Paróquia São Francisco, em Goiânia; em 1979, foi pároco da Paróquia Santa Luzia, em Aragoiânia; de 1985 em diante, foi vigário cooperador da Paróquia Divino Espírito Santo e Jesus de Nazaré, em Goiânia. Ministrava aulas e pesquisava durante todos os dias úteis da semana. Aos sábados e domingos, principalmente, dedicava-se integralmente ao trabalho paroquial. Na paróquia, rezava missas, pregava, batizava, ministrava os sacramentos e acompanhava integralmente a vida paroquial, assumindo responsabilmente o seu ministério ao povo que lhe era confiado. Talvez, sobre seu ministério pastoral, com poucos registros, ainda reste uma lacuna biográfica a ser preenchida.

Em Goiás, o empenho pela historiografia

A dissertação de Rogério Chaves da Silva sobre o Pe. Luís Palacín (O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luis

Palacin sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen) o considera, com razão, como um historiador que se fez história ao empenhar-se pela “ciência da história” em Goiás. Pe. Palacín adentrou nos arquivos, muitos ainda com precária organização; manuseou documentos, visitou monumentos, ouviu testemunhas oculares. Tinha um apego metódico pela pesquisa empírica e, com frequência, manifestava-se inconformado com livros que estavam no topo das listas dos mais vendidas, porém, que eram eivados por afirmações sem fundamento em documentos de fonte primária. Talvez, se ainda fosse vivo, ele iria rir-se ao ouvir a expressão “historiografia palaciniana”. É uma expressão justa e merecida. Sua produção intelectual ainda será revisitada por muitas décadas. Sua pesquisa historiográfica demarca as origens de um novo fazer histórico em Goiás. Traz consigo diversas fases epistemológicas, metodologias novas, chaves hermenêuticas e conceitos que suscitam novas óticas e enfoques. Por isso, sem o risco da precipitação, serenamente se pode dizer que o Pe. Luis Palacín demarca um antes e um depois no modo de produzir as narrativas históricas, em Goiás.

Há 25 anos atrás, quando defendi minha dissertação de mestrado, não podia sequer imaginar que o meu orientador seria, um dia, o patrono a quem deverei remeter-me para sempre. Temos na PUC, mais precisamente no IPEHBC/ Instituto de Pesquisa e Estudo Histórico do Brasil Central, 25 caixas de pertences do Pe. Palacín. Se Deus me permitir, desejo fazer um “Memorial Pe. Luís Palacín”, a fim de transmitir aos historiadores das gerações vindouras sobre a vida e obra desse grande padre jesuíta e importante historiador de Goiás.

Pe. Pereira, o primeiro da cadeira n. 13

Naquele dia de minha defesa de dissertação, estavam na banca a Profa. Gilka Vasconcellos e o Pe. José Pereira de Maria.

Eis que, agora, sou intrínsecamente associado ao Pe. Pereira, como partícipe da cadeira de n. 13 do IHGG. Por isso, cabe-me também evocar-lhe como memória e homenagem.

Monsenhor José Pereira de Maria nasceu em Floriano, no Piauí, em 17 de fevereiro de 1927. Pe. Pereira pertenceu a uma família de 16 irmãos. Seus pais chamavam-se Inês Pereira Maria e Firmino Pereira de Maria. Durante toda a sua vida, sempre manteve um vínculo muito próximo a sua família, principalmente aos seus irmãos e irmãs. Em sua mesa de trabalho, na PUC, mantinha sob o seu olhar um porta retrato com a foto de seus pais. E contava, com frequência, sobre o modo como o seu pai havia enfrentado a doença e a morte.

A formação

Entrou para o Seminário Menor aos 11 anos. A idade, para aqueles tempos psicoculturais, já representava socialmente uma maturidade que o habilitava à decisão própria. Depois, cursou Filosofia no Piauí e Teologia no Seminário Maior, em Olinda.

Padre secular, sua ordenação ocorreu no Seminário Maior da Arquidiocese de Olinda, PE, em 22 de novembro de 1952. Por ocasião de um encontro realizado em Recife, há uns 20 anos atrás, fez questão de visitar Olinda, quando visivelmente saudosos, percorreu e recordou com muitas histórias sobre os locais em que um dia estudou, se formou e foi ordenado padre.

O intenso ministério sacerdotal

No dia 20 de janeiro de 1953 foi indicado vigário coadjutor da Paróquia de São Pedro de Alcântara, onde permaneceu até maio de 1958. Foi nomeado, depois, como professor no Ginásio Santa Teresinha e na Escola Normal Regional de Floriano. Daí em diante, sua atividade foi intensa, em sua cidade natal. Deu início

à criação de uma academia de intelectuais. Fundou a Associação de Moços Católicos. Foi eleito Presidente do Ferroviário Atlético Clube e fundou o Jornal Mocidade. Também, em Floriano, junto aos trabalhadores, criou e foi o orientador espiritual do Círculo Operário São José. Além do município de Floriano, também exercia o seu ministério sacerdotal nos municípios de Jerumenha, Bertolândia, Landri Sales e Marcos Parente.

A chegada em Goiânia

Em 1959, Pe. Pereira chegou a Goiânia e foi acolhido por Dom Fernando Gomes dos Santos, com quem estabeleceu um estreito vínculo de amizade filial e de mútua confiança. Em Goiânia, logo foi reconhecido pela sua dedicação pastoral, seu amor e dedicação aos pobres, seu preparo intelectual e sua liderança. Na década de 1960, Pe. Pereira morava em uma pequena casa, na Vila Operária, atualmente Setor Centro Oeste. Sob um intenso clima de renovação conciliar, incentivou os movimentos sociais e atuou pastoralmente junto a Juventude Universitária Católica, Juventude Estudantil Católica e Juventude Operária Católica. Foi um intrépido defensor dos direitos humanos e lutou muito pela redemocratização do Brasil.

Atuação acadêmica

Pe. Pereira foi professor da Universidade Federal e da Universidade Católica, desde as origens de ambas as Universidades goianas. De 1966 a 1970, fez a sua pós-graduação em Antropologia, na França, onde defendeu a tese *Participação dos brancos na destruição da sociedade Tupinambá no Brasil, de 1519 a 1743*.

Dentre as muitas atividades exercidas pelo Pe. Pereira, destacam-se: secretário executivo da CNBB/Regional Centro Oeste, Reitor da Universidade Católica de Goiás, Administrador diocesano

na Arquidiocese de Goiânia, Vice-presidente da Sociedade Goiana de Cultura e chanceler da então UCG, hoje PUC Goiás.

Pe. Pereira faleceu na madrugada do dia 25 de março de 2013, aos 86 anos de idade. Uma semana antes de seu falecimento, o visitei na UTI do Hospital Neurológico. Nesse dia, tivemos um diálogo que juntos levaremos para a eternidade.

Nos ombros de gigantes

Pe. Luis Palacín e Pe. José Pereira de Maria, dois grandes homens, vocacionados ao discipulado de Cristo e capacitados com especial inteligência. Tinham personalidades diferentes, e modos de ver e atuar muito diversos. Não vieram a passeio nesse mundo. Deixaram a sua marca e deram uma imprescindível contribuição ao crescimento civilizatório no Estado de Goiás. Sustentados pelos ombros de gigantes, podemos caminhar confiantes rumo ao futuro, honrando os que nos antecederam, na firme esperança de que também a nossa geração possa deixar a sua própria contribuição para a bem da humanidade.

Gratidão

Obrigado ao presidente e a todos os sócios que me acolhem no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Obrigado a cada um dos senhores e das senhoras, que nos honraram com a sua fraterna e solidária presença.

Muito obrigado!

Goiânia, 4 de outubro de 2016

Homenagem aos 100 anos de nascimento do Dr. José Peixoto da Silveira

*Hélio Moreira**

Estou bastante honrado pela convite que a querida Professora Ana Braga me fez para falar nesta sessão em homenagem ao Dr. José Peixoto da Silveira.

É compreensível que muitos dos senhores tenham ficado curiosos para saber a razão do insólito convite; sou forçado a dizer que também eu fiquei intrigado, uma vez que a Professora Ana Braga deveria ser a encarregada deste mister, tendo em vista que tive pouca convivência com o Dr. Peixoto; cheguei em Goiânia em 1966, época em que ele praticamente havia abandonado as lides políticas e as de profissional da medicina.

O impulso que levou a minha confrreira da Academia Goiana de Letras a convidar-me para esta honraria, deve ser debitado à nossa amizade, porém, acredito muito na força do destino e, na procura de outras explicações, me alicerço no fato de sermos, Dr. Peixoto da Silveira e eu, mineiros de nascimento, somos colegas de profissão e, principalmente, pela coincidência de sermos, ambos, membros da Academia Goiana de Letras, tendo ele ocupado a cadeira de numero 24, iniciando, com a sua assunção, a sequência de médicos a ocuparem-na, pois ele foi sucedido pelo querido amigo José Normanha de Oliveira e agora tenho eu a honra de

* Sócio efetivo do IHGG e 1º vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

sucedê-lo; não poderia deixar de registrar, também, minha empatia com dois dos seus filhos: Dr. Flavio Peixoto, a quem admiro pela aguda inteligência e bondade no seu relacionamento com este modesto esculápio e PX Silveira, um dos grandes expoentes da cultura goiana, seu pai, que gostava de fazer citações no idioma inglês, por certo diria hoje sobre PX: “my son is a smart boy – meu filho é um jovem inteligente”.

Dr. José Peixoto da Silveira nasceu na cidade de Cristais, em Minas Gerais, no dia 6 de maio de 1913 e faleceu em Goiânia em 1987; foi casado com a poetisa Galiana Rios Peixoto da Silveira, falecida em 2006. O casal teve oito filhos: Lúcia (escritora e arquiteta), Otávio (administrador de empresas), Flávio (economista, ex- secretário de Governo no município de Goiânia e Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente no governo José Sarney, 1985), PX Silveira (produtor artístico), Maria José (escritora), Maria das Graças (coordenadora de cursos de pós-graduação), Jacinta (taquigrafa da Câmara Federal) e Fernando (poeta). Além destes, a família é composta por 16 netos e nove bisnetos.

Sei que, se necessário fosse, poderia falar por algumas horas a respeito do Dr. Peixoto da Silveira; cansaria os senhores e não conseguiria, pelas minhas limitações, descrever toda a intensidade da sua vida. Procurarei destacar alguns aspectos que considero mais relevantes, com a expectativa de que possa lhes dar uma pálida ideia de quem foi este homem monumental.

Poucos vultos da nossa história, como o Dr. Peixoto da Silveira, puderam repetir, ao final da sua vida, o que disse Rodrigo Otávio, famoso escritor da época do Império: **“A vida só vale quando se a pode viver e viver não é ver passar as horas, no desperdício do tempo, na despreocupação dos sentidos;**

viver é aproveitar, do melhor modo, a hora que vem, passa e não volta”.

Peixoto da Silveira foi um homem de múltiplas e incansáveis atividades, demonstrando com isto a sua personalidade realizadora e de espírito irrequieto; poucos, os da sua geração, realizaram tanto e em tantas áreas do fazer humano, destacarei, se é que se pode, sem cometer injustiça de não se arrolar alguns fatos importantes, apenas algumas das suas realizações na variada gama de suas atividades.

Algumas das suas atuações na política, no sentido “estrito senso”, servem para delinear o seu perfil de homem que não aceitava que as horas passassem, sem que ele embarcasse na viatura do sonho e da aventura. Está registrado nos anais da história política de Goiás a sua presença afirmativa nos diversos postos que ocupou, tanto por deliberação dos eleitores, como cumprindo funções administrativas por indicação das autoridades constituídas: Prefeito de Jaraguá, 1946/47; Deputado Estadual Constituinte e da 1ª. legislatura, 1947/51; Secretário da Saúde no Governo Pedro Ludovico, 1951/55; Secretário da Fazenda no Governo Juca Ludovico, 1955/59; Secretário da Saúde no Governo José Feliciano, 1959/60; Secretário da Educação no governo Mauro Borges, 1961/63; Deputado Federal, 1963/67; Candidato a Governador em 1965, tendo perdido a eleição para Otávio Lage de Siqueira; e finalmente, Conselheiro do Conselho Estadual de Cultura na década de 1980.

Na área médica (formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais em 1938), iniciou na sua profissão em Jaraguá (GO) e na colônia agrícola de Goiás, em Ceres; desde os albores da vida profissional o Dr. Peixoto da Silveira

já dava demonstração de como exerceria, pelo resto da sua vida, a sua profissão: adesão completa aos princípios da ética.

Por ser homem caridoso e de ótimo relacionamento com os pacientes, principalmente para com os mais carentes que sempre o sufragaram nas porfias políticas em que ele tomou parte, principalmente na eleição para governador do estado, quando enfrentou, ao lado do Dr. Pedro Ludovico, uma fortíssima coligação de partidos (UDN, PTB e PSP e toda a máquina de força do governo federal oriunda do golpe de estado de 1964). Faltaram-lhe apenas 4.000 votos.

Inicialmente tentou exercer a especialidade de oftalmologia (havia feito um curso com o famoso Prof. Hilton Rocha de Belo Horizonte), porém, por dificuldades financeiras, não conseguiu adquirir os instrumentos que a especialidade exigia; tendo em vista que havia se decidido a ir para o interior (Jaraguá), resolveu ser clínico geral e cirurgião.

Foi um dos fundadores da Associação Médica de Goiás; participou de inúmeros congressos médicos, tanto no Brasil como no exterior, quase sempre com apresentação de trabalhos científicos e conferências, além de ter sido membro da Sociedade Brasileira de Higiene, com produção de inúmeros trabalhos nesta área.

Foi um dos incentivadores da criação de uma Faculdade de Medicina em Goiás tendo, inclusive, participado da banca examinadora do concurso vestibular da primeira turma de alunos da Faculdade. Revendo seu currículo me deparei com uma passagem que acho oportuno registrar para patentear, mais uma vez, sua visão futurista nos destinos do nosso estado. Em setembro de 1951, bem antes da criação da Faculdade de Medicina, Dr. Peixoto deu uma entrevista ao jornal *Folha de Goiás*

onde, ao lado de tecer comentários a respeito do andamento das obras do Hospital Geral de Goiânia, várias vezes interrompida e que ele acabou por concluir, disse: **Este novo Hospital poderá constituir a base para a fundação de uma Faculdade de Medicina em Goiás!**

Ele foi clarividente; este hospital, hoje Hospital das Clínicas, foi fundamental para a criação da Faculdade de Medicina, pois uma das exigências do Ministério da Educação para aceitar a criação de um curso de medicina, era a necessidade de que a Fundação que iria criar a Instituição, possuísse um Hospital próprio e Peixoto da Silveira tomou todas as providências para a sua completa instalação, permitindo que o estado fizesse o convênio de cessão de uso para a Fundação. Oh tempos!

Dr. Peixoto da Silveira teve, também, grande e profícua atuação na área cultural. Seus discursos nos palanques políticos e em solenidades públicas eram comentados, pela facilidade que ele tinha de ser entendido por todas as camadas da coletividade, o homem culto admirava sua facilidade de linguagem para expor suas ideias, com frases inteligíveis para o homem simples do interior do nosso estado, sem cair na tentação do uso do texto recheado com ditos jocosos, capazes de provocar o riso nas multidões, tampouco o uso de frases carregadas de erros gramaticais, fingindo com isto, ser ele, também, um caipira.

Para um jovem com apenas 22 anos de idade, capaz de escrever frase (vide abaixo) com tamanha maturidade e profundidade cultural, passível de ser subscrita pelos melhores romancistas, era de se esperar que seria, no futuro, um intelectual da escrita e da palavra; ouçam comigo o que ele disse no discurso proferido em homenagem aos inconfidentes – Belo Horizonte, 1935:

Noite. 1789. No céu de Vila Rica, apenas alguma estrelinha trêmula de frio! Nas sombras das ruas, caminham vultos notívagos. Dirigem-se para o casarão afastado. Entram. Fecha-se a porta. Ei-los enfim confabulando em surdina.

Dr. Peixoto da Silveira não desmentiu as previsões, teve intensa atuação na área cultural da nossa região; foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; foi membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, admitido em 1980, quando esta instituição era presidida pelo increditável timoneiro da literatura goiana, o carregador de pianos da cultura, escritor José Mendonça Teles.

Após o seu falecimento, tornou-se o patrono da cadeira de numero 32 desta nossa Instituição, cujo primeiro ocupante é o seu filho, José Peixoto da Silveira Filho, nosso festejado e meu querido amigo PX; foi diretor e constante colaborador da revista do IHGG por muitos anos, tendo conseguido, com as mesmas dificuldades que nós continuamos enfrentando nos dias atuais, ajuda de mecenas da área cultural, pessoas com o mesmo desprendimento que vemos hoje, justiça seja feita, no Governador Marconi Perillo que durante todos estes anos, mesmo quando não exercia o cargo de executivo do estado, participava e continua participando, mensalmente e as suas expensas, com ajuda monetária para nossa combalida instituição.

Publicou mais de vinte livros, cito apenas alguns deles, para abreviar minha presença no pódio – Versos que a gente faz, 1937; Relembrando o poeta Augusto Rios, 1946; Clima e salubridade do planalto, 1953, Auto financiável a construção da nova capital

– Brasília, 1953 e Versos... esquecidos, 1955. Sobre este último, conto-lhes um acontecimento fantástico: Da. Galiana, sua esposa, sem que ele soubesse, coligiu versos e poemas que ele guardava e mandou imprimir 100 exemplares e presenteou-lhe por ocasião do natal de 1955, com a emocionante declaração de amor:

Querido:

Vejo-me sempre em apuros para oferecer-lhe qualquer presente.

Não por ter você de tudo, mas por ser você a melhor criatura que conheço!

Para você, Peixoto, que é tudo para mim, amor, felicidade, minha vida enfim, imaginei algo diferente...

Perdoe-me se não lhe agradar. A intenção foi a melhor!

Que o Natal de hoje e de sempre seja para você de felicidades e alegria são os meus votos.

Sua, Galiana

Ainda na área cultural há de se registrar sua atuação junto ao Conselho Estadual de Cultura, na qualidade de Conselheiro, na década de 1980, além de ter sido membro benemérito da Associação Goiana de Imprensa e membro da União Brasileira de Escritores – secção de Goiás.

Se me fosse pedido para resumir o relato sobre a vida do Dr. Peixoto, como estou tentando fazer com este pronunciamento, teria que patentear minha incapacidade: – não sei onde encontro maior grandeza, sua dignidade que espargiu e acobertou toda a sua família, sua vida de médico e humanista, de político; sua vida cultural, dividida em três vertentes – poeta, historiador e escritor. Na verdade, dentre todas as facetas da sua vida, me

impressionaram, sobremaneira, sua tenacidade para tentar transformar sonhos em realidades e a sua atividade eclética de exercer funções não imagináveis para um médico.

Sua tenacidade eu observei, ao ler o depoimento que ele concedeu no dia 13 de junho de 1984 à nossa querida e inesquecível congreira da Academia Goiana de Letras, Professora Belkiss Spencière de Mendonça, durante sua passagem pelo Conselho Estadual de Cultura e que foi transcrito no livro “Fragmentos do meu tempo”, editado pela sua família em 1997.

Este depoimento, feito de improviso, é uma aula sobre a história política e geográfica de Goiás, onde inclui a medicina, folclore, costumes e desbravamentos do nosso interior e, principalmente, a respeito da sua participação na construção de Brasília.

Ouso fazer uma sugestão à sua família: aquele livro “Fragmentos do meu tempo” deveria ser reeditado, agora com acréscimos de outros depoimentos ali também inseridos (ao Museu do som da Academia Goiana de Letras, além de várias entrevistas por ele concedidas a órgãos da imprensa, especialmente ao jornal *O Popular*) dados e documentos que ele não tinha como apresentar naquela oportunidade, além da memória fotográfica que, com certeza, a família e os amigos têm como fornecer.

Confesso que fiquei orgulhoso com o que li, sinto grande pena não ter tido a oportunidade de me aproximar deste homem naquela época em que a classe médica era tão unida e fraterna. Teria sido fácil e prazeroso!

Se resolverem ouvir minha modesta sugestão, os leitores terão a oportunidade de conhecer, em detalhes, a sua participação como membro da Comissão encarregada da escolha do local onde se ergueria Brasília; saberiam da sua tenacidade, com discursos e publicação de livros, como “A nova capital – Por que,

para que, para onde e como mudar a capital Federal, 1957”, para tentar convencer as forças políticas de Goiás e, principalmente, os representantes federais na área legislativa e executiva, que a construção de Brasília seria a redenção do Brasil.

Ficariam sabendo que o texto que ele publicou nos Arquivos de Saúde Pública em 1953, com o título “Clima e salubridade do planalto”, foi fundamental para que a decisão fosse tomada, como assegura a pesquisadora do CNPQ, Dra. Tamara Rangel Vieira, em tese de doutoramento publicada em 2011.

A conclusão da pesquisadora é lapidar:

Os seus livros contribuíram para esclarecer a opinião pública sobre o sentido da transferência da capital, dissipando dúvidas e incompreensões; na condição de Secretário da Saúde, continua a pesquisadora, foi entrevistado pelo jornal “O Globo” em maio de 1953, quando afirmou: Como médico, conhecedor da região e secretário da Saúde do estado, posso assegurar que são excelentes as condições de clima e salubridade do planalto central.

Não tenho conhecimento de exemplo de sincretismo semelhante na vida administrativa do Brasil do que o fato de um médico exercer a função de secretário da fazenda. Peixoto da Silveira fez esta proeza, foi Secretário da Fazenda no Governo Juca Ludovico (1955/59); este convite deve ter causado preocupação para muitos, porém, os que o conheciam de perto não tinham dúvida a respeito do acerto da decisão do governador. Outros, como eu, que infelizmente não tiveram a oportunidade de conhecê-lo durante aqueles seus anos de efervescência política, encontra a explicação ao ler a proposta orçamentária do Estado para o ano de 1956, que ele preparou e enviou ao governador.

Para não restringir meus comentários apenas à parte literária do documento, que é o campo onde tenho mais liberdade para opinar, diga-se de passagem, uma verdadeira homenagem “A última flor do Lácio”, fui surpreendido pela objetividade do seu conteúdo, normalmente enfadonho para quem não é do ramo; ao iniciar a sua leitura, lembrei-me de alguns romances que li – Não conseguia interromper a leitura.

Peixoto da Silveira, dando vazão aos seus conhecimentos sobre finanças, cita vários autores, tanto brasileiros como estrangeiros, mostrando o quanto ele havia estudado o assunto. Ao citar Ruy Barbosa, como sabemos o primeiro Ministro da Fazenda da nossa república, leva-nos a um passeio prazeroso na companhia daquela genial figura brasileira, para desfrutar de uma verdadeira aula de fluência no mundo dos números.

Neste documento Peixoto da Silveira dá vazão à sua formação cultural, faz citações, sem cair na malha do esnobismo, em inglês, francês e latim para, nas conclusões finais, seguir os passos do mestre Ruy Barbosa, ao conclamar o poder legislativo a se afastar do sistema liberal, muito em voga na época e ajudá-lo a cumprir o mandato de equilíbrio orçamentário.

Como disse no preâmbulo deste pronunciamento, infelizmente não tive o prazer de conviver com Peixoto da Silveira, pedi socorro a alguns amigos que com ele conviveram, para ajudarem-me com informações a seu respeito. Agradeço ao Dr. Geraldo Coelho Vaz, seu grande amigo e companheiro de reuniões no IHGG, Dr. Ursulino Leão, amigo e companheiro de tertúlias acadêmicas, José Mendonça Teles, amigo sincero e que o trouxe para o IHG; era seu vizinho no setor sul.

Peço permissão para transcrever, pelo ineditismo e algumas curiosidades, alguns trechos do depoimento do Dr. Joffre Marcondes de Rezende:

Conheci Peixoto da Silveira quando eu trabalhava na Divisão Técnica da Secretaria da Saúde; era uma pessoa simples e educada e, no cargo, centrou sua administração na resolução dos problemas que surgiam com a assistência médica do interior do estado.

No início do governo de Mauro Borges, tive o privilégio da sua convivência mais próxima, quando trocávamos ideias sobre alguns projetos que estavam sendo desenvolvidos, tendo sido convidado para ajudá-lo a elaborar o Plano de Saúde do Governo; neste plano, segundo sua diretriz, foi dada ênfase ao Serviço Itinerante de Saúde; faziam-se, um médico e um enfermeiro, visitas periódicas a pequenas cidades do interior, utilizando um avião teco-teco como meio de transporte, quando se davam consultas médicas e distribuíam-se medicamentos gratuitamente, principalmente vermífugos, antianêmicos e pomadas para tratamento da sarna.

Os comprimidos antianêmicos possuíam duas cores diferentes, rosa e azul; se usar a mesma cor para ambos os sexos, os homens não tomam o remédio, ensinava ele; a bula do remédio para sarna trazia o modo de usar: 1) tomar um banho pela manhã e só depois usar a pomada, 2) fazer o mesmo durante três dias seguidos, 3) continuar tomando banho pela manhã durante 30 dias; ao ser questionado do por que estes banhos por mais 30 dias, esclareceu – Depois de 30 dias a pessoa vai descobrir que é muito melhor andar limpa.

Era assim Peixoto da Silveira. Até nas pequenas coisas demonstrava a sua inteligência e argúcia, conclui o Dr. Joffre,

acrescentando: “Minha admiração por Peixoto da Silveira era tamanha que me levou a escolher o seu nome para patrono da minha cadeira na Academia Goiana de Medicina, a de numero 7”.

Peço desculpas, principalmente aos seus familiares aqui presentes, se não consegui traçar, como desejava, o perfil desse homem que viveu adiante do seu tempo.

Talvez a incumbência tenha sido maior do que a capacidade do narrador; ao falar sobre o Dr. Peixoto da Silveira, fiz uma viagem ao passado e me permito citar Machado de Assis que disse, antevendo o que iria ser dado a conhecer por Freud: **“nossos dias atuais foram plasmados no nosso passado”**.

Falei sobre reminiscências e estas são como o buquê do vinho elaborado com cepa de uvas de qualidade superior e que inunda nosso olfato. Cada vez que testamos nossa capacidade de descobrir o odor que exala do cálice, sempre iremos descobrir novo perfume. Mesmo que o vinho seja o mesmo e da mesma safra, ele muda de aroma e de sabor com o tempo, as emoções serão sempre outras!

Fiquei emocionado ao escrever este meu depoimento!

Saudação à Professora e sócia titular, Dra. Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

*Ângela Jungmann**

“Os parentes são os amigos que o sangue nos dá; os amigos são os parentes que a alma escolhe”, disse sabiamente Ursulino Leão, quando da comemoração de seus 91 anos de idade.

Nancy Ribeiro é o parente que minha alma escolheu há mais de cinco décadas. Já nos conhecíamos quando fui lecionar na Universidade Federal de Goiás, onde trabalhei sob sua direção na Faculdade de Educação. Diligente, dinâmica, franca, solícita, competente, a Professora Nancy sempre me incentivava a participar das atividades acadêmicas, apoiando-me na realização de meu trabalho docente, convidando-me, inclusive, a ministrar disciplinas em diversos cursos sob sua coordenação oferecidos pela Universidade para capacitação de professores do ensino superior, principalmente das faculdades do interior do Estado, cursos tais como PREMEM, CAPES...

Sua inteligência arguta, sua memória invejável, sua capacidade de resolver problemas, sua coragem ao enfrentar desafios fizeram-me admirá-la e respeitá-la como excelente administradora, que é. Com o convívio acadêmico, pude acompanhar o amadurecimento de sua capacidade cognitiva e cultural, desenvolvida com o estudo sistemático da história da educação, da metodologia

* Membro titular da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás e professora universitária.

da pesquisa histórica, bibliográfica e de campo, aplicada a diversos ramos do saber. Sob sua orientação, com ela partilhei as aulas de Metodologia da Pesquisa Científica dos Cursos de Mestrado em Direito da UFG, em que ela desenvolvia a parte de Metodologia de Pesquisa propriamente dita e eu, a relativa à Redação do Trabalho Científico. Era um trabalho interativo que funcionava muito bem.

Como companheira de trabalho, eu a admirava, respeitava e estimava, entre tantos motivos, por sua sobriedade, por sua discrição profissional e pessoal, por seu senso de responsabilidade, por sua conduta firme e decidida, pela ética de suas atitudes, por sua capacidade de arregaçar as mangas e se entregar ao trabalho com garra, visando não à sua própria promoção, mas à concretização efetiva e eficiente da tarefa encetada. Com ela aprendi que, para ser livre, não basta querer. É necessário querer com atitude, pois Nancy quer e age na realização do seu querer; ela se mobiliza para alcançar a meta traçada. Ela nunca se acomodou no que já conseguira; sempre foi atrás do que ainda não tinha.

Como amiga que nos tornamos durante nossa caminhada, pude, num crescendo, admirar-lhe a lealdade aos amigos, a simplicidade, a doação e dedicação à família, e, sobretudo, a coragem e força com que enfrentou a maior tragédia que pode acontecer a uma mãe: a morte de uma filha amada. Ver falecer em tão poucos dias sua primogênita, a jovem e terna Maria Laudicena, possuidora de rara e angelical beleza, moça inteligente, culta, caridosa, odontóloga voltada ao trabalho social, e, ademais de tudo isso, sua filha dilacerou-lhe o coração, arrancou-lhe a alma. Seu sofrimento foi insano. Chorou, sofreu, ressofreu; fez-se mau o seu sono, triste o seu sonhar. Todavia, Nancy não esbravejou,

não blasfemou, não se lamuriou; refreou o pranto e não se deixou escravizar na lamentação. Quando a dor - ave de rapina - mergulhou em seu coração querendo sugar-lhe também a vida, buscou com vontade férrea libertar-se da terrível perda. Mergulhou nas águas mais profundas de seu coração, e lançou forte sua rede, que se encheu fé e de trabalho: aumentou o número de suas aulas, intensificou sua dedicação ao resgate histórico-cultural de Bela Vista, restaurando-lhe os velhos e abandonados casarões, promovendo o reviver das tradições populares, valorizando-lhe os vultos históricos e intelectuais, incrementando a produção literária da Academia Belavistense de Letras e Artes, que ela criara e tão eficientemente preside. Esta mulher - tempera de aço forjado na dor, na fé e no labor - fortaleceu-se no sofrimento e plenificou-se no amor materno, cheio de carinho e desvelo com que criou os netos.

Os anos passaram, as nuvens se esparramaram no céu de sua vida cheia de atividades. Nancy continuou, sempre firme, sua profícua jornada. Mas a implacável dor a seguia de soslaio e, quando ela menos esperava, atacou-a novamente, dessa vez surrupiando-lhe na surdina o companheiro de caminhada, de lutas, de alegrias, de tristezas, de realizações, de conquistas... Mais uma vez Nancy reprimiu a dor, a tristeza, a amargura da perda. Ergueu a cabeça, deu coragem à filha Adriana e aos netos queridos André, Alexandre e Gabriel para prosseguirem firmes na fé e confiantes no amor, na justiça, na esperança. Por tudo isso, minha alma escolheu Nancy para amá-la como uma das minhas mais queridas amigas, a quem admiro e respeito como mulher forte, decidida, profissional competente, pesquisadora responsável, escritora de mérito.

A obra da Professora Doutora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva basta para comprovar o que dela afirmei, contudo, como mera ilustração, pinço de seu vasto *curriculum vitae* apenas alguns de seus feitos: Graduou-se em Pedagogia e em Direito. Cursou Doutorado na Universidade de São Paulo. Fez curso na Escola Superior de Guerra (ESG). Ministrou aulas em escolas de 2º e de 3º graus e de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Foi Diretora de várias Instituições de ensino, dentre as quais, saliento: Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos, que ela implantou; Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás; Instituto Leopoldo de Bulhões, órgão do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Foi membro e presidente do Conselho Estadual de Educação. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. É presidente do Conselho Estadual de Cultura, cargo que exerce em segundo mandato. É responsável pela fundação da Academia Belavistense de Letras, Artes e Ciências – ABLAC –, da qual é a presidente. Coordena e edita a Revista Perfil Cultural, órgão oficial de divulgação literária, artística e científica da ABLAC, desde sua fundação em 2001. É Vice-presidente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. É autora de livros, artigos e ensaios científicos publicados em diversos órgãos de divulgação de trabalhos científicos.

A Professora Nancy Ribeiro, como se vê, tem vocação para o magistério, para o estudo, para a pesquisa, para o trabalho, para a promoção cultural. E, mais do que isso, sabe apropriar-se dos conhecimentos adquiridos em sua vivência acadêmica, nas pesquisas realizadas, nos cargos exercidos e aplicá-los na sua azáfama diária de profissional dedicada, responsável e

competente. Por isso ela é sempre a pessoa certa no lugar certo. Numa fase da vida em que a maioria das pessoas prefere ficar “com o rosário na mão”, vendo televisão, ou simplesmente num *dolce far niente*, a incansável Professora Nancy Ribeiro continua aceitando desafios, prestando serviços, colaborando nas instituições a que pertence, desenvolvendo, sempre solícita e com boa vontade, tudo o que se lhe pede, como demonstra a sua imensa atividade na presidência da ABLAC e do Conselho Estadual de Cultura, e na AFLAG, em que ela está sempre pronta a ajudar no que for necessário. Como todo sábio, a Doutora Professora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva é simples e humilde; abstém-se sempre de alardear o que projeta ou produz. Quando necessário, não se intimida em pedir ajuda. Sabe solicitar e receber sugestões; e, sobretudo, sabe agradecer (virtude de poucos). Ademais, ela reconhece, como poetou Fernando Pessoa, que “Quem quer passar além do Bojador/ Tem que passar além da dor./ Deus ao mar o perigo e o abismo deu,/ Mas nele é que espelhou o céu.”

Parabéns, confrreira Nancy, pelo seu aniversário e por tudo o que você é, por tudo o que você fez, por tudo o que continua fazendo e pelo muito que ainda fará (tenho certeza).

Deus a abençoe em sua dinâmica e profícua jornada!

Suas colegas aflaguianas a abraçam carinhosamente.

Goiânia, 13 de fevereiro de 2016.

ARTIGOS

Homo Cerratensis

*Altair Sales Barbosa**

Introdução

A expressão Homo-cerratensis foi criada pelo pesquisador Paulo Bertran, para batizar simbolicamente a descoberta feita pelo professor e pesquisador Altair Sales Barbosa do esqueleto humano mais antigo das Américas. O esqueleto pertence a um indivíduo do sexo masculino e foi encontrado dentro do início das camadas Pleistocênicas, em escavação arqueológica realizada na região de Serranópolis-Goiás, com a idade de 13.000 anos antes do presente, após recalibragem do Método Carbono 14.

É importante salientar, que embora seja o esqueleto humano mais antigo das Américas, se trata de Homo-sapiens-sapiens, um dos ancestrais dos índios do Brasil. E, não se configura o vestígio mais antigo da ocupação humana americana. Há outros vestígios não esqueléticos que acusam a presença do homem no Continente Americano em épocas mais antigas.

Com o passar do tempo a expressão Homo-cerratensis passou a designar também o habitante tradicional do cerrado, fruto ou não de miscigenações e troca de conhecimentos entre populações indígenas, portuguesas e africanas.

* Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e professor universitário.

O Berço de Todos Nós

Não existe nenhuma dúvida quando se afirma que o mais antigo ancestral humano, originou a humanidade moderna, viveu na África mais de dois milhões de anos antes dos tempos atuais. Esse meu, seu, nosso ancestral comum se chamava Homo-habilis. Não se sabe ainda se ele já dominava a habilidade de falar. Apesar de verdadeira, dita dessa forma a afirmativa parece simples, mas não é tão simples como parece. Poderemos retroceder muito mais no tempo, na casa de mais de três bilhões de anos e vamos encontrar o ancestral comum de todos os seres vivos da Terra. Entretanto, a reconstituição dessa grande árvore genealógica se mostraria muito fragmentada, porque várias de suas bifurcações são desconhecidas e possivelmente jamais serão. O importante a destacar nesta lógica é que quanto mais avançamos no tempo passado, estamos buscando o caminho da unidade e quanto mais se avança em direção aos tempos modernos nos deparamos com a diversidade.

Todavia, convém ressaltar, que à medida que retrocedemos ou avançamos no tempo, as inúmeras variáveis se tornam mais complexas. Por exemplo, um genealogista com seus parentes próximos é capaz de reconstituir, retrocedendo algumas gerações que formam os pais, avós, bisavós, etc. e encontrar para ele e seus parentes um ancestral comum. Todavia, isto não significa que esse ancestral seja o ancestral de toda raça humana. Para conseguir esta resposta torna-se necessário retroceder muito mais no tempo.

Outra variante a ser considerada é aquela alertada por Dawkins em sua preciosa obra “a grande história da evolução”. Assim ele alerta:

Existe uma diferença reveladora entre árvores de genes e árvores de pessoa. Uma pessoa descende de dois genitores, mas um gene tem apenas um genitor. Cada um dos genes provém ou da mãe ou do pai, de apenas um dos quatro avós, de apenas um dos oito bisavós e assim por diante.

Por isto, qualquer estudo que busque as origens tem que levar em consideração os cálculos e variáveis explicitados pelos geneticistas estatísticos, que trabalham com modelos. Um modelo é a reunião de um ou mais sistemas, portanto, mais uma vez o enfoque sistêmico tem que ser considerado.

Dentro deste raciocínio é possível afirmar que em algum lugar de um passado recente, provavelmente 80 milhões de anos, época em que já existiam mamíferos na Terra, é bem provável que pelo menos um dos nossos ancestrais tenha vivido, ou nós não estaríamos hoje no Planeta. Além disso é perfeitamente possível que existiu um momento na história, em que houve dois animais da mesma espécie, um dos quais se tornou ancestral de todos os humanos, o outro evoluiu para outra encruzilhada, tornando-se ancestral de outra espécie de mamífero moderno.

As Primeiras Peregrinações

Após essas considerações, retomamos o tema de berço da humanidade moderna, e não paira nenhuma dúvida, incluindo os multiregionalistas, que há pouco mais de 2 milhões de anos, nosso ancestral comum vivia na África, com o nome *Homo-habilis* e este continente é sem dúvida o kimberlito de nossas raízes genéticas.

Passados 300 a 400 mil anos, o *Homo-habilis*, havia transformado em uma espécie anatomicamente mais evoluída,

conhecida hoje na literatura antropológica como Homo-erectus. Seu mais antigo esqueleto foi descoberto perto do lago Turkana e data de 1,5 milhão de anos. O fato demonstra que sua origem também é africana. Mas, o Homo-erectus, não ficou restrito somente a esse continente e podemos considerá-lo um ser cosmopolita, pois seus restos fossilizados indicam que viveram na Europa, na Ásia e chegaram até alcançar a ilha de Java. Antes da atual nomenclatura, que juntou todas esses achados no termo Homo-erectus, esse nosso ancestral mais recente que o Homo-habilis tinha várias denominações, dependendo do local, Pithcanthropus-erectus, Sinanthropus pequinenses, Homem de Java etc. Mesmo sem todas as informações intermediárias entre uma espécie e outra, a maioria das especialistas, incluindo o autor desta crônica, afirma que o Homo-erectus viveu até cerca de 250 mil anos atrás e que é ancestral do Homo-sapiens arcaico, cujo fóssil mais antigo foi encontrado na depressão de Afar, na Etiópia e data de 160 mil anos. Embora o fóssil mais antigo como já mencionado tenha sido africano, é quase unanimidade que em locais diferenciados geograficamente da Europa e da Ásia, o Homo-erectus deu origem ao Homo-sapiens arcaico, que ostenta de acordo com a região, pequenas diferenças anatômicas. Entre os exemplos podem ser enumerados: Homo-sapiens de Heidelberg, (Alemanha); Homo-sapiens da Rodesia (África); Homo-sapiens de Dali (China) etc. Esta saída do Homo-erectus da África para outros continentes representa a primeira onda migratória de humanos e foi realizada em levadas intercaladas por intervalos de tempo, relativamente longos.

O Homo-sapiens arcaico, deu origem ao homem moderno, conhecido como Homo-sapiens-sapiens, mas este não é o único

descendente dos arcaicos. Outra espécie de humanos avançados, conhecida como Homo-sapiens neanderthalensis, ou Homem de Neanderthal, também é descendente do Homo-sapiens arcaico, tendo emergido por volta de 150 mil anos na Europa e no Oriente Médio. Fosseis dessa região mostram uma transição gradual do Arcaico para o Neanderthal.

O Homem de Neanderthal, foi contemporâneo dos europeus modernos e viveu até 23 mil anos atrás, quando entrou em competição e foi extinto por grupos de Homo-sapiens-sapiens, oriundos da África e que representam uma segunda leva de migrantes desta região para outras situadas mais ao norte.

O Destino do Segunda Peregrinação

Durante o último estágio da glaciação Pleistocênica denominada pela Geologia Americana de Wisconsin, houve grande rebaixamento do nível oceânico em todas as partes do Planeta, devido à quantidade de água retida no hemisfério norte, notadamente acima do Trópico de Câncer. Esse abaixamento do nível oceânico, foi responsável por mudanças significativas da direção das correntes marinhas, que influenciaram diretamente em mudanças na circulação atmosférica, interferindo dessa maneira em mudanças ambientais no interior dos continentes, que por sua vez afetavam a vegetação e a fauna, levando algumas espécie à extinção e outras a buscarem rotas migratórias que lhes permitissem a sobrevivência. Além desses fatos, o rebaixamento do nível oceânico expôs pontes de ligação entre o sul da Ásia e Austrália, entre a Ásia e diversas ilhas do Pacífico, notadamente a Tasmânia, Indonésia, Java etc.

Grupos de Homo-sapiens-sapiens existentes nessa época, iniciaram processos migratórios intensos, na busca da sobrevivência e de novos modelos de organização espacial. É nesse contexto, que se dá o povoamento inicial da Austrália, a partir do sul da Ásia e de algumas ilhas da proximidade, bem como da Indonésia. Algumas levas de populações do sul da Europa retornam a África. E, no mesmo contexto, populações habitantes do nordeste da Ásia, aproveitando a ponte formada pelo Estreito de Bering, entre a Sibéria e o Alasca, dão início ao povoamento do Continente Americano.

O POVOAMENTO DO CERRADO

Os Ameríndios

Atribui-se o termo Ameríndio a toda população humana nativa e seus descendentes, existentes no Continente Americano antes da chegada de Cristóvão Colombo, em 1492. Colombo de forma enganada denominou esta população de “índios”, pensando haver chegado às Índias. Apesar do engano, o fato não é tão complicado quanto a definição dos descendentes nos dias atuais. Tema aliás que não será enfocado nesta crônica.

É correto afirmar que os primeiros seres humanos que deram origem ao povoamento das Américas, entraram no novo continente enquanto estavam ainda subsistindo à base de plantas e animais selvagens. É tido como certo que eles entraram a pé, provavelmente numa época em que a água do mar, retida nos glaciares, deixava uma conexão terrestre entre a Sibéria e o Alasca. Esta situação ocorreu sempre que o nível do mar

baixava cerca de 50 metros, situação que prevaleceu durante, pelo menos, dois longos intervalos nos últimos 50.000 anos. A mais antiga ponte terrestre existiu entre cerca de 50.000 e 40.000 anos atrás e foi usada por várias espécies de mamíferos do Velho Mundo, incluindo o caribu e o mamute peludo, para invadir as Américas. Após um intervalo de submergência que durou uns 12.000 anos, a ponte reapareceu entre cerca de 28.000 a 10.000 anos atrás. Durante parte deste tempo, entretanto, um contínuo lençol de gelo estendeu-se do Atlântico ao Pacífico, terminando a uma latitude ligeiramente ao sul dos limites políticos atuais entre o Canadá e os Estados Unidos. Com 1.200 metros de espessura, este monstruoso glaciário impediu a passagem do homem ou animais durante 10.000 anos. No decorrer de alguns milênios, antes que os segmentos de Leste e Oeste se fundissem e um corredor se abrisse novamente, a ponte terrestre foi transitável. Aproximadamente há 10.000 anos atrás, o nível do mar elevou-se suficientemente para cobrir o Estreito de Bering e desde essa época o Novo Mundo tem sido atingido somente por água.

É possível que os primeiros povoadores humanos entraram na América aproveitando a ponte que reapareceu entre a Sibéria e o Alasca, no período situado entre 28.000 e 10.000 anos antes do presente. A portanto, como esta migração não foi contínua e foi realizada através de levadas que englobavam grupos pequenos, é provável que esses grupos pertencessem a correntes gênicas diferenciadas.

Embora o conhecimento e domínio tecnológico e o ambiente possibilitasse um sistema cultural muito homogêneo, a distância cronológica entre um povoamento e outro e as novas paisagens ambientais fossem aos poucos imprimindo modificações

tecnológicas nos instrumentos de pedra lascada, estes fatores porém não foram capazes de causar grandes modificações na organização social. É bem possível também, que já devesse existir certa diversidade linguística, entre essas levas de povoadores.

A colonização da América do Norte, por estas populações se deu de forma, que alguma população logrou grande êxito, como a das grandes planícies, por exemplo, mas a colonização de outras áreas, nem tanto e, aos poucos foi forçando uma migração lenta em direção à América do Sul, sempre seguindo rotas migratórias dos animais. É bem verdade que alguns animais migram também do sul para o norte e da América para a Sibéria, um exemplo clássico é o cavalo. Neste sentido é possível afirmar que alguns grupos humanos que chegaram até a América, provavelmente tenham migrado de volta à Ásia, porque tratava-se de uma época de grande instabilidade climática.

Os primeiros ancestrais das populações indígenas que hoje ainda habitam a área do cerrado chegaram a estas regiões, por volta de 13.000 anos A.P. Vieram mediante um processo de levas sucessivas em épocas diferentes. Muitas dessas levas tinham parentesco genético e cultural, outras nem tanto. Entraram na América do Sul pelo do Istmo do Panamá, por volta de 19.000 anos A.P., mas seus ancestrais mais antigos vieram da Sibéria para a América do Norte, por volta de 25.000 anos A.P., utilizando o Estreito de Bering e aproveitando os corredores de migração formados pelo interglacial Illinoian-Wisconsin. É importante assinalar, que essas datas já foram devidamente corrigidas, em virtude da recalibragem do Método do C-14.

Todos são geneticamente pertencentes ao grupo racial mongólico ou mongolóide, que como o próprio nome indica

teve sua origem na região que hoje corresponde à Mongólia. O termo raça é usado pela Antropologia Biológica com a mesma conotação que a Biologia ou a Cladística usam, ou seja, é uma categoria taxonômica, que significa apenas uma variação em uma mesma espécie. Assim, todos os seres humanos conhecidos como Ameríndios, quando chegaram à América, já eram *Homo sapiens sapiens mongoloide* (termo este usado pela Antropologia para designação de raças humanas, assim como caucasóide e negróide).

Embora fossem descendentes de um mesmo tronco racial, já existiam, entre os diversos grupos que aqui chegaram, marcantes diferenciações culturais, refletidas na cultura material, nos sistemas sociais de organização e possivelmente na língua falada. Entretanto, existiam também muitas semelhanças, principalmente no que diz respeito à obtenção de alimentos e na busca de abrigos naturais para se protegerem das intempéries do tempo.

Todos tinham sua economia baseada na caça e na coleta, fato que os obrigava a adotarem sistemas de planejamento social e ambiental eficazes para garantirem sua sobrevivência.

Por volta de 13.000 anos A.P., com o fim da glaciação de Wisconsin, o caminho pelo Estreito de Bering tornou-se inviável. E somente muito tempo depois outras levas de populações alcançam a América através do Pacífico, oriundos da Polinésia, ou se deslocando pela neve através da Groenlândia. Embora os Inuites, como gostam de ser chamados os Esquimós, já utilizassem essa rota em épocas anteriores. Essas duas levas também, pertencem racialmente ao Tronco Mongoloide.

No novo continente, as populações Ameríndias organizadas em pequenos grupos clânicos foram obrigadas a um

isolamento geográfico por longo tempo, fato que contribuiu para aumentar ou fazer surgir uma diferenciação linguística cada vez mais acentuada.

No Brasil Central, o mesmo fenômeno aconteceu. Além das diferenciações linguísticas, sistemas de organizações sociais e ideológicos foram se sedimentando ao longo do tempo, aumentando a diferenciação entre os grupos ou povos.

A maior parte desses grupos, inventou ou incorporou novas tecnologias no seu cotidiano, tais como a cerâmica, as ferramentas de pedra polida e a domesticação de algumas espécies vegetais, desenvolvida localmente ou aprendida por intercâmbio.

Essas novas tecnologias causaram um impacto positivo nessas populações, refletido especialmente pelo crescimento demográfico. O que se constata, como regra geral, e que leva a concluir, com boas razões, é que os primeiros habitantes encontrados pelos brancos nos diversos locais do cerrado foram os que se desenvolveram e se adaptaram nesse local por séculos.

Também não se pode aceitar o argumento de que a colonização do litoral pelos portugueses já tenha afetado os grupos do centro do Brasil, na sua estrutura demográfica e cultural, ou os tenha tornado instáveis antes de os brancos os alcançarem diretamente. O comportamento pacífico dos Goyá, um dos primeiros grupos atingidos pelas Bandeiras, poderia ser indício de que a instabilidade e o conflito ainda não se tinham instalado, como consequência da insegurança, provocada posteriormente pelo branco. As Bandeiras chegaram à região rapidamente em busca de mão de obra, ouro e pedras preciosas, não dando tempo à outra onda de desestruturação atingir o local antes.

Esses contatos diretos dos bandeirantes que ainda encontram as populações plenamente instaladas, com suas aldeias, seus roçados, seus campos de caça e coleta, como haviam sido em épocas anteriores provocam não só uma desagregação social, mas também a diminuição da população por escravização, guerras e doenças. Provocam também a deterioração econômica, com a ocupação de espaços vitais para os cultivos e a pilhagem das roças, a desorganização dos espaços de cada aldeia, levando os grupos à guerra primeiro, contra os arraiais brancos, mas também entre si.

Se fosse possível ter uma etnografia das populações ameríndias no momento inicial do contato realizado pelos bandeirantes, certamente ter-se-ia uma visão mais completa da vida pré-colonial. A imagem que os viajantes e etnógrafos do século XIX oferecem das populações então sobreviventes, com absoluta certeza, é falsa, porque o impacto violento da colonização — primeiro, desestruturando, depois, reestruturando a sociedade, a economia e talvez partes consideráveis da cultura — já havia sido absorvido. Se isso parece verdadeiro para as populações ainda numerosas que assolaram desesperadas os arraiais brancos antes de serem “pacificadas”, é muito mais significativo para populações já reduzidas, que foram aldeadas e completamente aculturadas sob o domínio do colonizador.

Os seus descendentes, que hoje sobrevivem à medida que levam uma vida nas aldeias, devem ter reorganizado mais de uma vez a sua sociedade e a sua cultura com os restos que salvaram do impacto colonial, readaptando-as de acordo com as novas condições e necessidades.

Os Portugueses

Os portugueses que vieram ao Brasil por volta do ano de 1.500, estavam bem mais próximos, culturalmente falando e, possivelmente também geneticamente das populações árabes do que das populações do interior e norte da Europa. A Escola de Sagres, criada pelo Infante D. Henrique, trouxe sua base dos conhecimentos astronômicos, matemáticos e cartográficos desenvolvidos pelos árabes. Essa Escola possibilitou uma revolução nos conhecimentos acerca da cartografia terrestre, bem como no que se refere às técnicas de navegação, incluindo a fábrica de navios até sistemas de orientação em alto mar.

Os primeiros navios portugueses que atracaram as costas do Brasil, traziam populações masculinas de origem portuguesa. Os longos períodos de solidão despertaram nessas populações um grande apetite sexual. Por isso, ao entrarem em contato com as indígenas habitantes do litoral, este fator proporcionou vários tipos de violência sexual contra as mulheres, provocando assim as primeiras formas de miscigenação no Brasil, dando origem a um tipo físico denominado mamelucos.

Intrépidos, atrevidos e corajosos logo a população portuguesa começou a se embrenhar pelo interior do Brasil, buscando o conhecimento para fins exploratórios e índios para escravizá-los, como já acontecia com populações africanas. A relação com as populações indígenas não foi fácil. Isto porque os índios logo entenderam a intenção dos portugueses e perceberam também que suas armas eram ineficazes diante das armas dos encouraçadas invasores. Conhecedores do ambiente, em vez de oferecerem uma resistência duradoura preferiram se refugiar em locais pouco acessíveis, fato que levou os portugueses a desistirem da

ideia da escravidão indígena e voltarem suas vistas para o escravo africano, cujo comércio já estava bem estruturado. Seria menos dispendioso, além de evitar perdas no confronto com os indígenas. Isto não significa que vários grupos de portugueses continuaram nesta linha, fato que contribuía de forma crescente para uma desestruturação social dos grupos indígenas.

Os Africanos Sub-Saarianos

No início da colonização do Brasil, os portugueses sentiram a necessidade de importar mão de obra escrava a partir da África ao sul do Saara, para trabalharem nos diversos afazeres, desde a mineração até edificações. Convém salientar que esta prática era comum nos empreendimentos de toda a Europa Ocidental. E, para isto já havia na própria África, grupos locais, especializados em capturar homens e mulheres nos diversos grupos étnicos espalhados num imenso espaço geográfico, que ia do litoral atlântico até os interiores do continente e, em alguns casos, até o Indico, na costa leste. Portanto, esses caçadores de escravos capturavam tanto quantos e qualquer grupo cultural que conseguissem conquistar e para isso, usavam diversos meios, desde a guerra até a corrupção, compra e subversão de agentes locais.

Os grupos capturados juntavam-se em portos de embarques na costa leste africana, onde eram despachados em navios negreiros. Era comum atribuir a esses grupos o nome do local onde embarcavam. Os mais importantes portos de embarque eram conhecidos como Porto de Senegal, Porto de Gambia, Porto Mina, Porto Vidar, Porto Calabar, Porto de Cabinda,

Porto de Luanda, todos estes situados no Atlântico. No leste da África, também existiam os Portos Lourenço Marques, Inhambane e Zanzibar. Portanto os grupos que vieram ao Brasil tinham pouca ou quase nenhuma relação cultural, com raras exceções, (yoruba, malê) e, pertenciam a correntes gênicas separadas por longo tempo.

Para evitar insurreições, os portugueses separavam os grupos com maior proximidade e os enviavam para atividades em locais distantes. Os Africanos trouxeram muito pouco concretamente falando, em termos de cultura material, mas os modelos desta estavam impressos na sua mente, capazes de serem reproduzidos. Trouxeram também grande conhecimento, não material, provavelmente estruturas de forma completa ou fragmentadas na sua mente. O modelo tribal vivido na África, deu a essas populações uma grande capacidade de logo se adaptarem ao novo ambiente e extrair deste, elementos importantíssimos para sobrevivência. O agrupamento forçado pelos portugueses de pessoas de origem diferentes, logo lhe proporcionou identidade própria. É importante salientar, que no início os navios negreiros traziam sua grande maioria, populações do sexo masculino. Depois começaram a embarcar também mulheres, que ficavam restritas aos empreendimentos no litoral. As mulheres de origem africana começaram a chegar ao interior do Brasil e conseqüentemente ao cerrado no mínimo 150 anos após o descobrimento. Nesse sentido a primeira miscigenação entre povos diferentes, acontece de forma forçada, ou violenta entre portugueses de sexo masculino e indígenas de sexo feminino, dando origem ao já mencionado mameluco.

O GRITO ÉTNICO DE CADA GRUPO

Eu Sou o Índio

Desde que as naus portuguesas chegaram em abril de 1500 ao litoral brasileiro numa enseada batizada com o nome de Bahia de Todos os Santos, cerca de vinte gerações se passaram. Naquela época, nossos ancestrais indígenas já estavam na região central do Brasil há pelo menos quinhentas e cinquenta gerações. Isto significava que no oeste da América do Sul, América Central e América do Norte nós já estávamos há muito mais tempo.

Quando chegamos ao centro do Brasil uma sensação estranha tomou conta de nós: pensávamos que havíamos descoberto o paraíso, tal a opulência de recursos. O cerrado, com seus inúmeros rios de águas cristalinas, repletos de peixes, com seus variados frutos comestíveis, com uma diversidade enorme de animais e ainda com inúmeros abrigos naturais, nos acolheu de forma tão carinhosa que nos coube retribuir esta acolhida com uma grande pitada de carinho cultural e harmonioso.

Chegamos neste ambiente como nômades, caçadores, pescadores e coletores das sobrevivências. Nossas moradias eram os abrigos naturais ou cavernas, locais onde enterrávamos e venerávamos nossos mortos, fazíamos nossas cerimônias e deixamos mensagens gravadas e pintadas nas suas paredes. Mais tarde, com as diversas oportunidades que o ambiente nos oferecia aprendemos a domesticar alguns dos vegetais nativos e nos transformamos em horticultores; com isto, deixamos a moradia das cavernas e passamos a colonizar

os verdejantes vales dessa terra, onde meus avós implantaram grandes aldeões. Mesmo vivendo em áreas abertas ou aldeias, nunca deixamos de visitar os abrigos naturais ou cavernas, nossas antigas moradas, pois sempre respeitamos e reverenciamos a memória dos nossos antepassados.

O futuro chegou mais rápido do que imaginávamos, e o Brasil que se formou com sua ideologia economicista passou sobre nós como um rolo compressor. Fomos estereotipados na forma de vários preconceitos. Até o título de “preguiçoso” nos cunharam, simplesmente porque não aceitávamos o regime da escravidão. Segmentos da sociedade brasileira procuraram nos marginalizar de várias maneiras, incluindo o uso da força. E por isso, tivemos que nos refugiar nos rincões mais escondidos e inacessíveis do território brasileiro.

Entretanto, nossa cultura e identidade com a terra era tão forte que mesmo deixando somente os rastros, ficaram marcas profundas da nossa herança na cultura do povo brasileiro. E, se formos além das aparências veremos que não somente os brasileiros, mas muitos outros povos incorporaram no seu viver cotidiano elementos que a eles legamos.

Assim, aconteceu com o feijão, por exemplo, tão apreciado como alimento desde o Brasil até o Texas; esse vegetal é uma planta da família leguminosae, que foi domesticada por nós, da mesma forma que domesticamos o abacate, o abacaxi, o tomate, o pimentão, a pimenta, plantas estas que foram tão disseminadas pelo mundo que ficamos a imaginar: Como seria hoje a culinária da Malásia sem a pimenta?

Também domesticamos o tabaco, planta da família solanaceae e a usamos em rituais para amenizar nossas dores e

situações de estresse, e que infelizmente afeta todo ser humano, da mesma forma que nossos irmãos do altiplano Andino usavam a coca, para amenizar os efeitos da altitude e para evitar a labirintite causada pela escassez de oxigênio. A sociedade que se formou aproveitou essas plantas e deu a elas outras formas de uso.

Nossos antepassados mexicanos criaram o milho, cruzando dois tipos de gramíneas nativas. Este cereal irradiou com tamanha força e sucesso entre todos os nossos ancestrais das Américas que até a pamonha, que muitos afirmam ser comida típica de Goiás, já era conhecida por nós pelo menos há cinco mil anos. Hoje o milho movimenta parte da economia mundial.

Algumas de nossas bebidas, cremes e doces alcançaram também mercados mundiais, como o Guaraná, nossa bebida energética e refrescante, nossos cremes das palmeiras Açaí, Patauí, Bacaba, Buriti etc., aos quais atribuíamos o nome de semibreba. O creme de Cupuaçu, as Castanhas do Pará, do Caju, do Baru, do Pequi, Amendoins etc., fazem parte de uma imensa listagem da nossa contribuição.

Um dos nossos cremes ficou tão famoso que o mundo até esquece que fomos nós que o criamos. Trata-se do creme da amêndoa do cacauieiro, planta nativa das nossas florestas equatoriais cujo doce hoje em dia é o mais apreciado da terra, e alguns ainda se atrevem a dizer que o melhor chocolate do mundo é o suíço. Quanta falta de conhecimento!

Ensinamos ao mundo a usar o látex da seringueira, planta nativa do ecótono Amazônia e Cerrado. Hoje esta matéria prima movimenta desde nossos corpos pelos solados de nossos sapatos, até caminhões e aviões pelos seus pneus.

Domesticamos batatas, inhames e mais de trezentas raças de mandioca, que hoje é alimento importante na vida de muita gente; ensinamos a consumi-la cozida ou assada e processá-la na forma de tapioca, polvilho, crueira, puba, beijus e dela fizemos o primeiro alimento desidratado da história da humanidade: a farinha.

Ensinamos aos novos colonizadores a consumirem muitas de nossas plantas nativas para saciarem a fome e curarem certas doenças. Assim, a sociedade aprendeu a consumir a Mangaba, o Caju, o Pequi etc., a beber o chá da Douradinha e da Congonha-do-Campo, e a curar a malária usando a entrecasca do Quinino.

Muitos outros segredos vegetais conseguimos ensinar ao novo colonizador que hoje os incorporou na farmacopeia universal. Entretanto, muitos ainda guardamos conosco, não por egoísmo, mas porque a sociedade que se formou à nossa volta nunca se importou em conhecê-los para benefício de toda humanidade. Alguns espertalhões conseguem esses conhecimentos para uso comercial e empresarial, na forma como a sociedade a designa de biopirataria. E assim, através dessa breve narrativa passamos uma rápida visão de como foi a nossa trajetória nessa terra.

Eu Sou o Português

No século XV, há cerca de 500 anos, formávamos uma das mais desenvolvidas nações da terra. Fomos responsáveis pelos grandes avanços da navegação, que permitiram o conhecimento dos mares e a conquista de terras distantes.

Chegamos nesta terra no ano de 1.500. Através da religião e da economia, difundimos nossa arraigada cultura. Divulgamos nossa língua hoje falada pelos brasileiros, nossa poesia, nossas cantigas etc. Em todos os cantos, é possível observar os traços da nossa influência.

Infelizmente nunca entendemos a globalidades das riquezas deste chão, nem sequer percebemos que aqui era o paraíso. Nas entranhas da imensidão desta terra, muitas vezes ficamos perdidos, fragilizados e aí tivemos que usar o conhecimento de outros povos, dos ameríndios que aqui se encontravam e dos negros que trouxemos como escravos. Com eles aprendemos a sobreviver e dessa mistura começava a se formar uma cultura singular que mais tarde iria identificar o povo Brasileiro.

Deixamos lições de dominação, que usávamos como arma e dificuldade para impedir que se formasse uma consciência popular. Por exemplo, dificultávamos ao máximo a criação de universidades e impedíamos a difusão de conhecimentos de cunho humanístico, histórico, sociológico e antropológico, Com isto, impedíamos a formação do saber e da consciência e não por acaso, fomos os últimos colonizadores a deixarem as colônias.

Eu Sou o Negro

Das três raças biológicas que contribuíram para a formação do Brasileiro, eu fui a última a chegar.

Tenho uma história longa, escrita desde as primeiras páginas da humanidade, ainda na mãe África.

Desde o alvorecer do homem nós, os africanos, aprendemos a enfrentar diversos tipos de animais de rapina, nossos

predadores. Esse fato nos deu um grande aprendizado para a sobrevivência.

Chegamos nesta terra em condições sub-humanas, como escravos dos europeus, principalmente dos portugueses.

Eu gostaria até de voltar no tempo, para poder entender o que é ser escravo.

Nossa história nesta terra é o próprio sinônimo do resgate da dignidade. Nossa cultura é tão forte, que mesmo marginalizados deixamos diversos rastros na emergente cultura dos Brasileiros.

QUEM É O HOMO CERRATENSIS

Algumas Considerações

Segundo estudiosos da genética evolutiva, existe um nível extremamente de uniformidade genética na espécie Homo-sapiens-sapiens. Apesar das aparências superficiais, quando comparadas, as moléculas de proteínas do sangue ou a sequência dos próprios genes mostram que há menos diferenças entre dois seres humanos vivendo em qualquer parte do mundo, do que encontrado em qualquer primata superior sobrevivente até os dias atuais. Tais geneticistas creditam essa grande uniformidade a um gargalo genético por que passou toda humanidade por volta de 70 mil anos atrás, causado por um inverno vulcânico de aproximadamente 6 anos, reduzindo drasticamente a população humana no Planeta. Segundo esses geneticistas, toda a humanidade moderna descende dessa minuta população e por isso é geneticamente uniforme. Contudo, não se pode desconsiderar as diferenças visíveis, frutos

de casamentos intergrupais e possivelmente associadas a um isolamento geográfico mais duradouro, que proporcione adaptações físicas vislumbradas externamente. Mesmo considerando a extrema uniformidade genética da humanidade moderna.

Embora essa uniformidade seja fato concreto indiscutível e a humanidade seja uma só, os locais de onde originaram as pessoas que moldaram as características externas do Homo-*cerraten-sis*, eram completamente diferentes, e os grupos humanos oriundos de tais localidades, ficaram isolados por um longo período.

Da mesma forma que o ambiente de origem moldou diferenças externas visíveis na tipologia física, modelou também uma gama de variantes culturais, representadas pela língua, religião, sistemas de organização social, sistemas de parentesco etc. O ambiente que os acolheu, associado às diferenças culturais de cada grupo, de certa forma contribuiu para uma convergência, tanto física como cultural do Homem do Cerrado. Este fato é tão verdadeiro que, se pegarmos representantes dos três grandes grupos humanos que aqui chegaram, dificilmente, em termos de características gênicas iremos encontrar diferenças marcantes, seja nos mamelucos, nos mulatos ou nos cafuzos. Entretanto, convém salientar os aspectos culturais que imperaram na formação desse homem, porque este sim é um dado muito revelador.

É comum afirmar que três vertentes físicas e culturais, contribuíram para a formação do Homem do Cerrado: a vertente indígena, a vertente europeia representada pelos portugueses e a vertente africana representada pelos escravos. Esta afirmação pode ser, mas não é verdadeira se forem explicitadas algumas das formas como aconteceu.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram no litoral os índios de língua Tupi, que se encontravam no final de uma diáspora que foi interrompida repentinamente. Alguns indagam, se este processo não fosse interrompido, da forma que foi, esses grupos humanos teriam atingido estágio civilizatório que os conduziram a organizações sociais mais complexas? Infelizmente, não possuímos elementos para responder tais indagações. O que podemos afirmar, de maneira geral é que o Novo Mundo é um laboratório antropológico único, pois os processos de desenvolvimento cultural aborígene aconteceram num quase isolamento antes que ocorresse uma parada repentina, com o fluxo de soldados europeus, sacerdotes e exploradores após 1492. E, da mesma forma que aconteceu noutras áreas do continente, o habitante nativo foi tratado de maneira desumana. Alguns impactos foram devastadores e rapidamente levaram os grupos indígenas à extinção. Não sem antes, muitos terem salvos os colonizadores da morte por inanição. Infelizmente, grande parte desse saber se perdeu com a extinção.

Os portugueses que adentraram pelos sertões, quando chegaram por estas bandas, encontraram a maioria dos grupos indígenas vivendo em aldeias com seus roçados bem estruturados onde poderiam ser encontrados produtos como mandiocas, milhos, batatas, inhames feijões, etc. Chegaram em destacamentos armados, afugentaram os indígenas, principalmente os do sexo masculino, violentaram as mulheres, alimentaram-se dos seus roçados. Alguns índios aprisionados foram aldeados em locais artificiais, com o tempo foram catequizados. E mais tarde, em alguns aldeamentos como o de Mossamedes e Carretão, houve

miscigenação entre indígenas e populações africanas, resultando no tipo físico denominado pelos historiadores de cafuzo.

Os portugueses foram os dominantes e, como tais, impuseram sua língua, sua religião, crenças, tecnologias, músicas etc. Através dos religiosos Jesuítas estruturaram o “Nhengatu”, uma espécie de língua geral derivada da língua Tupi. E, com base em alguns vocábulos desta, denominaram os principais acidentes geográficos que iam encontrando na peregrinação.

Os portugueses também introduziram o gado taurino, os equinos, os caprinos, os galináceos incluindo a galinha-da-angola e porcos. Também, trouxeram a banana, a manga, a fruta-pão, oriundas da Ásia, onde tinham colônias e comércios. Introduziram laranjas, limões, limas e figos, cafés e cana-de-açúcar originários da Península Ibérica, Arábica e África.

Os africanos chegaram de mãos vazias, contribuíram muito pouco em termos de tecnologia. Entretanto seus aguçados instintos de sobrevivência, logo ajudaram estabelecer semelhanças com alguns recursos alimentares vegetais nativos até então desconhecidos até pelos indígenas e os incorporaram na dieta dos primeiros povoadores, foi assim com o cariru, o maxixe. Certamente conseguiram trazer da África algumas sementes, que com o tempo foram disseminadas e incorporadas na alimentação geral, o quiabo é um exemplo clássico dessa situação.

A miscigenação com o europeu foi inicialmente concretizada através do relacionamento de mulheres com seus senhores, cuja situação culminaria no regime de concubinato. E, em termos percentuais pode ser considerado grande, gerando o tipo físico denominado mulato, que ora ostenta mais características africanas, ora mais europeias. Pelo grande talento para a musicalidade,

contribuiu de forma decisiva para a ritimização das músicas portuguesas, e para a divulgação das músicas que aprenderam com seus ancestrais. Como viviam próximos aos seus senhores, ou suas mulheres cuidavam das crianças dos europeus, ajudaram a disseminar um universo mitológico extremamente rico e cheio de nuances poéticas e românticas. Também foram os principais responsáveis pelas corruptelas de algumas palavras portuguesas, certamente pela dificuldade em aprendê-las na sua totalidade. Quando tinham oportunidade de aprender a ler e escrever português, ou um ofício, como o de ferreiro, alfaiate, sapateiro, marceneiro, oficineiro em geral, revelavam-se hábeis. Alguns africanos, conhecidos como Malês, eram mulçumanos e já chegaram ao Brasil alfabetizados, falando e escrevendo em árabe. É bom salientar que nesta época a maior parte da elite, brasileira ou lusitana, seus proprietários, era analfabeta. Esses grupos arabizados na própria África, graças à expansão do islamismo, eram hábeis ourives e possuíam habilidades para trabalhos minuciosos. Muitos se transformaram nos contabilistas das fazendas, que surgiram após a queda da mineração, ou se destacaram em outras atividades intelectuais.

Os índios, que no início eram amistosos, logo perceberam a intenção dos portugueses e os que não foram escravizados ou aldeados, se tornaram cada vez mais arredios e fugiram para os locais cada vez mais isolados. Sua maior contribuição incorporada pela nova sociedade que foi se estruturando no centro do Brasil é, com certeza, a parte referente à alimentação, não só das plantas domésticas, mas no que se refere ao aproveitamento dos recursos nativos tanto vegetais como animais. Também convém salientar neste contexto, sua riquíssima farmacopeia.

Os mitos de origem indígena disseminados na cultura emergente foram coletados pelos religiosos, nos aldeamentos tanto do litoral como do interior. E com certeza, falo por experiência própria, através do contato e convivência durante anos com índios arredios e isolados, que esses mitos representam muito pouco do universo cosmogênico desse povo.

A miscigenação com o branco ocorreu de maneira forçada e violenta. Mesmo quando as pequenas vilas já estavam estruturadas nos sertões do Brasil, era comum incursões para capturar mulheres entre os grupos isolados. Daí a expressão “minha vó foi pega a laço”. Dos portugueses e africanos que vieram para o centro do Brasil, poucos foram os que retornaram. Portanto, foi dessa forma, que os empreendimentos mineradores, cederam lugar às fazendas multifuncionais, que se transformaram em patrimônios, que se tornaram vilas e mais recentemente cidades.

Acrescente-se o isolamento, que os manteve distantes, durante longo período, em relação aos centros mais desenvolvidos. Portanto, as novidades que chegavam, quer pelos viajantes, mascates, professores ou vigários, que as capelas exigiam, chegavam na forma de fragmentos e foi com esses fragmentos que o “sertanejo” foi modelando e estruturando sua cultura. Com o tempo, à medida que a sociedade foi-se estruturando e se equipando, surgiram em mais de um local, na cabeça de algumas pessoas, lampejos de genialidade, qual como geração espontânea, que ninguém consegue explicar, e logo apareciam, peças musicais, peças teatrais, peças literárias, pintores, artesãos, escultores etc. Toda essa colcha de retalho, feita de fragmentos de tecidos, também, é uma característica singular da cultura do Homem do Cerrado.

Dessa forma, molda-se o Homo-cerratensis, com uma grande predominância da cultura dominante, que no início da colonização, foi impiedosamente desumana, cruel para com os índios e escravos africanos. Como seria o Homem do Cerrado, se os indígenas que aqui habitavam desde 13.000 anos atrás, tivessem a oportunidade de contribuir com uma parcela muito maior da sua sabedoria ambiental? Não temos respostas para tal indagação, mas embora saibamos que a verdade é dolorida, por outro lado também sabemos que ela é mais estimulante do que a ficção. Dentre todos os seres vivos que habitaram e habitam o Planeta Terra, somente o Homo-sapiens-sapiens desenvolveu a capacidade de reconstruir o passado. Nosso futuro dependerá da habilidade de compreendermos e aproveitarmos aquilo que aconteceu na história.

Nos tempos modernos, também sem levar em consideração a vocação da terra e a vocação cultural do que ainda resta de autêntico na cultura do Homo-cerratensis, uma nova onda globalizada de invasões chegou e está se instalando, gerando forte impacto sobre o meio ambiente e ocasionando a desestruturação da população rural e urbana, num ritmo nunca visto na história da humanidade. Nosso futuro também dependerá da nossa habilidade e da nossa sabedoria em lidar com essa avalanche de problemas.

Os contos telúricos, florindo pelos campos, são pétalas derramadas pelo chão goiano...

*Bento Fleury**

O conto, como curta narrativa e de caráter regionalista floresceu em Goiás desde os primórdios de nossa produção cultural. Vários autores foram emblemáticos nesse gênero, notadamente os contos telúricos. Dentre estes, infelizmente desconhecido, está Francisco de Britto que se revelou um grande contista goiano ao longo de sua carreira literária, aliada à política, principalmente com a temática dos sertões do norte goiano onde nasceu o autor, hoje o Estado do Tocantins.

Em seu livro *Massapê*, no conto “O mistério da fazenda Boa Morte”, evidencia, em tom memorialístico, as histórias impressionantes dos vales dos rios Paranã e Maranhão, prenhes de imaginários de bichos e assombrações. O autor chama a região de “vazio geográfico”, tal o despovoamento na época. Destaca a região como parte montanhosa, com capões de mato, muito campo, muita zona esvaziada o que propiciava a solidão, o isolamento e muita miséria:

Há alguns anos já, na década de quarenta, o espírito de aventura me levou a percorrer parte do imenso vale dos

* Dr. Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e professor universitário.

rios Paranã e Maranhão, vazio geográfico onde o tempo parou ainda na época colonial e onde os impactos são tão violentos que nos marcam para o resto da vida. Meu objetivo era a descoberta de filões de ouro de aluvião, encontrado em grossas pepitas no leito dos córregos, segundo afirmavam. A zona é toda montanhosa com alguns capões de mato e muito campo, os moradores distantes uns dos outros, vegetando em extrema pobreza, vivendo da caça e de pequenas lavouras, um ou outro da criação de um gadinho curraleiro raquítico e chifrudo.

Na sequência, ressalta a viagem aos sertões e cerrados nortenses debaixo de chuva, mostra as araras aos bandos, mostra das grimpas do pé de baru, a visão de outras plantas como a canela de ema; evidencia a solidão no chiar das cigarras e os morcegos no ar, no pé de angelim na busca de seus frutos e a mula “verrumando o cerrado”. Novamente o ideário de solidão, tristeza e isolamento:

Foi no terceiro dia de viagem que os meus planos começaram a desmoronar, como que a justificar a crença dos que afirmam que ninguém alcança os tesouros da terra impunemente. O tempo, firme até então, mudou bruscamente, ameaçando chuva. O crepúsculo chegou mais cedo, decorando o céu com tonalidades de ouro e mel. Bandos de araras ruidosas flechavam o azul ainda não contaminado, rumo ao norte, e um ou outro trovão balançava o ermo anunciando tempestade. Mas felizmente o temporal caiu longe e o sol rápido se pôs por trás da cadeia de montanhas que se estendia no poente. Das grimpas de um pé de baru, onde me aboletara, podia ver até bem longe a restinga esplendendo em brotos novos, montes redondos como

seios e pés de canela d'ema subindo por eles, semelhando índios com os seus penachos. A solidão pesava ainda mais ao chiar das primeiras cigarras, ao piar de aves afitas em busca de abrigo, ao trissar de morcegos disputando os frutos de um pé de angelim.

Em seu outro livro, *Terras bárbaras*, também de contos, destaca sobre a sambaíba, um arbusto do Cerrado, com amplas folhas, ásperas como lixas, e flores e frutos pequeninos: “Como trincheira das melhores, havia um pé de sambaíba que parecia ter nascido ali de propósito”. Na mesma obra, relata sobre os caçadores perdidos nas matas do cerrado do antigo norte goiano, relata o cotidiano cortando cipós e entrelaçamentos da mata, a vastidão sem fim da mesma, as sombras dos paus d'arcos, dos jatobás, dos cedros descomunais, evidenciando a pujança das matas do bioma.



Francisco de Britto e a capa de seu livro de contos intitulado *Terras bárbaras*

Altamiro de Moura Pacheco foi um nome admirável na medicina e na literatura em Goiás. Entusiasta da mudança da capital e do verde e da paisagem, muito fez nessas áreas, como doação.

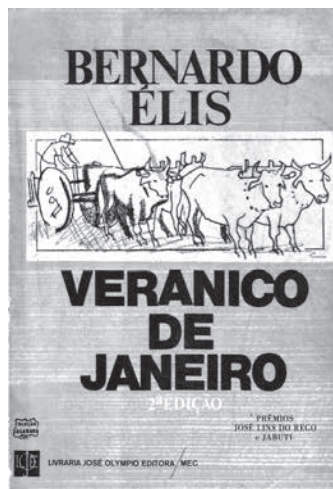


Altamiro de Moura Pacheco em sua mocidade e a capa de seu livro de contos *Rochedo e ferrolho*.

Sua literatura é consistente e forte, com traços viris e eloquentes. Amante dos cerrados e das matas, destaca em passagens interessantes de seus longos contos do livro *Rochedo e ferrolho*, como: “Fazem-se aceiros protetores de cercas e para que o fogo não penetre nos postos reservados, nem danifique as matas.” Ou vibrante ao definir seu amor pelo Cerrado: “sob a vanguarda dos marinheiros e garapas, bacuris e guarirobas, é que, apaixonado pela natureza”. O gosto por descrever as espécies: “copas altas em desafio a teca asiática: observando o bálsamo e o jequitibá enlaçados pela maria-preta, e as lianas engrinaldando cedros e perobas ladeados pelos ipês”. Também, os bichos com suas belas variedades: “jaburus, socós, garças-reais, patos, marrecos e outras, cada

qual a ostentar sua plumagem multicolor e a emitir vozes estridentes”, assim como a marmelada-de-cachorro Arbusto frutífero do Cerrado, cujos frutos são comestíveis, enjoativos, de cor preta e brilhante; marmelada-bosta-de-cachorro; marmelada-do-mato; marmelada-do-campo: “um pé de marmelada-de-cachorro, enfeitado de bolas negras como árvore-de-natal.”

Bernardo Élis é o grande ícone da literatura feita em Goiás. Polígrafo, se destacou-se com maestria na diferentes modalidades literárias que abraçou, tanto como romancista, contista, cronista, poeta e crítico literário. Sua estreia foi na modalidade conto e um de seus conhecidos livros de contos é *Varanico de janeiro*, publicado pela Livraria José Olympio e Editora, do Rio de Janeiro, no qual, em muitos de seus contos, o mundo e o universo do sertão, do Cerrado com sua gente, seus hábitos, modismos e culturas, estão inseridos.



Bernardo Élis Fleury de Campos Curado e a capa de seu livro *Veranico de janeiro*, editado pela José Olympio.

Nessa obra aparecem muitas citações, comentários, belas páginas descritivas sobre o Cerrado, tais quais em que aparecem trechos da narrativa da desobriga do padre, quando, na visão do afilhado, o Cerrado se mostra na beleza silente do chapadão, as araras nos buritizais e a sombra do pequizeiro:

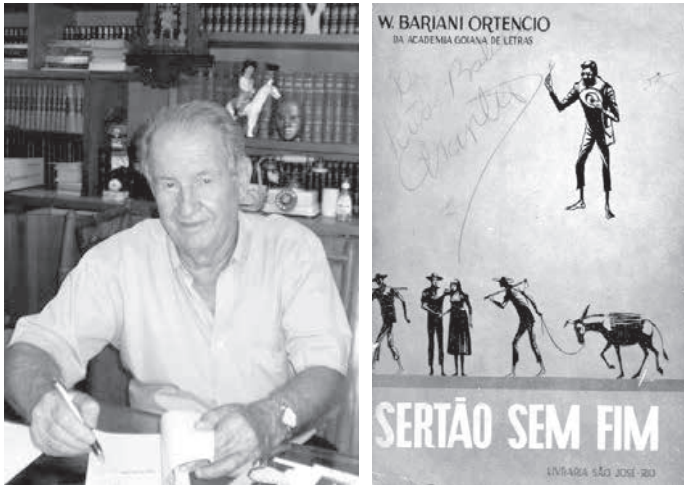
E o padre fechou seu breviário e começou a cantarolar uma e suas belas canções: o *Tantum Ergo*. A voz macia corria pelo chapadão, perdia-se ale. Do olho de um buriti umas araras desferiam gritos estrídulos e guturais, como se estivessem zombando do padre. Por baixo do pequizeiro, o afilhado se exasperava. Seria aquela a derradeira desobriga a que iria.

E continua a descrever o cenário com o cheiro do capim gordura, o canto dos passarinhos, o ideário de largueza e vastidão do Planalto Central, as serras, chapadas, a delicadeza dos capões de mato e o “nunca se acabar do horizonte”, como se pensava infinito o mundo cerradoeiro:

Do capim vinha um cheiro muito discreto, um cheiro que se tornava imperceptível se a gente aguçava o olfato com a intenção de o sentir. Cheiro de capim-gordura? Cheiro de macela? Cheiro de almécega? Pelas árvores folhudas e lustrosas cantavam os bentevieiras, o siriri, a chica-viúva e muitos outros passarinhos de colorido tão bonito, de formato tão estranho, ágeis e elegantes. Monsenhor não sentia o corpo, não sentia a vista, num gozo absoluto da mais perfeita euforia. Pela sua frente, estendia-se aquela largueza sem fim que são os horizontes amplos do Planalto Central, eito de chão que pega da base dos Pirineus até os confins da Bahia, abrangendo as águas vertentes do Tocantins para cá, do São Francisco para acolá e do Paraná

mais assim pressa bandinha de lá. No caixa-prego, contornos acinzentados de serras, as chapadas se sucedendo em planos e planos. Até a serra dos Veadeiros, naquele nunca-se-acabar de horizonte, era uma pincelada azul-cinza, apaga-não-apaga de tão recuada. Por perto, as curvas femininas dos morrotes, a delicadeza de pintura dos capões indicadores das manchas de terras férteis naquele oceano de campina verde.- Ei, mundão sem porteira!.

Intelectual reconhecido nos meios culturais goianos e brasileiros, Waldomiro Bariani Ortencio é um escritor múltiplo, com várias facetas. Folclorista, dicionarista, contista, romancista, compositor, poeta. Em tudo que faz, há toques sutis de genialidade. É um ícone entre nós.



Bariani Ortencio e a capa de seu livro *Sertão sem fim*, de 1965.

No gênero conto é o que mais se ateu ao Cerrado e, lógico, na pesquisa do receituário goiano regional. Em seu livro *O que*

foi pelo sertão, destaca a passagem do cotidiano roceiro, em que o personagem Joaquim, homem do campo, acende o seu cigarro, pachorrentamente, a espantar as muriçocas, como faziam os homens antigos do sertão.

Faz também a descrição do campo e do Cerrado, das caraíbas e sucupiras, com belas imagens literárias:

Neste mês de agosto o mato fica uma beleza. As caraíbas pintam o cerrado com seus cachos de flores amarelas. A maior parte, nem folhas têm, é aquela rodeira de ouro. Por todos os lados as sucupiras pretas estão roxinhas que só paramento de semana santa.

O ato de limpar a enxada para o trabalho, com as pedras de amolar, narra sua passagem pelas moitas de mamacadela no mato, quando pega umas frutinhas. Ao que parece, o Joaquim era um homem sossegado, lento e preguiçoso. É o jeitão sem pressa do goiano de antigamente, sem o estresse e a correria dos tempos atuais:

Joaquim, desta vez, atendeu a mulher. Acabou de enrolar o cigarrinho de palha, colocou-o atrás de uma orelha, tirou um “quimba” da outra, acendeu-o com o isqueiro, e lá foi, vagaroso, baforando, espantando as muriçocas. Quase ao dobrar o cotovelo do caminho, parou no monte de pedras-de-fogo e pôs-se, pachorramente, a escolher um calhau de boa chispa, pois o seu já estava bem pequeno e o pedaço de lima velha grosava-lhe quase sempre o dedão da mão esquerda. Seguiu adiante e só parou para catar umas maninhas-cadelas que um burro velho derrubava ao coçar-se na árvore. E lá se foi o displicente, rumo à casa da comadre Maria. Apressou-se mais, pois não tardaria a escurecer, e ele sempre teve receios de andar sozinho à noite, no mato.

Nesta mesma obra, aparece a descrição dos remédios do campo, do mato e do Cerrado e o uso do assa peixe branco e de outras plantas encontradas no campo, que o personagem Izidoro fabricava remédios como raizeiro que era:

A bronquite, a asma do velho preto Benedito, Izidoro buscava, no terreno salobro, os brotos de embaúba, e sobre os barreiros de argila, trazia os brotos de assa-peixe branco que, com a embaúba, manipulava xarope com rapadura: era um porrete, que o velho Dito se deu bem melhor com eles. Izidoro preparava também, xarope de casca de angico, casca de fruta de jatobazeiro. Com a casca do angico e do barbatimão, grandes adstringentes; curava feridas. Para o fígado e os rins, chá de folhas de cagaiteira, congonha do campo ou cá de bugre e douradinha, esta, o mate do nosso sertão.

E continua ainda na obra a destacar sobre o ipê roxo e seu uso, as variações das flores, dos meses de floração, a caraíba e o ipê roxo:

O resto do mato é secura só, vegetação sedenta de chuva, que não deve tardar. A caraíba, o senhor sabe, é o ipê do Cerrado, do tamanho do pau terra, mas é pau e pura flor nessa quadra. E é ainda melhor que o pequizeiro para a espera de um veado. (...) Olha lá debaixo daquele capão de mato, três ipês roxos e dois amarelos, todos floridos! Ipê roxo não, aquilo é caroba, castanhola de macaco, porque ipê roxo é granfina, que só dá no mês de maio, mês das noivas, mês de Maria.

Em seu outro livro *Vão dos angicos*, que contém no próprio título características geográficas e ambientais, cerradeiras, destaca

sobre os roceiros analfabetos das letras, mas doutores da sabedoria da roça, nas pescarias, nas caçadas de passarinhos, o uso das árvores e arbustos do Cerrado para suas aventuras como a embira, o guatambu, a perobinha, a pindaíba, a pegação de inhambus e jaós, o conhecimento das cobras. Mostra a vivência dos jovens com as artes e manhas da roça, única escola que possuíam.

No outro livro *Força da terra*, com sugestivo título, Ortencio destaca a cor da lua, essa mesma cor se derramando sobre o Cerrado, os coqueiros, os buritis; mostra a cachoeira, o vento macio, o frio e destaca a pescaria, com todas as suas astúcias nos tempos de outrora, muito diferente da pesca profissional nos rios de agora, bem dito, os poucos rios e os poucos peixes.

Ainda nesta obra Ortencio destaca sobre as carobinhas roxas, planta nativa do cerrado em bela descrição: “*Era o mês de janeiro e de flores silvestres. Por perto, algumas carobinhas roxas, muita flor amarela de angiquinho e muitas brancas do pau chamado jacaré. O rapaz apanhou uma braçada delas*”.

Em seu outro livro de contos, *Sertão sem fim*, em vários trechos, destaca sobre o cerrado, nos costumes sertanejos, na culinária, o pequi cozinhando colhido no pé por perto, no campo, cozido rapidamente, bem polpudo, bem carnudo. Na mesma obra aparecem outras citações sobre o Cerrado, com a descrição da casinha da beira dos caminhos, no barranco, seu quintal com as plantas de horta e de remédio, pé de chuva de ouro, o pote com água fresquinha, casa de adobe, as flores e as frutas do cerrado, alcunhados de “pé de fruta”, na visão do roceiro.

Em outros de seus muitos e apreciados livros, destaca a feitura de casas utilizando as árvores e palmeiras do Cerrado: “Plantou quatro esteios de angico-preto, fez os travamentos, encaibrou e cobriu de buriti”. Sobre o angiquinho pequeno também destacou como sendo

um arbusto do Cerrado, cujas flores são amarelas: *“Era o mês de janeiro e de flores silvestres. Por perto, algumas carobinhas roxas, muita flor amarela de angiquinho e muitas brancas do pau chamado jacaré”*. Ainda sobre a marmelada-do-mato que é a mesma marmelada-de-cachorro: *“Pela direita deixava de lado uma moita de marmelada-do-mato, que formava um capãozinho único, sozinho naquela área”*.

O escritor, historiador, contista, romancista e militar, Humberto Crispim Borges dedicou-se à carreira das armas, mas também da literária, ambas com êxito. Seus livros de contos, em grande maioria, são rurais, destacando e evocando o tipo de vida sertaneja do povo cerradeiro. Foi um autor extraordinário.



Humberto Crispim Borges e a capa de seu livro
O Vale das Imbaúbas, contos do Cerrado.

Em seu livro *O vale das imbaúbas*, cerradeiro a começar pelo título, destaca, na capa, belo cenário goiano. Ressalta sobre o personagem Amâncio, viúvo e vivendo em sintonia com o

Cerrado, com o campo, com as águas remansosas, as florzinhas humildes, a derrubada da mata do pé da serra para fazer a roça, destaca sobre as espécies do campo e tudo vem envolvido com um halo de saudade, mas não uma saudade sofrida, mas conformada do personagem em relação à morte da esposa e sua vida dedicada exclusivamente ao serviço.

Bela a imagem de sua volta da vida “cortejando céu e as nuvens”, a colher flores do cerrado pelo caminho. É um personagem que se conformou com a sua dor e a repartiu com o meio em que vivia, com o seu tempo e com sua paisagem:

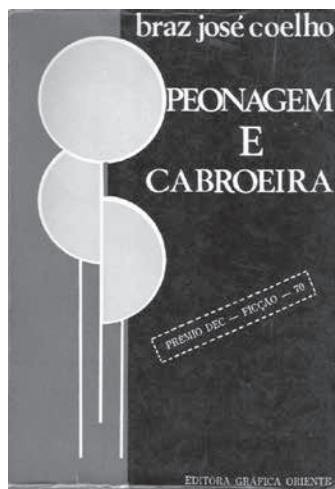
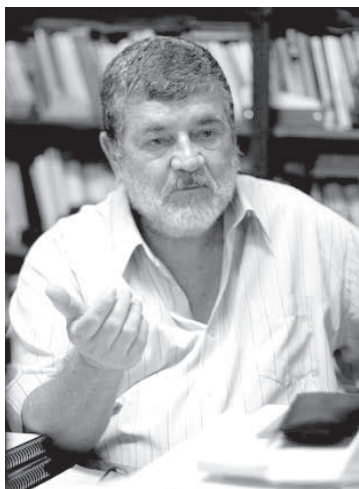
Em escondida paragem, o Degredo, desde a morte da esposa, internara-se velho Amâncio. Saudade e dores queria curtirlas só, no palco da mocidade. Numa aberta da mata, ali estacara há meio século. O verde lustroso das árvores, florzinhas humildes, o ouro das resinas lacrimosas, cheiravam gostosos. Machado em punho, começou a derrubada - aos gritos atrozes da floresta, os animais azulavam, com ele chumbeando: Pei, pei!... Devagar, na continuidade das tarefas diárias, arredou o bosque até o pé-de-serra, o cortinado tombou, céu e terra abraçaram, a vibração afaçando-lhe o rosto jovem.

Em outros contos, o autor retrata outras passagens sobre o Cerrado como o anu preto que é idêntico ao anu-branco, porém vive em lombos dos animais, catando-lhes os carrapatos: “*Anus-pretos, em vôos frouxos, saltavam de animal a animal*”. Depois, destaca sobre a lendária ave inhumana: “*Inhumas atentas, no brejo, soltavam brados de alerta*”. Ainda evoca o araticum, fruta silvestre muito cheirosa, de grande tamanho e ótimo sabor, também chamada articum.

No Estado de Goiás, há duas espécies muito conhecidas: araticum-cagão e cabeça-de-negro:

Tem à sua disposição frutas nutritivas e saborosas: o jatobá, o jenipapo, que é magnífico, a manga, o araticum, coco de muitas espécies. As espécies arbustivas são também numerosas. As guarirobas, os araticuns, os cajueiros do campo, ruibarbo, assa-peixe são as mais conhecidas. Tufos de capim membeca, gravatá, araticum e pau-terra. Araticum-rasteiro Marolo, araticum-verdadeiro Variedade de araticum de tamanho médio.

Professor e literato, Braz José Coelho tem uma literatura de muito significado para o Cerrado de Goiás. Doutor da palavra, conhece todos os labirintos da linguagem e todas as pulsações do meio, das angústias do homem diante de sua expressão num mundo em dissolução.



Braz José Coelho, a literatura de denúncia, o cerrado e o seu livro *Peonagem e cabroeira*.

Em seu livro *Peonagem e cabroeira*, define o termo lonjura, distância, sinônimo de Goiás outrora, como brocotó. Destaca brocotó, ou brocotó como oco de mundo; fundão: *“Eu já havia cortado invernada de ponta a ponta, caído nas chapadas de muitas léguas, enveredado nas beiras de brocotós, varado capoeiras e matos ralos”*. Sobre o Cerrado, analisa os perigos de cobras pelos matos: *“Por isso mesmo é que não gosto de apanhar gabiroba no campo; sempre tem cobras”*.

Em seu outro livro *Um homem e sua família*, evidencia a lida no campo, principalmente no antigo norte goiano. Coelho (1997, p. 15) demonstra a labuta de lavrador no preparo da roça, roça de toco, a enxada, o machado, a plantação, limpa e colheita à meia, trabalho ingrato emborcado sob um sol inclemente:

Em sua terra, muito distante dali, nordeste de Goiás, beira do Tocantins, ele era lavrador: preparava a terra com o fogo e a destoca, às vezes em roça de toco: plantava, limpava em duas ou três limpas, puxando a enxada até as mãos se endurecerem e não conseguir mais esticar os dedos de todo; esperava pelo tempo bom que vinha sempre na medida de suas esperanças, e, no depois de muita trabalhadeira, colhia à meia o que Deus deixava e o solão obtuso permitia – o cutelo na mão direita, o feixe de arroz na esquerda, corpo emborcado para frente, suor pingando na ponta do nariz, solão brabo botando fogo nas costas.

Em outras passagens mostra cenas cerradeiras e sertanejas, no ideário de imensidão, lonjura, distância infundável, gerando a solidão: *“Quando de longe de casa, dormindo no sertão, sentindo-se sozinho e desprotegido ante a imensidão da terra e do céu cheio de trevas”*. Em outras, a ideia do vento solto no Cerrado, assustador: *“De noite, chegavam sussurros, vento correndo na saroba”*.

A escritora e professora Aida Félix de Souza foi contista, com duas obras publicadas e muitas colaborações em jornais e revistas. Seus contos possuem vivacidade e movimento, trágicos em grande maioria, exprimem o modo peculiar da vivência sertaneja em muitos deles.



Aida Félix de Souza e a capa de seu livro de contos *É a noite*, publicado em 1970.

Em seu livro *É a noite*, destaca sobre a vivência sertaneja no sertão de Goiás, em meio ao Cerrado. Descreve a “manhã roceira”, o nascente com suas cores, o verde das matas. É a demonstração do conhecimento da fazenda com todos os seus movimentos e ações numa manhã que nasce:

Tudo igual e sempre na manhã roceira. O mesmo nascente alaranjado com tons vermelhos, dourados e brilhantes; o mesmo verde das matas, o mesmo azul cinzento do céu. Lá adiante, do outro lado do vale, a cidadezinha

espreguiçando-se, lutando por sair de entre um lençol de brumas. Os pombos a esvoaçar como sempre em torno da casa de barro vermelho. Ao lado, nos poleiros, a cantiga costumeira dos galos e o cacarejar aflito das galinhas. Mais longe o canavial se abanando faceiro ao cortejar do vento da manhã.

Maria Julia Franco, contista, folclorista, cantora e professora, apresenta uma obra ligada ao chão de Goiás, às tradições goianas. Seu livro *Seios da terra* é uma obra de caráter telúrico, a reviver a existência do campo, nas lides em meio ao Cerrado.

Em seu livro, Franco destaca sobre o cotidiano da fazenda, a diferença entre comida de gente velha e comida de crianças, o grande pomar que era o Cerrado, com suas variadas frutas, sempre aproveitadas pelas crianças daquele tempo:

Comer, ela conseguia, nem do tanto que um passarinho come. Gostava mesmo era de quirera de milho, socada no pilão ou no monjolo, bem fininha, cozida e temperada, com caldinho de feijão preto, e uns tomatinhos azedos que nasciam nas taperas. Fora isso, quisesse agradá-la, bastava oferecer-lhe bolacha doce, que vinha em latas. O pai comprava dessas bolachas exclusivamente para ela, que nos visitava uma vez por ano. E nós, ficávamos só na vontade. Também, pudera, comíamos de tudo e a tia não conseguia comer quase nada. No mais, tudo muito bonito: eu achava. Quase todos os dias, assim que levantava pela manhã e comia meu mingau de fubá de arroz, fazia um passeio pelo cerrado que se estendia depois da cerca de arame farpado, a uns cem metros de distancia da porta da sala de nossa casa. Eram uns cinco alqueires de campo, cheios de cajuzinhos, mama-cadela, pitanga,

araticum, além de uma vasta quantidade de espécimes diferentes de flores. Pegava os frutos rasteiros e derrubava os das árvores com uma vara.

Pedro Gomes de Oliveira foi um dos maiores regionalistas goianos, ao lado de Eli Brasiense e Hugo de Carvalho Ramos. Suas duas obras *Na cidade e na roça* e *O pito aceso* alcançaram grande popularidade. Além de escritor, foi também professor e jornalista.

Em seu livro *Na cidade e na roça*, escrito em 1924, destaca causos e histórias sertanejas, passadas no interior e no Cerrado. Nele, destaca sobre um defunto na roça e os detalhes de sua arrumação, mas se reporta antes ao cenário. Detalha sobre a mata, o ribeirão, a campina “lindíssima”, coberta por duro capim, e as árvores como se colocadas no cenário do Cerrado.



Pedro Gomes e a capa de seu livro *Na cidade e na roça*, publicado em 1924.

Descreve a várzea, os buritis altos, a vereda de belas espécies como “brasões sem jaça”:

De um lado da mata em que corre o ribeirão Pedregulho e rente a ela, à margem esquerda deste ribeirão, está a casa do Pedro Dunga. A sua frente estende-se lindíssima campina coberta de capim duro e pequenas árvores metricamente colocadas pela Natureza. Ao lado esquerdo da casa, uma várzea em que algumas palmeiras buritis se destacam pela elevada altura, pela cor verde permanente de suas palmas e pela imponência do seu aspecto soberbo, altitude serena de velhos fidalgos de brasões sem jaça. Ainda à esquerda os currais, cerca de caiçara, com porteiras de varas, lisas já pelo uso. Vasto pátio defronte da casa, de onde partem em linhas sinuosas, diversos caminhos que se avistam a grande distância.

Carmo Bernardes foi um dos maiores regionalistas goianos e um dos nomes mais expressivos da literatura sobre o Cerrado. Era um doutor em sertão. Contista, cronista, romancista, crítico de arte. Fez seu nome no cenário das letras de Goiás.

Em seu livro *Quarto crescente*, destaca sobre a macaúba: “*O coco da macaúba, nesses nossos terrenos de massapé, tem uma casca pregada, a carne dele é um visgo desenxabido à toa que nem porco gosta, havia apenas a castanha do coco da guariroba, macia e gostosa e o coquinho de jerivá*”.

Nesse, ainda, destaca sobre as poucas frutas do mato crioulo, o lugar de terra boa, fértil e de cultura: “*o mato crioulo, de cultura boa, é pobre de frutas. As que existem, a guapeva, um bacuri onde é difícil se encontrar uma fruta sadia, tudo bichada*”. O autor também nesse livro, destaca sobre o uso medicinal de certas

plantas feias e espinhentas como a jurubeba, o pé de perdiz e a lo-beira. Estuda ainda a mutamba, a leiteira, a garapa que apareciam muito em terra boa. Era mesmo a mutamba uma garantia de terra boa e produtiva.



Carmo Bernardes e a capa de seu livro
Ressurreição de um caçador de gatos

Em muitos dos seus contos, aliás, em todos, está o Cerrado vivo e latente, com suas histórias, dramas, desacertos, conflitos, gente. Há descrições belíssimas, das matas antigas com suas árvores e suas sombras, as queimadas persistentes que a tudo destruíram, os angicos e aroeiras, os bichos e as águas. Tudo destruído. É um texto de denúncia:

“Fomos seguidos, o sol pequenininho ainda, movimento colosso de pássaros cantando por toda banda. Hoje não; que está tudo demudado. Tiraram as madeiras do mato

e não cuidaram de vedar o fogo, a queimada entrou anos seguidos, matou rebrotos, virou tudo um carrascal. Mas naquele tempo, a empena da serra do lado do nascente era do angical topado e arueirama fechada, fresco por baixo, de forma que agosto para setembro, aquilo virava açoito de tudo quanto era bicho existente naquele meio mundo. Acho que por conta do refrigério do mato e devido a uma aguinha clara que corria lá, por uma grota abaixo, permanentemente em qualquer rigorosidade de verão.

Marieta Teles Machado teve destaque como a grande educadora goiana, biblioteconomista pioneira do Estado de Goiás, literata de renome, dedicada às causas de nosso Estado. Firmou-se como culta e erudita intelectual, amante dos livros e da história.

Seu livro *Os frutos dourados do pequizeiro*, cerradeiro a começar pelo título, evoca o nosso patrimônio natural, ao evidenciar sua importância e seu valor para a história, a sociedade e a cultura. Nele, evoca os buritizais, as lagoas, os vales, os rios, os fundos de várzea do Bioma. Destaca, poeticamente, a presença dos periquitos barulhentos, as parasitas floridas, o brilho das águas. Fala de hinos naturais a tocarem na Lagoa Santa:

De forma oval, a lagoa era rodeada, de um lado, por um buritizal, onde costumava pousar bandos de periquitos que, nos seus vôos, mancha volátil e amorfa, enchiam os espaços de alegre verde, de barulhenta e garrida tagarelice. Do outro, uma vegetação espessa, com os parasitas enroscando-se nas árvores, para formar um paredão escuro que sombreava parte da lagoa. Os raios de sol mal conseguiam abrir caminho para clarear um pouco o espelho das águas. Da superfície quase imóvel emanava um brilho incomum,

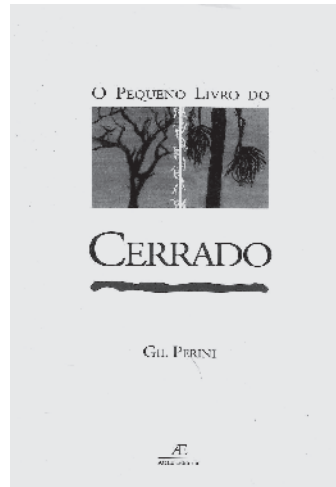
que convidava à meditação. No silêncio, irrompia de repente, uma melodia suave, vozes harmoniosas, violinos tocando, anjos cantando, o que transmitia uma sensação inebriante de êxtase, de saudade, de dor, de alegria, de esperança. Aquela não era uma lagoa qualquer. Tratava-se da Lagoa Santa.



Marieta Teles Machado e a capa de seu livro
Os frutos dourados do pequi

Sua mais bela página, porém, nesse mesmo livro, se constituiu a mais rica produção escrita sobre o Cerrado em Goiás, que é criação de uma “Lenda do pequi”, de belíssima inspiração. Uma página inesquecível da literatura goiana.

Gil Perini, médico e escritor, aliou sua produção literária evocando o Cerrado já a começar pelo título. *O pequeno livro do Cerrado* destaca o ideário de coisa miúda e sem importância sempre dada ao Bioma em questão.



Gil Perini e o livro *O Cerrado*, *O pequeno livro do Cerrado*

Com 87 páginas e oito contos, de fato o livro é pequeno, mas denso em significado. No conto “A pedra”, o autor destaca sobre o amor e apego à terra, não por gosto de possuir, de dinheiro, de posse, mas por amor à própria terra, destaca sobre esse amor afetuosamente ao chão; é a identidade, o pertencimento à paisagem:

Vivo aqui porque gosto e porque aqui tudo é meu. A terra, a casa, as árvores, as pedras, os passarinhos. Mas não é meu porque posso vender, fazer, desfazer. É meu porque gosto, porque zelo, carinho, protejo. Só assim entendo o possuir e por isso, nada, de verdade, é meu; eu é que pertenço a esse pedaço de chão, e também é por pensar deste jeito que só possuo coisas; nunca tive ninguém.

Em outra cena mostra a perturbação do personagem em relação ao encontro de uma pedra preciosa e sua imaginação. O

mistério da pedra e o mistério nascido do chão. Assim, passa a sentir o meio de forma diferente, o Cerrado e as coisas:

O resto do dia zanzei no cerrado, apalpei minhas árvores, subi nas pedras, escutei os passarinhos. O calor era forte demais, meses que não chovia. Queria esquecer a pedra, ela estava em todo lugar que eu olhava. No seco, na sombra, debaixo das folhas. Voltei correndo pra casa, fiquei tempão sentado na porta e nesse dia não dormi, tinha uma coisa me entalando.

Páginas de encantamento e de ternura com o chão, assim são os contos de nossos admiráveis autores. Muitos ainda faltam nessa galeria de riqueza temática e estilística, cada vez mais suplantada pela tecnologia, infelizmente. Hugo de Carvalho Ramos foi o precursor, há 99 anos, com o seu inesquecível *Tropas e boiadas*, nesse gênero a cantar as riquezas do chão. Também, jaz num ostracismo ao que parece, irrecuperável.

Mas, como um milagre, sempre haverá quem saiba amar, admirar e reconhecer as flores que vão se abrindo pelo Cerrado afora e depois se derramam pelo chão, no itinerário perene da renovação e da saudade...

O estado de guerra cala a única voz da oposição goiana no congresso nacional em 1936¹

Jales Guedes Coelho Mendonça*

A edição de 20 de junho de 1948 do carioca *Diário de Notícias* estampou, em manchete, artigo do líder do Partido Socialista Brasileiro, Domingos Vellasco, intitulado “A incapacidade política dos dirigentes comunistas”, com críticas aos posicionamentos assumidos pelo Partido Comunista do Brasil desde a abertura política de 1945 (fim do Estado Novo), quando a sigla decidiu não se integrar às forças democráticas e antifascistas reunidas em torno da União Democrática Nacional (UDN).²

Logo no mês seguinte, a revista marxista *Problemas*, orientada por Carlos Marighella, divulgava a extensa resposta (de várias páginas) de Luiz Carlos Prestes sob a epígrafe “O imperialismo em busca de novos quadros”, contendo uma veemente defesa da legenda comunista e permeada de ataques ao crítico socialista, “hoje banqueiro ilustre”.³

Sem adentrar no mérito da polêmica travada, o debate é apenas suscitado para ilustrar o grau de respeito que as opiniões

* Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

¹ Fragmento de um estudo de pós-doutorado em andamento sobre a crise política de 1936 em Goiás.

² VELLASCO, Domingos Netto de. A incapacidade política dos dirigentes comunistas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1948.

³ PRESTES, Luiz Carlos. O imperialismo em busca de novos quadros. *Problemas* – Revista mensal de cultura política nº 12, julho de 1948.

enunciadas por Domingos Vellasco granjeavam na capital federal, fruto, em grande parte, de sua atribulada trajetória política.

Nascido na Cidade de Goiás em 8 de outubro de 1899, Domingos Netto de Vellasco recebeu grande influência do dominicano francês Frei Henrique d'Abadie, com quem conviveu no período em que estudou no Liceu de Goiás.⁴ Surgiram daí as bases de seu cristianismo social – título, aliás, de um de seus livros. “A origem do socialismo estava na bíblia, nas palavras de Jesus”, costumava repetir à família.⁵

Aos 12 anos, por ascendência do pai Francisco d'Abbadia de Vellasco, militar que participara da Guerra do Paraguai, Domingos ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro como aluno interno. Daí por diante, sua vida alternar-se-á entre a cidade maravilhosa e o estado mediterrâneo. Em 1917, matriculou-se na Escola Militar do Realengo, de onde em 1920⁶ graduou-se segundo-tenente do Exército na mesma turma de Juarez Távora e Cordeiro de Farias.

É provável que a primeira participação partidária de Vellasco tenha ocorrido na convenção do Partido Democrata de 13 de maio de 1916, realizada na capital goiana.⁷ Apesar da passagem pelo evento da sigla de Antônio Ramos Caiado e Eugênio Jardim, os principais ensinamentos provieram de Leopoldo de Bulhões: “É possível que as sucessivas entrevistas com Bulhões, que, aliás, me dispensava um tratamento quase paternal, tenham exercido

⁴ VELLASCO, Alarico. Perfil da história. In: CONTART, Luiz Gonzaga. *Vellasco: paladino do socialismo*. Goiânia: ed. do autor, 1995, p. 236.

⁵ COSTA, Ana Maria Vellasco e Marot Vaz da. A emoção de Anuska. In: CONTART, Luiz Gonzaga. *Vellasco: paladino do socialismo*. Goiânia: ed. do autor, 1995, p. 89.

⁶ FGV/CPDOC. *Dicionário histórico-biográfico pós-30*/Coordenação: Alzira Alves de Abreu... [et al]. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001, v. V, p. 3.521.

⁷ Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 21 de maio de 1916.

sobre os meus 25 anos uma influência decisiva para a minha carreira política.”⁸ Pela afinidade despertada, Vellasco chegou a ser considerado por muitos como “o herdeiro da linha política de Leopoldo de Bulhões em Goiás”.

Integrado ao movimento tenentista, Domingos apoiou a revolta paulista de 5 de julho de 1924. Por isso, acabou aposentado compulsoriamente no posto de primeiro-tenente por uma junta médica que lhe deu apenas mais seis meses de vida. Contraíndo núpcias em 1921 com a também vilaboense Irisbella Rosa Marques de Paula, passou a trabalhar em negócios imobiliários no Rio de Janeiro com o irmão engenheiro Benedito Vellasco, complementando assim a renda familiar.

No entanto, a vocação de Vellasco para a política parecia atávica. Na década de 1920 desenvolveu intensa atividade jornalística, colaborando em diversos jornais e revistas do Brasil. Em reconhecimento à campanha movida no periódico anhanguerino *A Imprensa* em prol do candidato presidencial da “Reação Republicana”, recebeu o seguinte telegrama: “Agradeço desvanecido a afirmação do seu poderoso concurso cívico pela causa da liberdade. (a) Nilo Peçanha.”⁹ De acordo com Alarico Vellasco, ele foi ainda redator do *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

Opositor ferrenho do caiadismo, a quem censurava acrememente, Vellasco compôs o diretório do oposicionista Partido Republicano de Goiás, fundado em 1927, ajudando a promover no estado a propaganda eleitoral da Aliança Liberal e da chapa Getúlio Vargas/João Pessoa.

⁸ VELLASCO, Domingos. Joaquim da Cunha Bastos, o homem. In: MOTTA, Ático Vilas Boas da; GOMES, Modesto. *Aspectos da cultura goiana*. Goiânia: Oriente, 1971, p. 69.

⁹ VELLASCO, Alarico. *Op. Cit.*, p. 237.

Em maio de 1930, Luiz Carlos Prestes publicou seu manifesto de adesão ao marxismo-leninismo e concitou os “trabalhadores das cidades e das fazendas, em completo entendimento com movimentos revolucionários anti-imperialistas dos países latino-americanos” a constituírem um novo governo. Nesse instante, as reivindicações revolucionárias da Coluna Prestes, que anos antes percorrera uma infatigável marcha pelo interior do Brasil, haviam se transformado em pauta reacionária, deixando “pasmos” os antigos companheiros Miguel Costa, Siqueira Campos e João Alberto.¹⁰

Comentando o citado documento no artigo “Façamos Justiça”, Vellasco patenteou seu conceito sobre Prestes: “homem de incontestável prestígio na massa popular e dotado de rara inteligência e extraordinária cultura científica”.¹¹ Confessando-se impressionado com a segurança pela qual o autor definira suas ideias, sintetizou seu ponto de vista: “divergindo da terapêutica violenta do exilado de Buenos Aires, eu não discordo de seu diagnóstico.” A concordância no diagnóstico (leitura da realidade) e a divergência na terapêutica (estratégias e táticas manejadas), aliás, guardarão coerência durante toda a existência dos dois próceres antifascistas.

Em arremate, Domingos fez questão de salientar uma mazel social que lhe incomodava bastante: “para nós que conhecemos as miseráveis condições de vida dos *queijeiros*, dos *camaradas* e de todos os trabalhadores das fazendas, que constituem a maioria dos trabalhadores do sertão, o manifesto do chefe revolucionário é profundamente veraz, na parte descritiva. [destaques do texto]”

¹⁰ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 133.

¹¹ VELLASCO, Domingos Netto de. *Façamos Justiça*. *Voz do Povo*, Goyaz, 13 de junho de 1930.

É provável que Prestes e Vellasco tenham estudado na mesma turma do Colégio Militar e da Escola do Realengo. Segundo Daniel Aarão Reis, biógrafo de Prestes, este formou-se engenheiro militar em 30 de dezembro de 1919, colando grau em janeiro do ano seguinte. Em contrapartida, os dados sobre a conclusão de Vellasco são divergentes, oscilando entre 1919 e 1920.¹² De todo modo, é certo que foram contemporâneos na fase de formação castrense no Rio de Janeiro.

O primeiro obstáculo enfrentado por Prestes na Escola do Realengo foi vencer os trotes, quase sempre violentos, a exemplo da “brincadeira” de “construir uma gaiola com o arame das camas, botar o calouro, o ‘bicho’, ali dentro e, embaixo, fazer uma fogueira com jornais velhos.”¹³

Prestes conseguiu se safar sem maiores percalços dos trotes, ao passo que Vellasco não logrou a mesma sorte, de acordo com o depoimento de sua neta: “O veterano maior e mais pesado obrigou-o a ficar de ‘quatro’ e fez as vezes de cavaleiro, no ‘lombo’ do Vellasco. Meu avô teve que ficar dando voltas em torno da piscina do colégio, por quase quatro horas, com o veterano no ‘lombo’, o que acabou por esmagar-lhe a rótula do joelho esquerdo, deixando-o aleijado, manco.”¹⁴ Além do vitalício transtorno físico, a lesão legou-lhe ainda dois outros desconfortos: uma inseparável bengala e o apelido de “manqueba”, sempre lançado impiedosamente pelos adversários.

A inclinação de Vellasco pelas lutas sociais marca outra similitude forte com Prestes. O caso dos chamados “camaradas”

¹² Alarico Vellasco aponta 1919 e a FGV/CPDOC indica 1920.

¹³ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 20.

¹⁴ COSTA, Ana Maria Vellasco e Marot Vaz da. A emoção de Anuska. In: CONTART, Luiz Gonzaga. *Vellasco: paladino do socialismo*. Goiânia: ed. do autor, 1995, p. 85.

bem sintetiza a concepção: o trabalhador rural, ganhando um ínfimo salário por dia, em pouco tempo endividava-se com o fazendeiro, gerando uma dívida impagável. Para deixar o emprego, o camarada tinha duas opções: ou encontrava um novo patrão que saldasse sua dívida ou simplesmente fugia. Nesta hipótese, o proprietário recorria à polícia para prender o camarada “fujão”. Naquela, a nova relação rapidamente convertia-se outra vez em total dependência.

Vitoriosa a Revolução de 1930, Vellasco assumiu a Secretaria de Segurança Pública de Goiás e avalizou o nome de Pedro Ludovico para interventor. Aproveitando-se do regime autoritário vigente, o novo secretário resolveu pôr em prática seu socialismo cristão, vergando a obsoleta estrutura de quase escravidão.

Em 23 de dezembro de 1930, Domingos Vellasco edita o decreto nº 411, autorizando a Secretaria de Segurança Pública a fiscalizar a execução dos contratos de locação de serviços, desde que cumprissem, além das normas do Código Civil, cinco outras condições, a saber: a) contrato escrito, por tempo determinado, registrado na SSP e com cláusula aceitando as decisões do secretário; b) os serviços não serem locados por salários inferiores aos estipulados na tabela de salário-mínimo editada; c) todo o movimento de dinheiro entre patrão e camarada ser escriturado numa caderneta de conta-corrente que ficaria em poder do camarada; d) ser mensal o ajuste de contas; e) o patrão não adiantar ao camarada mais do que 85% do salário mensal, salvo no caso de enfermidade na família.¹⁵

“Estudamos o problema goiano dos ‘camaradas’ e procuramos resolvê-lo goianamente,” explicou Vellasco ao carioca *Correio*

¹⁵ Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 26 de dezembro de 1930.

da Manhã.¹⁶ Muitos anos depois, rememorou os fatos: “Neguei-me a empregar a polícia na captura de camaradas (...) A polícia não podia interferir nos casos criados pela locação de serviço, que era regulada pelo Código Civil. A cobrança de dívidas resultantes não podia ser resolvida pela polícia e sim pelo poder Judiciário.”¹⁷

“Domingos Vellasco – um goiano precursor da legislação trabalhista”, reconheceu em 1985 o jornalista José Asmar, acrescentando as seguintes observações: “Extraem-se desse diploma [decreto nº 411] várias certezas, dentre elas a de um ousado avanço para o instituto do salário mínimo, efetivo pela Consolidação da Leis do Trabalho (1º de maio de 1943).”¹⁸ Três décadas depois da referida ação benfazeja na incipiente área do Direito do Trabalho, o destino recompensou o primeiro presidente da UDN/GO: em 1961, Vellasco tomava posse como ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Formado em Direito pela Faculdade de Niterói em 1931, Domingos, no ano seguinte, pediu exoneração da pasta de segurança pública e assumiu a função de procurador do governo goiano na capital federal. Ingressando no Clube 3 de outubro, organização de caráter tenentista com o objetivo de apoiar os preceitos revolucionários, Vellasco replicou a iniciativa em sua terra natal.¹⁹

Eclodida em 1932 a revolta paulista, Vellasco aceitou o convite para comandar as tropas goianas, ante a pretensão de eleger-se

¹⁶ Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 30 de janeiro de 1931.

¹⁷ VELLASCO, Domingos. Joaquim da Cunha Bastos, o homem. In: MOTTA, Ático Vilas Boas da; GOMES, Modesto. *Aspectos da cultura goiana*. Goiânia: Oriente, 1971, p. 70.

¹⁸ ASMAR, José. Domingos Vellasco – um goiano precursor da legislação trabalhista. In: CONTART, Luiz Gonzaga. *Vellasco: paladino do socialismo*. Goiânia: ed. do autor, 1995, p. 251.

¹⁹ O diretório do Clube 3 de Outubro em Goiás teve a seguinte composição: Presidente: Domingos Vellasco; 1º Vice-Presidente: Eurico Perillo; 2º Vice-Presidente: João José Coutinho; 1º Secretário: Claro Godoy; 2º Secretário: Benedito Silva e Tesoureiro: Hermógenes Coelho. In: *Voz do Povo*, Goyaz, 29 de maio de 1932.

governador constitucional no futuro. Triunfante no campo de batalha, percorreu na sequência o estado no intuito de formar uma nova agremiação. No raiar de 1933, eis que surge o Partido Social Republicano (PSR). “O programa Partido Social Republicano, que então se fundou, refletia as tendências de Vellasco e a aprovação do mesmo pela Convenção se deveu, principalmente, à sua real influência”, admitiu Claro Godói.²⁰

Na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, todas as quatro vagas foram preenchidas pelo PSR: Domingos Vellasco, Mário Caiado, José Honorato e Nero de Macedo.

Na Constituinte, Vellasco defendeu as teses do tenentismo e das pequenas bancadas. Num de seus mais destacados pronunciamentos, analisou com profundidade o que posteriormente terminou consagrado no verbete “coronelismo”. Não por outra razão, Victor Nunes Leal mencionou, reiteradas vezes,²¹ em sua clássica obra, o aludido discurso, bem como a obra *Direito Eleitoral*, também de lavra do político goiano – aliás, uma das primeiras a examinar o Código Eleitoral de 1932 e suas modificações de maio de 1935.²²

Infere-se da bibliografia do referido livro pelo menos duas conclusões: a) Vellasco dominava o francês e o espanhol. Segundo sua neta Ana Maria, também falava fluentemente o inglês e o italiano; b) Oliveira Vianna e Alberto Torres, autores, respectivamente, de *Populações Meridionais do Brasil* e *Organização Nacional*, exerceram influência sobre o seu pensamento.

²⁰ GODOY, Claro Augusto. *Fragmentos do Passado*. Goiânia: O Popular, 1975, p. 145.

²¹ Principalmente nos capítulos primeiro e sexto. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

²² VELLASCO, Domingos Netto de. *Direito Eleitoral*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1935.

“Cindiu-se a política revolucionária de Goiaz”,²³ anunciou, em manchete, o uberabense *Lavoura e Comercio*, conjugando, lado a lado, as imagens de Pedro Ludovico e Domingos Vellasco. Rompido com o interventor, Vellasco despendeu em 1934 imenso esforço físico e intelectual a fim de construir, na oposição, uma nova legenda.

No famoso Congresso de Ipameri, surgiu o Partido Libertador Goiano (PLG). Sancionada a aliança com os caiadistas e os católicos, constituiu-se a Coligação Libertadora. “Nesta luta já se empenham os elementos católicos, os do Partido Libertador, e nós os velhos democratas que ainda montamos guarda à impoluta bandeira que sempre panejou coberta de glória e de louros, formando, hoje, as três correntes: – a Coligação Libertadora.”, assinalou o antigo adversário Antônio Ramos Caiado.²⁴

No acirrado pleito de outubro de 1934, os coligados obtiveram um terço dos assentos da Constituinte Estadual, além de uma das quatro vagas de deputado federal, preenchida exatamente por Vellasco.

No início dos trabalhos da Constituinte Goiana de 1935, em eleição indireta, os parlamentares comutaram o interventor Ludovico em governador constitucional e escolheram para as vagas no Senado Federal os pesserristas Nero Macedo e Mário Caiado. Desse modo, malograram as postulações oposicionistas, a saber: Emílio Póvoa, governador (católicos); Domingos Vellasco (libertadores) e Antônio Ramos Caiado (democratas), senadores. Em síntese, das seis posições reservadas a Goiás no Congresso Nacional, a oposição amealhou somente uma.

²³ Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 08 de janeiro de 1934.

²⁴ CAIADO, Antônio Ramos. Aos Goyanos! *A Coligação*, Goyaz, 25 de agosto de 1934.

Na legislatura ordinária do Congresso Nacional iniciada em maio de 1935 e interrompida pelo golpe de estado de novembro de 1937, o desempenho de Vellasco foi notável, como comprovam os impressionantes 63 discursos pronunciados em 1935 (de maio a dezembro).²⁵ A título de comparação, os outros três deputados goianos não discursaram, juntos, a metade de Vellasco: Vicente Miguel: 03; Claro de Godoy: 04; e Laudelino Gomes: 24. De mais a mais, os líderes da maioria e minoria na casa, Pedro Aleixo e João Neves, discursaram 39 e 48 vezes, respectivamente.²⁶

O dirigente do Partido Libertador Goiano representou na importante Comissão de Segurança Nacional a minoria parlamentar, coligação de partidos estaduais contrários a Vargas. “Todos os pedidos, sugestões, projetos ou reclamações de natureza militar, dirigidos das mais remotas regiões do Brasil aos deputados oposicionistas, eram encaminhados a mim, para estudá-los e propor-lhes as soluções adequadas,” explicou Domingos.²⁷

O protagonismo vellasquista na Câmara talvez seja melhor retratado no momento da fundação do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, criado em 11 de novembro de 1935 e composto por 20 deputados e 1 senador. Em nome do bloco, Vellasco leu em plenário o manifesto²⁸ que ele mesmo confeccionara, conforme ressaltou Café Filho, futuro presidente do Brasil: “ao nobre amigo Sr. Domingos Vellasco coube redigir os principais

²⁵ VELLASCO, Domingos Netto de. Defesa prévia apresentada pelo deputado Domingos Vellasco ao Tribunal de Segurança Nacional. In: CONTART, Luiz Gonzaga. *Vellasco: paladino do socialismo*. Goiânia: ed. do autor, 1995, p. 495.

²⁶ Cf. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1936, p. 10.570.

²⁷ VELLASCO, Domingos Netto de. Defesa prévia apresentada pelo deputado Domingos Vellasco ao Tribunal de Segurança Nacional. In: CONTART, Luiz Gonzaga. *Vellasco: paladino do socialismo*. Goiânia: ed. do autor, 1995, p. 453.

²⁸ Manifesto transcrito no suplemento do jornal *A Colligação*, Goyaz, de 24 de novembro de 1935.

itens do manifesto que lançamos à Nação, não com propósitos subversivos, mas pela ordem constituída, defendendo-a da ameaça iminente do integralismo.”²⁹

Essa destacada atuação parlamentar de Vellasco ao tempo em que fez crescer sua representativa parlamentar também potencializou os riscos de futuras retaliações políticas.

A explosão da insurreição em Natal, Olinda e Recife nos dias 23 e 24 de novembro de 1935, levou Luiz Carlos Prestes, que tramava uma revolução no país havia algum tempo, a irrompê-la no Rio de Janeiro no dia 27. Sufocada rapidamente nas cidades nordestinas, o golpe sucumbiu igualmente na capital federal. Circunscrito a duas unidades militares (3º Regimento de Infantaria e Escola de Aviação), o levante terminou abafado, entre outras causas, pela colaboração do agente duplo Johnny de Graaf, infiltrado no movimento comunista internacional, mas, na verdade, a serviço da agência de informação britânica MI6 (Military Intelligence 6).³⁰

Especializado em explosivos, Johnny programara a destruição dos documentos depositados no cofre da célula revolucionária caso naufragasse a rebelião. Todavia, informada do dispositivo, a polícia política varguista conseguiu botar a mão num verdadeiro tesouro, desbaratando os passos percorridos pela conspiração, conforme se depreende do relatório do delegado Bellens Porto.³¹

Fragilizado, em novembro de 1935, Getúlio não vacilou em transformar a quartelada comunista em espantinho. Potencializando seu real perigo para a queda do regime, o presidente a usou

²⁹ Cf. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1935, p. 8763.

³⁰ ROSE, R. S.; SCOTT, D. Gordon. *Johnny: A vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

³¹ PORTO, Eurico Bellens. *A Insurreição de 27 de novembro: Relatório do Delegado Eurico Bellens Porto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

como pretexto para se fortalecer. Ademais, o comprovado apoio da União Soviética mobilizou o latente sentimento anticomunista da sociedade e gerou a “união sagrada contra o comunismo”, na expressão do historiador Edgard Carone.

Essa unidade de propósitos ajuda a explicar o motivo de o Congresso Nacional aprovar a toque de caixa todas as medidas de corte autoritário requeridas pelo Executivo. “A hora é de salvar o regime”,³² advertiu Barbosa Lima Sobrinho, refletindo a mentalidade prevalecente no parlamento.

No mesmo dia em que Vargas solicitou o estado de sítio (25 de novembro) – antes, portanto, da ação do Rio de Janeiro –, o poder Legislativo, por ampla maioria, já autorizava sua decretação, em todo o território nacional, pelo prazo de 30 dias. Apesar de concordar com o sítio, a minoria parlamentar advogou sua restrição aos três estados conflagrados.

“Voto contra o estado de sítio. O Governo já está suficientemente armado com a Lei de Segurança Nacional. Se ele não conseguiu, como não conseguirá, deter o descontentamento que lavra em todas as classes sociais – não foi por faltarem os meio legais,” declarou, por escrito, Domingos Vellasco, na aludida sessão.³³

Alinhavando o mesmo ponto de vista, muito embora da tribuna, o deputado paraense Abguar Bastos recebeu firme reprimenda do colega Amaral Peixoto: “V. Ex. está fazendo uma revolução contra a pátria, e contra isso estaremos todos unidos.”³⁴ Na sequência, nem a lembrança de seu passado de ativista da Revolução de 1930 minimizou o ataque de participação no complô: “V. Ex. estava disfarçado... a revolução de 1930 não era comunista,” berrou o radical Adalberto Correa.

³² Cf. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1935, p. 8196.

³³ Cf. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1935, p. 8208.

³⁴ Cf. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1935, p. 8198.

No início de dezembro de 1935, ao abordar retrospectivamente a votação do estado de sítio, o líder da minoria parlamentar João Neves da Fontoura reconheceu: “Vou até fazer uma confissão leal: os acontecimentos provaram a favor da tese do governo”.³⁵ A citada *mea-culpa* do líder das oposições jogou ainda mais água no moinho do agora empoderado presidente Vargas.

A partir daí, o governo enviou ao poder Legislativo um rosário de propostas centralizadoras, a começar pela insólita “comissão intestina grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais, equiparada ao estado de guerra,” simplificada em “estado de guerra.”³⁶

A rigor, foram aprovadas em dezembro de 1935, além da modificação para tornar ainda mais rigorosa a Lei de Segurança Nacional, três emendas constitucionais com as seguintes previsões: a) perda da patente de oficial militar, por decreto do poder Executivo, que participar de movimentos subversivos; b) demissão de servidor civil, nas mesmas condições da hipótese anterior; c) estado de guerra.

Mais restritivo às liberdades públicas do que o próprio estado de sítio,³⁷ o estado de guerra era tão draconiano que o decreto do presidente estabeleceria quais as garantias constitucionais não ficariam suspensas. Ou seja, se nada constasse, todas as garantias estariam automaticamente interrompidas. O senador João Villas

³⁵ Cf. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1935, p. 8720.

³⁶ Ver MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição da República dos E. U. do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1937, p. 601, V. II.

³⁷ De acordo com o art. 175, da Constituição Federal, o estado de sítio só admitia 5 medidas de exceção: a) desterro para outros pontos do território nacional, ou determinação de permanência em certa localidade; b) detenção em edifício ou local não destinado a réus de crimes comuns; c) censura de correspondência de qualquer natureza, e das publicações em geral; d) suspensão da liberdade de reunião e de tribuna; e e) busca e apreensão de domicílio.

Boas percebeu a capciosa manobra jurídica: “No estado de sítio as garantias suspensas são aquelas que a Constituição determina; no estado de guerra o decreto é que determina as garantias constitucionais que não ficarão suspensas. As demais que não forem julgadas contrária aos interesses do Governo serão suspensas.”³⁸

O estado de guerra instituído em março de 1936 suspendeu exatamente 20 das 38 garantias constitucionais previstas, inclusive a imunidade parlamentar.³⁹ O instituto, executado pelos governadores nos estados, foi renovado a cada 90 dias até 1937 e legitimou uma fase de brutal repressão e censura no Brasil.

“Escritores como Graciliano Ramos e Lins do Rêgo, jornalistas, muitos dos quais nem eram da ANL, foram encarcerados e submetidos a humilhações e espancamentos. O prender, para o chefe da polícia, havia se transformado em psicose”⁴⁰, registrou Basbaum. Graciliano Ramos contou sua desafortunada experiência na obra *Memórias do Cárcere*, até 2008, em sua 44ª edição.⁴¹

Muitos outros intelectuais foram perseguidos e detidos, a exemplo do escritor Jorge Amado, do pedagogo Anísio Teixeira, do cronista Rubem Braga e da médica Nise da Silveira, pioneira no tratamento humanitário de esquizofrenia.⁴² Para o brasilianista R. S. Rose, “a onda de terror que surgiu nas últimas semanas de 1935 foi a maior dessa espécie na história do país.”⁴³

³⁸ Cf. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1936, p. 10.478.

³⁹ A imunidade parlamentar foi revigorada pelo decreto nº 789, de 03 de maio de 1936.

⁴⁰ BASBAUM, Leoncio. *História Sincera da República*: de 1930 a 1960. São Paulo: Editora Edaglit, 1962, p. 96-97.

⁴¹ RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 44ª ed., 2008.

⁴² LIRA NETO. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 257.

⁴³ ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 90.

De acordo com Lira Neto, uma onda incontrolável de histeria e clamor popular anticomunista institucionalizou a tortura como procedimento de investigação; navios viraram penitenciárias flutuantes; jornais oposicionistas foram empastelados e mais de 7.000 pessoas acabaram encarceradas apenas nos seis meses posteriores à “Intentona”. Criou-se até uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, presidida pelo deputado federal Adalberto Correia, que cogitou inclusive na aplicação da pena de morte.

Ao combater as medidas excessivamente repressivas do governo, Domingos Vellasco apelou ao presidente Vargas para que fiscalizasse o uso da “verba secreta da polícia” e acrescentou: “Verá S. Ex. que, fechando honestamente os cofres públicos, falirão os ‘industriais’ do pânico e cessarão as delações dos candidatos aos cargos ora ocupados pelos suspeitados. E o ‘terrorismo’ brasileiro desaparecerá rapidamente.”⁴⁴

Como era previsto, os comentários geraram a ira do chefe de Polícia Filinto Muller, que transmitiu no dia 21 de dezembro de 1935 o seguinte telegrama a Vellasco:

Acabo de ler *Correio da Manhã* sua declaração de voto. Você não teve a coragem para correr mesmo risco seus companheiros que se revoltaram, não tem autoridade moral para fazer alusões emprego de verbas polícia. Se não lhe faltasse autoridade moral eu lhe convidaria para examinar escrituração todas despesas feitas. Lamento Paiz tenha representantes seu jaez. Felinto Muller, capitão.

⁴⁴ VELLASCO, Domingos Netto de. Defesa prévia apresentada pelo deputado Domingos Vellasco ao Tribunal de Segurança Nacional. In: CONTART, Luiz Gonzaga. *Vellasco: paladino do socialismo*. Goiânia: ed. do autor, 1995, p. 492.

No mesmo dia, Vellasco respondeu:

Recebi seu telegrama insultuoso que bem demonstra como lhe doeram verdades contidas minha declaração voto. Quando a redigi, não pensei em você. Lancei uma carapuça que você enfiou sua cabeça. Ninguém melhor que você sabe que não tive sequer conhecimento revolta de novembro. Entretanto você me empresta atitude que você tomou, quando desertou Revolução 1924, traindo seus companheiros, conforme ordem do dia general Miguel Costa. Seu telegrama vem apenas positivar lhe falta serenidade para exercer Chefia Política. Você me causa pena – Deputado Domingos Vellasco.

Em 23 de março de 1936, o deputado goiano e mais quatro parlamentares – João Mangabeira (Bahia), Abgvar Bastos (Pará), Otávio da Silveira (Paraná) e o senador Abel Chermont (Pará) – foram presos, sob a acusação de estarem planejando “nova e iminente eclosão violenta das atividades subversivas das instituições políticas e sociais”, sucessora da intentona de novembro.

A repressão não perdoou nem mesmo um dos mais caros pilares da democracia liberal – a imunidade parlamentar. “Deputados e oficiais do Exército também entram na lenha”⁴⁵, ouviu, perplexo, Domingos Vellasco ao identificar-se aos seus carcereiros. As ameaças convolveram-se em espancamento em relação ao senador Abel Chermont.⁴⁶ “Os cinco congressistas foram mantidos em solitárias nos primeiros dois meses, sem direito sequer aos privilégios de ar fresco dados aos presos comuns,” salientou o brasileiro Robert Levine.⁴⁷

⁴⁵ Cf. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1937, p. 30.666.

⁴⁶ Cf. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1937, p. 30.750.

⁴⁷ LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas (1934-1938): os anos críticos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 200.

Os discursos de 1935 simpáticos à causa da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e anteriores à intentona transformavam-se agora em armas do governo contra Vellasco. “O Capitão Luiz Carlos Prestes é um dos brasileiros mais dignos que existem”, bradou Domingos Vellasco na sessão de 07 de julho de 1935 da Câmara. Onze dias depois, defendeu novamente o “Cavaleiro da Esperança”: “É sob esse aspecto que defendo o Sr. Luiz Carlos Prestes, a quem conheço desde a infância. Sei que elle é incapaz de desonestidades.”⁴⁸

Os dissabores vividos por Vellasco não se resumiram ao encarceramento: “Rio, 2 – Foram cassadas as patentes do tte. coronel honorário dr. Pedro Ernesto e tte. reformado Domingos Vellasco,”⁴⁹ noticiou o *Correio Oficial* de Goiás.

Permanecendo preso por mais de um ano, a única voz da oposição goiana no Congresso Nacional acabou calada, uma vez que o primeiro suplente da Coligação Libertadora, Jalles Machado de Siqueira, não pôde assumir a vaga.⁵⁰

Ao julgar seu processo em maio de 1937, o Tribunal de Segurança Nacional absolveu Domingos Vellasco. Segundo o deputado estadual Genserico Gonzaga Jaime, o governador de Minas Benedito Valadares e o parlamentar João Neves da Fontoura influenciaram na decisão.⁵¹ Retornando à tribuna da Câmara dos Deputados, Vellasco voltou a responsabilizar o chefe de polícia: “minha prisão foi vingança pequenina de um inimigo pessoal – o Sr. Filinto Muller.”⁵²

⁴⁸ VELLASCO, Domingos Netto de. Defesa prévia apresentada pelo deputado Domingos Vellasco ao Tribunal de Segurança Nacional. In: CONTART, Luiz Gonzaga. *Vellasco: paladino do socialismo*. Goiânia: ed. do autor, 1995, p. 485.

⁴⁹ Cf. *Correio Oficial*, Goiânia, 05 de maio de 1936.

⁵⁰ Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1936.

⁵¹ Cf. carta de Genserico Gonzaga Jaime a João Luiz de Oliveira, datada do Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1937. Manuscrito. Arquivo do autor.

⁵² Cf. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1937, p. 30606.

A atuação dos goianos na mudança da Capital Federal¹

*Lena Castello Branco Ferreira de Freitas**

Tantos anos decorridos da inauguração de Brasília (21.04.1960), em uma fração da população brasileira persiste a ideia de que a transferência da capital da República para o Planalto Central tenha sido um erro que, se não provocou, ao menos contribuiu para agravar a sucessão de crises que têm afetado nosso País, nas últimas décadas. Pouco se diz dos benefícios decorrentes da mudança, como a “descoberta” do vasto Brasil interior, que se vai desvendando com o deslocamento das fronteiras agrícolas e demográficas. De fato: daquela época à atualidade, é evidente a aceleração da ocupação do Centro-Oeste e sua inserção no eixo dinâmico da economia nacional, superando, em retorno, tudo quanto foi despendido na construção da nova capital. Para a qual contribuíram, de maneira continuada e persistente, políticos, administradores, intelectuais e cidadãos goianos.

Vale lembrar que outras mudanças do centro governativo aconteceram, em tempos recuados. A primeira capital brasileira, instalada em 1549, foi a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos; mais de 200 anos depois, a sede do governo colonial seria

* Doutora em História; professora titular aposentada da UFG. Membro da Academia Goiana de Letras e sócia emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

¹ Versão modificada de texto publicado in *Perfil Cultural* n. 7. Bela Vista de Goiás (2012) p. 27-48.

transferida para o porto marítimo mais próximo das minas de ouro das Gerais, que galvanizavam a atenção dos governantes. Assim é que a partir de 1763 e por quase dois séculos, a mui heroica e leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro sediou a capital da Colônia, depois do Vice-reino, do Império e da República, conforme ocorreram transformações políticas e institucionais no Brasil.

A localização dessas cidades à beira-mar refletia o primeiro estágio da ocupação territorial do país em formação, quando – na expressão de Frei Vicente do Salvador – seus habitantes fixavam-se no litoral “arranhando as costas como caranguejos”. Em diferentes momentos, houve, entretanto, homens de visão que voltaram os olhos para o imenso espaço geográfico a ocupar e buscaram traçar rumos e estratégias para integrá-lo de fato à Nação.

Assim é que nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira há depoimentos que indicam ser a mudança da capital para o interior uma das preocupações dos conjurados. A iniciativa voltou a ser lembrada pelo almirante inglês, Sidney Smith, ao então Príncipe Regente, D. João VI, por ocasião da vinda da corte portuguesa para o Brasil (1808). Poucos anos mais tarde, o jornalista Hipólito José da Costa, editor do *Correio Braziliense*, em Londres, advogava que a capital fosse levada para longe do litoral, “junto às cabeceiras do rio São Francisco” (Kubitschek, [s.d], p. 18).

Em 1823, a necessidade da construção de uma nova capital é enfatizada por José Bonifácio de Andrada e Silva à Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Império, através de *Memória* na qual sugere para a nova cidade os nomes de “Brasília” ou “Petrônia”, este em homenagem ao Imperador D. Pedro II (*idem*). A ideia era vista, entretanto, como utópica e irrealizável, a despeito de alguns notáveis a terem defendido; dentre outros, o historiador

Francisco Adolpho Varnhagen, o senador Holanda Cavalcanti e o pintor Pedro Américo.

Entrementes, tornou-se conhecido o sonho relatado por D. Bosco, durante reunião do Capítulo Geral da congregação salesiana, quando contou ter sido “arreatado pelos anjos”. Afirmava o santo que “entre os paralelos 15° e 20° havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago”; e que ouvira uma voz dizendo: “Quando escavarem as minas escondidas no meio desses montes aparecerá aqui a Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível. E essas coisas acontecerão na terceira geração” (idem, p. 19). As visões de D. Bosco aconteceram em 1883; somando-se as três gerações previstas - 25 anos cada - chega-se a 1958, quando se intensificaram as obras da construção de Brasília.

* * *

Com o advento da República, o tema da mudança da capital federal é inserido na Constituição de 24.02.1891, que estabelece em seu artigo 3º: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

Providências foram tomadas para tornar efetivo o preceito constitucional: no governo de Floriano Peixoto (1892), é nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, presidida pelo engenheiro belga, Dr. Luis Cruels, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.

Referida Comissão incluía militares e civis com formação profissional diversificada. Entre estes, figuravam três goianos: os alferes do exército Henrique Silva, Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim e Felicíssimo do Espírito Santo, referido como “ajudante”. É oportuno registrar que Henrique Silva, entusiasta e defensor da mudança da capital para o Planalto Central lutou por ela nas páginas da revista *Informação Goyana*, editada no Rio de Janeiro, da qual foi fundador e diretor.

No final do século XIX, persistia o isolamento do Planalto Central em relação ao restante do país. O deslocamento da Comissão Cruls consumiu 50 dias de viagem: inicialmente de trem, do Rio de Janeiro a Uberaba, ponto final da estrada de ferro; na etapa seguinte, a cavalo, passando pela capital da província de Goiás e tendo como ponto final Pirenópolis, cidade mais próxima do local previsto para receber a nova capital.

Como base de operações, uma casa é alugada e nela se instalam os integrantes da Comissão, que ali permanecem por mais de dois anos. Conforme o exigissem os trabalhos, realizam serviços de escritório e de campo, fazendo estudos e levantamentos referentes à posição astronômica, bem como à orografia, hidrografia, clima, condições sanitárias, água, materiais de construção, cobertura vegetal da região e demais itens pertinentes.

Encaminhado ao governo federal, em dezembro de 1894, o *Relatório Cruls* foi o primeiro RIMA - Relatório de Impacto Ambiental – elaborado no Brasil. Nele, ficou definida a demarcação de uma área de 14.400km² - o Quadrilátero Cruls – aonde deveria ser construída a capital da República.

O território assim delimitado, em sua totalidade, situava-se – situa-se - no estado de Goiás, que viria a perder uma área

considerável para abrigar o Distrito Federal, incluindo a nova capital federal. A aparente desvantagem seria, entretanto, amplamente compensada, uma vez que, com a construção da futura capital, ensejar-se-ia a ocupação demográfica, bem como a implantação de vias de comunicação que dariam fim ao isolamento da região.

A ideia da mudança da capital experimentou avanços e recuos, ao longo da história da República. Não sem motivo, os goianos abraçaram a causa, embora se mantivessem um tanto céticos quanto à sua viabilidade e efetivação. Pesava nessa atitude realista a consciência da grande quantidade de recursos necessários ao empreendimento, ao lado da consciência de ter pouca visibilidade a representação política do estado, cujo limitado poder de pressão parecia insuficiente para mobilizar o interesse das autoridades federais pela causa. Em 1894, todavia, o senador goiano José Leopoldo de Bulhões, que começava a destacar-se entre seus pares e era membro da Comissão de Finanças do Senado Federal, obteve a liberação de recursos para viabilizar a anteriormente referida Comissão Exploradora do Planalto Central.

Em diversos momentos, políticos de Minas Gerais também se manifestaram favoráveis à mudança da capital para o interior, contando com o apoio do deputado federal fluminense Alcindo Guanabara, que - na Primeira República - provocou a retomada do debate em torno do tema. Deixando de lado o trabalho já realizado na demarcação do Quadrilátero Cruls, defendia o influente parlamentar fluminense a transferência da capital do país para Belo Horizonte, cidade planejada e edificada segundo avançados padrões urbanísticos e arquitetônicos.

Foram muitas as tentativas de levar a nova capital para o Triângulo Mineiro - sendo preciso que a bancada goiana se

mantivesse alerta no sentido de que fosse cumprido o preceito constitucional da mudança da capital federal, insistindo na área demarcada pela Comissão Cruls no Planalto Central.

Parlamentares de diferentes estados abraçaram a causa, como o senador paraense Justo Chermont, autor de projeto de lei nesse sentido, subscrito pelos representantes de Goiás na Câmara Alta. Previa que a construção da capital se efetivasse sem ônus para o poder público: feita concorrência pública internacional, à firma vencedora seria adjudicada a concessão, por 20 anos, da exploração dos serviços públicos. O projeto suscitou debates, mas não chegou a ser submetido ao plenário.

* * *

Ao aproximar-se o Centenário da Independência, o deputado goiano Antônio Americano do Brasil², médico e historiador, associou-se ao deputado maranhense, Marcellino Rodrigues Machado³ na apresentação de projeto de lei que versava sobre a construção da nova capital da República, dentro da área demarcada pela Comissão Cruls. De acordo com o projeto, “em janeiro [o governo] publicará editais sobre a apresentação de plantas e meios de construção da futura capital, estabelecendo prêmios, de modo que em setembro de 1922, seja o resultado submetido ao Congresso Nacional”. Ficava prevista a abertura dos créditos necessários à execução da lei, bem como o lançamento da pedra fundamental da nova capital.

² Antônio Americano do Brasil (1891-1932) foi deputado federal por Goiás na legislatura 1921-1923, pelo Partido Democrata.

³ Marcellino Rodrigues Machado (1886-1977) foi eleito pelo Partido Republicano governador do Maranhão e, sucessivamente, deputado federal e senador por esse estado.

Aprovado com alterações pelo plenário foi o projeto convertido em decreto legislativo⁴. Na data e hora marcada, ao meio dia de 7 de setembro de 1922, dá-se a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da futura capital da República, nas proximidades de Planaltina. A cerimônia teve lugar na elevação que passou a ser denominada como Morro do Centenário, onde foi levantado um obelisco com 3,75 metros de altura, composto por 33 blocos de concreto que evocam os 33 anos transcorridos da proclamação da República. O presidente da República, Epitácio Pessoa foi representado na cerimônia pelo diretor da Estrada de Ferro Goiás, engenheiro Ernesto Balduino de Almeida; o Congresso Nacional, pelo deputado Marcellino Rodrigues Machado, coautor do projeto. Todo o empenho dos proponentes resultou nesse gesto simbólico que, mesmo chamando a atenção do país para a localização da futura capital, no Planalto Central, pouco acrescentou em termos objetivos para sua materialização.

Entretantes, o projeto Justo Chermont é aprovado na Comissão de Justiça e Legalidade do Senado Federal, onde permanece estacionário; no ano seguinte (1924), o senador goiano, Antônio (Totó) Ramos Caiado pede que seja retirado do esquecimento e profere veemente discurso em favor da mudança da capital.

Depois de citar estadistas e personalidades ilustres que a defenderam e apoiaram pergunta: “Haverá vantagens nesse empreendimento?” Argumenta que tais vantagens foram amplamente analisadas na Constituinte; oferece “exemplos de grandes nações” que colocaram a capital no centro do seu território e assinala que o poder executivo, no Rio de Janeiro, “sofre a ação

⁴ Decreto Legislativo n. 4.494, de 18.01.1922.

dos demolidores e das influências perniciosas”. Entende, todavia, que o mais promissor dos argumentos em favor da mudança da capital é de ordem econômica, pelo que lembra “a inconteste e assombrosa fecundidade do Brasil Central [que] só exige o silvo da locomotiva para se transformar em grande celeiro da União e efetivamente colaborar para felizes dias das finanças nacionais”.

Como a determinação constitucional relativa à mudança da capital continuasse sem efeitos práticos, alerta Ramos Caiado:

[...] dorme no seio das Comissões do Senado, desde 29 de novembro de 1919, o projeto de nosso ilustre colega senador Justo Chermont, que manda abrir concorrência para construir, sem ônus para a União, a nova Capital – repetimos, SEM ÔNUS! [...] muitos capitalistas aguardam a transformação desse projeto em lei para concorrer para a execução desse grande empreendimento, que por si só, realizado, constituirá a glória de um governo⁵.

O projeto de lei, contudo, encontra resistências e é arquivado.

Nos tumultuados anos finais da década de 1920, agitações e sublevações levaram à ruptura constitucional, com a chamada Revolução de 1930. Tem início um período de governo discricionário que iria depois de enorme pressão popular, desembocar na Assembleia Nacional Constituinte. Nesta, voltou a ser discutido o tema da mudança da capital federal, sobre o qual versa o artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho de 1934: “Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil (...)”.

⁵ Discurso proferido pelo senador Antônio Ramos Caiado; sessão de 04.07.1924. Anais do Senado Federal, Rio de Janeiro, 1924, p. 400-409.

Foi prevista, igualmente, a criação de uma comissão para estudar a localização da nova capital; a decisão final caberia ao Congresso Nacional. Entretanto, com o golpe que instituiu o Estado Novo, na Constituição então outorgada (1937), o assunto é tratado de forma indireta, limitando-se a referir o Distrito Federal (Rio de Janeiro) “enquanto sede do Governo da República” (art. 7º).

Na vigência da ditadura de Getúlio Vargas foi promovida a Marcha para o Oeste, que tinha por objetivo a implantação de uma política demográfica de incentivo à migração interna, para a ocupação do interior do país; previa-se a construção de estradas, bem como a reforma agrária mediante a criação de colônias agrícolas que dariam suporte à produção agropecuária.

A despeito da proclamada disposição de ocupar os vazios interiores do continente brasileiro, nenhuma providência foi esboçada relativamente à mudança da capital federal para o Planalto Central, vale dizer, para longe do litoral. O tema voltou a ser lembrado por motivos estratégicos pertinentes à segurança nacional, no contexto da Segunda Grande Guerra (1939-1945) que conflagrava a Europa.

* * *

Com a redemocratização (1945), instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte que voltou a discutir a mudança da capital para o Planalto Central; o tema é acatado pela maioria dos constituintes, de tal forma que a Carta de 18 de setembro de 1946 determinou em suas Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 4º. - A Capital da União será transferida para o planalto central do país.

& 1º. Promulgado este ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital (...)

& 3º. Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital.

Dava-se por encerrada a discussão da conveniência – ou não – da mudança da capital, passando-se doravante à fase executiva do projeto. Sem demora, o presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, nomeia a Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital Federal, presidida pelo general Poli Coelho. Entre os nove membros da Comissão, duas correntes digladiavam-se quanto ao melhor sítio para receber a nova cidade: de um lado, estavam os que apoiavam o Triângulo Mineiro; do outro, os adeptos do Quadrilátero Cruls, em Goiás, afinal vitoriosos por ampla maioria de votos.

Concluído o Relatório da Comissão em 1948, este é enviado ao presidente Dutra, que o encaminha ao Congresso Nacional, acompanhado de mensagem que o ratifica e endossa. O assunto envolvia conveniências e interesses de diferentes matizes – econômicos, políticos, regionais, pessoais, de grupos de pressão etc. No Congresso, a discussão do tema entrou em compasso de espera e nada foi decidido a respeito, naquela legislatura.

* * *

Aos políticos e ao povo de Goiás caberia manter acesa a crença na mudança da capital. Com efeito: governador eleito em 1946, o engenheiro goiano Jerônimo Coimbra Bueno tornou-se líder dos mudancistas, ou seja, aqueles que lutavam pela mudança da capital federal para o Planalto Central. Não deixava o assunto cair no esquecimento, insistindo na necessidade dessa providência e seus efeitos benéficos para o estado e para o país. Jerônimo – e o irmão Abelardo, também engenheiro – criaram a Fundação Coimbra Bueno para a Nova Capital do Brasil, colocando seu prestígio político e fortuna pessoal a serviço desse ideal. Com visão arrojada e visando a influenciar a opinião pública, fundaram a Rádio Brasil Central, de grande audiência popular, que levou aos mais distantes rincões a pregação em favor da construção de uma nova capital no Planalto Central.

Nesse ínterim, volta ao Palácio do Catete o ex-ditador Getúlio Vargas, agora eleito pelo voto popular. No Congresso Nacional, caíra no esquecimento o preceito constitucional da mudança da capital. Para revigorá-lo, o deputado goiano Galeno Paranhos (PSD) propôs e obteve, na Câmara Federal, a criação da Comissão Especial da Mudança da Capital da República, com 25 membros de diferentes partidos e regiões do país.

No mesmo ano (1953), o presidente Vargas designou a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, presidida pelo chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Aguiinaldo Caiado de Castro, goiano de nascimento. Essa Comissão era integrada por representantes de diversos ministérios e de órgãos públicos de prestígio, inclusive representantes indicados pelo governo do Goiás.

Por essa época, Goiânia se consolidara como nova capital estadual, mas as dificuldades de transporte e de comunicação

continuavam a impedir que se acelerasse o desenvolvimento regional. A despeito de o transporte aéreo ter chegado à cidade em 1938, este se mantém restrito e escasso. A viagem por terra ao Rio de Janeiro dura três dias, por precárias estradas de terra. Os trilhos da Estrada de Ferro Goiás chegam finalmente a Goiânia, em maio de 1950, mas o deslocamento de cargas e passageiros ainda é lento e difícil. A transferência da capital federal para o Planalto Central impõe-se como solução para tais entraves, que se antepõem ao progresso.

Sob a presidência do general Caiado de Castro, com vistas à dinamização das atividades da Comissão, são criadas subcomissões e recorre-se aos modernos recursos tecnológicos da aerofotogrametria, executados pela firma norte-americana Belcher & Co. Em curto espaço de tempo, especialistas vêm para o Brasil realizar observações e colher amostragens, para o que são despachados de avião equipamentos de campo, jipes, reboques, sondas perfuradoras etc. Os trabalhos desenvolvem-se em ritmo acelerado.

Eis que, no bojo de grave crise política, suicida-se o presidente Getúlio Vargas. Em clima de intensa comoção nacional, assume o vice-presidente Café Filho. O general Caiado de Castro demite-se da presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, sendo nomeado para sucedê-lo o marechal. José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, conhecido pelo dinamismo e operosidade. Sem demora, ele se desloca para o Planalto Central, onde irá hospedar-se nos arredores de Planaltina, na chácara do vice-governador de Goiás, o médico Hozannah Guimarães. A precariedade dos meios de transporte é de tal ordem que a viagem de avião, a partir do Rio de Janeiro, assume

a feição de arriscada aventura, com duração de três dias e escalas em Barreiras (BA) e Formosa (GO).

Prosseguem os trabalhos da Comissão, sendo indicados cinco sítios de 1.000km² cada, como adequados para sediar a nova capital. São batizados com o nome das cores com que figuram nas cartas geográficas; virá a ser escolhido o Sítio Castanho, localizado entre 900m e 1.100 m de altitude.

De posse do Relatório da Comissão, o marechal José Pessoa é recebido em audiência pelo presidente Café Filho, a quem entrega o documento; com o objetivo de antecipar-se à previsível especulação imobiliária, sugere a edição de decreto que declare de interesse social e utilidade pública a área escolhida para a nova capital. Para surpresa do militar, o presidente recusa-se a fazê-lo – e não esclarece o porquê de sua atitude. Especula-se que talvez decorresse de certa simpatia pela UDN (União Democrática Nacional), visível na personalidade do primeiro mandatário, que assim assumia a mentalidade antimudancista prevalecente naquele partido. Ou talvez ele receasse que a população do Rio de Janeiro, traumatizada com a trágica morte de Vargas, reagisse de forma violenta à mudança da capital.

* * *

Certo é que, convicto da necessidade da mudança, o marechal José Pessoa resolve expor a situação ao governador de Goiás, José (Juca) Ludovico de Almeida, do Partido Social Democrático (PSD), que vivia situação inusitada. Com efeito: sob a alegação de fraudes eleitorais, tramitava na Justiça ação que questionava a

legitimidade da eleição e objetivava sua destituição do governo⁶. Encontrando-se, contudo, no exercício do cargo, entendeu o *Dr. Juca*, como era conhecido, que o momento era propício para que a mudança da capital federal para o Planalto Central se tornasse realidade. Agindo com rapidez, declarou de utilidade pública e interesse social para desapropriação a área escolhida para abrigar a nova capital do país⁷.

Na sequência, nomeou a Comissão (estadual) de Cooperação para a Mudança da Capital Federal⁸, integrada por nove membros; e convocou para presidi-la o médico Altamiro de Moura Pacheco, filiado à União Democrática Nacional (UDN), ex-candidato opositor ao Palácio das Esmeraldas. Com esse chamamento, o governador incentivava as elites políticas estaduais para que se unissem, de forma apartidária, em torno da ideia da mudança da capital, de interesse para o país, para o estado e para o povo brasileiro e goiano.

A Comissão de Cooperação pôs-se em campo, com vistas à desapropriação dos imóveis que comporiam a área do futuro Distrito Federal, situados nos municípios goianos de Luziânia, Planaltina e Formosa. Para melhor desenvolver suas atividades, foi criado um escritório móvel que se instalava na localidade onde fosse requerida a presença da Comissão. Registre-se que nem os membros desta, nem o presidente, Dr. Altamiro receberam remuneração pelos serviços prestados.

⁶ Somente em 1960, a Justiça reconheceu que deveria ter sido empossado no governo de Goiás o candidato Galeno Paranhos (coligação UDN/PSP) e não José (Juca) Ludovico de Almeida (coligação PSD/PTB); entretanto, este último já havia cumprido todo o mandato governamental. Nota da Autora.

⁷ Decreto estadual n. 480 de 30.04.1955.

⁸ Decreto estadual n. 1.258 de 05.10.1955.

De outra parte, o governo de Goiás, além de destinar recursos humanos e materiais para os trabalhos da Comissão, determinou que se procedesse à recuperação das estradas estaduais existentes na região, bem como a construção de outras, assim tornando mais fácil a ligação rodoviária do Planalto Central aos centros urbanos e industriais do país.

Paralelamente, o senador goiano, Jerônimo Coimbra Bueno (UDN), propôs e obteve a aprovação de emenda ao orçamento da União, através da qual foram alocados recursos adicionais para custear as atividades da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. Deu-se início à negociação amigável com os proprietários, sendo possível proceder-se à compra direta de muitas áreas rurais.

A agilidade e eficiência com que atuou a Comissão tornou possível a desapropriação de boa parte dos imóveis por preços baixos, resultando em economia para os cofres públicos. Em alguns casos, contudo, houve problemas na documentação, ou discordância dos proprietários ou posseiros, resultando em ações judiciais que se estenderam por muitos anos. Foi um trabalho minucioso e desgastante, em que sobressaiu a atuação do consultor jurídico da Comissão, o advogado goiano, Segismundo de Araújo Melo. Não obstante tais dificuldades, em cerimônia realizada em 18.02.1957, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro - então capital da República - foi transferida à União a propriedade das terras adquiridas pelo governo de Goiás para a construção da nova capital.

Por essa época, a representação goiana no Congresso Nacional era integrada por parlamentares que, em sua maioria, entendiam ser a mudança da capital assunto de interesse nacional

e, portanto, acima de divergências e idiosincrasias pessoais ou partidárias. No PSD, sobressaíam como mudancistas os deputados federais Galeno Paranhos, Benedito Silva, Wagner Estelita Campos e Benedito Vaz; na UDN – além dos senadores Jerônimo Coimbra Bueno e Alfredo Nasser – destacavam-se os deputados federais Jalles Machado e Emival Caiado, cuja atuação teve como fulcro a mudança da capital.

* * *

Parlamentar estreante, tão logo tomou assento na Câmara dos Deputados (1956), Caiado propôs e conseguiu aprovar a recriação da Comissão Especial da Mudança da Capital Federal. Na eleição para a presidência da Comissão, candidatou-se o goiano Benedito Vaz; disputava-a, igualmente, o mineiro Guilhermino de Oliveira que tinha mais chances de sagrar-se vitorioso. Caiado articulou a candidatura de um *tertius* – o amazonense Pereira da Silva – que ganhou a eleição; ao próprio Emival, coube a relatoria da Comissão.

Em campanha eleitoral para a presidência da República, o candidato do PSD (Partido Social Democrático) mineiro, Juscelino Kubitschek, fizera elaborar um ambicioso Programa de Metas; para divulgá-lo, iria percorrer o Brasil, reiterando sua posição de respeito integral à constituição e às leis.

É conhecido o episódio ocorrido em Jataí, no interior de Goiás, quando, durante o primeiro comício de sua campanha⁹, o candidato foi interpelado pelo serventuário da Justiça, Antônio Carvalho Soares, o *Toniquinho*, que perguntou:

⁹ Comício realizado em Jataí (GO) em 04.04.1955.

– O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende por em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas Disposições Transitórias, a mudança da capital federal para o Planalto Central ^(Kubitschek, s/d, p. 7).

O comentário é do próprio JK:

A pergunta era embaraçosa. Já possuía meu Programa de Metas e em nenhuma delas, existia qualquer referência àquele problema. Respondi, contudo, como me cabia fazê-lo na ocasião: “Acabo de prometer que cumprirei na íntegra a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova capital e farei a mudança da sede do governo ^(Idem, p.8)”.

O público reagiu com “um delírio de aplausos”. A resposta do candidato visara a agradar e conquistar os eleitores presentes; entretanto, na medida em que percorria o país e constatava que dois terços do espaço brasileiro ainda estavam despovoados, Kubitschek deixou-se empolgar pela ideia, concluindo que “o grande desafio da nossa História seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional”. Ou seja: com a construção e a mudança da capital, os grandes vazios demográficos deixariam de existir, “fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do país” ^(Idem).

Quando foi empossado, o presidente Juscelino encontrou prontos os estudos sobre a localização da nova capital, bem como definida a área que deveria recebê-la. O passo seguinte – a construção da cidade – era da competência do poder executivo, ouvido o Congresso Nacional, a quem caberia marcar a data para

a mudança da sede do governo. Em outras palavras: para que a mudança se realizasse, deputados e senadores deveriam aprová-la e dar respaldo legal aos atos do presidente da República pertinentes a essa matéria.

Entendia o presidente Juscelino que, se não pudesse terminar a construção da nova capital durante seu mandato, não deveria começá-la. Receava a cultura da descontinuidade que prevalece na política brasileira; temia iniciar os trabalhos e, caso não estivessem concluídos no fim do seu governo, as estruturas urbanas e os prédios inacabados serem abandonados e converterem-se em ruínas.

Logo depois de empossado, Kubistchek convocou o jurista Santiago Dantas para que elaborasse anteprojeto de lei – com a respectiva mensagem presidencial –, autorizando a mudança e criando a Companhia Urbanizadora da Capital Federal, à qual ficaria afeta a construção da nova cidade ^(Idem).

Para tornar o assunto mais palatável aos políticos, ficou acertado emprestar-lhe ares de reivindicação regional, com o que concordou prazerosamente o governador de Goiás, José (*Juca*) Ludovico de Almeida. Foi programado grandioso ato público em Goiânia, quando o presidente da República assinaria a mensagem de encaminhamento do documento ao Congresso Nacional.

No dia marcado, Kubitschek e alguns convidados deixaram a capital federal - o Rio de Janeiro – quando ainda era noite. Viajando no velho DC-3 que servia à presidência da República, ao amanhecer sobrevoaram Goiânia onde uma compacta multidão se aglomerava nas imediações do aeroporto. Entretanto, uma nuvem branca, “como um imenso floco de algodão”, estacionou em cima da pista, “como se tivesse o propósito de evitar o pouso”.

Depois de frustradas tentativas de aterrissagem, os viajantes decidiram seguir para Anápolis. O avião pousou, sem contratempos. O aeroporto estava deserto. A comitiva presidencial dirigiu-se ao prédio da administração, onde um café abria as portas; sentados a um canto, pediram média, com pão e manteiga. Surgiram curiosos, que foram buscar o prefeito e demais chefes políticos do município.

Entre os presentes, resolveu-se que a mensagem presidencial seria assinada ali mesmo: no modesto botequim, perante meia dúzia de pessoas, ao invés da multidão entusiástica prevista para o ato público que se frustrara. Uma ata registrou as peripécias da viagem e assinalou a data histórica: 18 de abril de 1956 ^(Idem, p. 10).

* * *

Dez dias depois, o deputado federal goiano, Emival Caiado, apresenta requerimento¹⁰ em que pede regime de urgência para o anteprojeto que autorizava a mudança da capital e criava a Companhia Urbanizadora da Capital Federal. Como proponente e articulador do requerimento – que é subscrito pelos líderes da Maioria, da Minoria e do Bloco Parlamentar de Oposição, perfazendo 142 assinaturas –, Caiado definiu o caráter suprapartidário da luta pela interiorização da capital, inclusive com a adesão de parte da bancada opositora. Firmou-se ele, igualmente, como líder dos parlamentares mudancistas, que se distribuíam por diferentes partidos.

¹⁰ Emival Caiado. *Para uma questão de ordem*. Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 abr.1956, p. 2.783.

Foi decisiva a atuação do deputado Emival Caiado na tramitação do projeto¹¹. Na Comissão de Constituição e Justiça, um deputado da UDN pediu vista e o engavetou; transcorridas algumas semanas, o presidente da República fez saber que, se a matéria não fosse aprovada até outubro (de 1956), desistiria da nova capital, pois não queria deixá-la inacabada. Coube a Caiado obter do colega de partido a devolução do projeto, para que fosse possível discuti-lo e votá-lo.

Em 13 de agosto de 1956 – três meses depois do encaminhamento da mensagem presidencial –, Caiado profere histórico discurso na Câmara dos Deputados¹² sobre a mudança da capital do país para o Planalto Central de Goiás. Nele, refere as sucessivas proposições discutidas no parlamento, durante o Império e a Primeira República, com ênfase para a atuação do deputado goiano, Americano do Brasil; evoca, outrossim, o discurso proferido sobre o tema pelo senador Ramos Caiado – seu pai. Lembra as múltiplas providências pertinentes à mudança da capital, encetadas nos últimos anos pelo poder executivo, e destaca a recente transformação da Comissão de Localização da Capital Federal em Comissão da Construção e da Mudança da Capital Federal¹³, cujo presidente, o Dr. Ernesto Silva fora há pouco nomeado¹⁴.

Acentua a cooperação dada pelo governo de Goiás à causa da mudança, através de medidas legais e administrativas, e diz-se convicto de que a transferência da capital irá permitir a efetiva ocupação do interior do país, inclusive a Amazônia. Aparteado

¹¹ Projeto de lei n. 1.234/1956.

¹² *Discurso do sr. Emival Caiado*, proferido em 13.8.1956 e publicado in *Diário do Congresso Nacional* (seção I), p. 7.451-7.457. Rio de Janeiro, 28 ago.1956.

¹³ Transformação efetivada através do decreto n. 38.251, de 09.12.1955.

¹⁴ O Dr. Ernesto Silva, nomeado presidente da Comissão por decreto de 07.06.1956, tomara posse no dia 15 do mesmo mês. Caiado, E. *Discurso* cit., idem, p.7.453.

por diversos deputados, que com ele se solidarizam, Emival Caiado deixa claro que a mudança da capital é vista como solução para muitos dos problemas nacionais e – acredita – levará à correção de desigualdades entre as regiões. Afirmar sua convicção de que o Planalto Central é o local adequado para acolher a cidade que se construirá para sediar a nova capital, “dentro do quadrilátero demarcado (...) nos idos de 1892”.

O trabalho do deputado goiano, Emival Caiado em prol da construção de Brasília tem um de seus pontos altos na apresentação de substitutivo ao projeto de lei sobre a mudança da capital, o qual irá prevalecer sobre o texto de autoria do jurista Santiago Dantas, em tramitação no Congresso desde alguns meses antes. Para aperfeiçoá-lo, o deputado contou com a assessoria do jurista goiano, Segismundo de Araújo Melo. Com a aprovação do substitutivo, a agora renomeada Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap – foi criada como empresa pública, a primeira do Brasil, gozando da autonomia necessária para que a nova cidade pudesse ser concluída até o final do mandato do presidente Kubitschek.

A Câmara e o Senado Federal aprovaram o substitutivo Emival Caiado, que se converteu em lei sancionada pelo presidente da República¹⁵. Assinale-se, contudo, que o presidente Juscelino, em sua autobiografia, em nenhum momento refere o trabalho de Caiado. Ao contrário: diz que “era perfeito” o texto que enviara ao Congresso e elogia a lei – “simples, mas redigida com a clareza e a concisão características do estilo Santiago Dantas”^(idem, p. 40-41). Entretanto, a comparação entre o anteprojeto original e o texto convertido em lei torna evidentes as inovações que lhe foram incorporadas através do substitutivo apresentado pelo deputado Emival Caiado.

¹⁵ Lei no. 2.874, de 16.09.1956.

Pertencendo aos quadros do partido oposicionista UDN (União Democrática Nacional) o parlamentar goiano, Emival Caiado ficava em situação politicamente difícil, ante as alas conflitantes do partido em relação à mudança da capital: a sua própria, mudancista, e a antimudancista, que tinha à frente o deputado carioca Carlos Lacerda¹⁶, líder da oposição, jornalista e orador que galvanizava expressiva parcela da opinião pública.

Alguns colegas do partido viam Caiado como um moço idealista, que sonhava com melhoramentos para o seu estado natal. Certa ocasião, quando se discutia o projeto de lei que autorizava a transferência da capital e criava a Novacap, o deputado Tenório Cavalcanti (UDN) – depois de elogiar “a sinceridade de propósitos” do representante goiano –, advertiu-o, de maneira condescendente: “Quero apenas dizer a Vossa Excelência que o projeto [de mudança da capital federal] é uma quimera”¹⁷.

* * *

Definidos os limites geográficos do Distrito Federal, criada a Novacap e iniciadas as obras de construção de Brasília, faltava marcar a data da transferência da sede do governo da República. Emival Caiado não perdeu tempo e apresentou anteprojeto de lei que fixava o dia 21 de abril de 1960 para a mudança¹⁸. O documen-

¹⁶ Carlos [Frederico Werneck de] Lacerda: carioca, jornalista polêmico, proprietário do jornal Tribuna da Imprensa; filiado à UDN, elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro (DF), em sucessivas legislaturas. Foi também governador do estado da Guanabara (1961-1964). Esteve no primeiro plano dos acontecimentos políticos, nas décadas de 1950 e 1960.

¹⁷ Diário do Congresso Nacional (Seção I–Suplemento), 10 ago.1956, p. 9.

¹⁸ Converte-se no Projeto de lei n. 1773, de 27.8.1956. Diário do Congresso Nacional, 28 ago.1956, n. 149, p. 7.431, coluna 2.

to tem a assinatura de 55 deputados de diferentes partidos; curiosamente, não consta nenhum representante de Goiás, além do autor.

Em torno desse assunto foi travada mais uma batalha parlamentar na Câmara dos Deputados, onde a combativa oposição era liderada pelo udenista Carlos Lacerda. Tentando estabelecer diálogo com o colega carismático, sempre que possível e conveniente, Emival dizia-lhe que via nele todas as condições para, em futuro próximo, vir a ser governador do Rio de Janeiro ou presidente da República. A tais amabilidades somou-se um fato inusitado, que tornou Lacerda credor de Caiado: em momento de exaltação, um deputado paraibano¹⁹ sacou da arma para disparar contra o tribuno carioca, mas foi contido por Emival.

Caiado solicita regime de urgência²⁰ para a votação do projeto de lei que fixa a data da mudança da capital. Meses depois, insiste na proposta, lembrando que o projeto percorrera os órgãos técnicos da Casa e recebera parecer favorável da Comissão de Mudança da Capital Federal²¹.

Nesse íterim, a atuação oposicionista no Congresso foi exacerbada pela proposta governamental da criação de um Conselho da República, formado por ex-presidentes, que passariam a “senadores biônicos”. Liderados por Lacerda, os udenistas insurgem-se contra o projeto. Com o objetivo de discutir “medidas concretas para melhor fazer frente à ameaça”, reúne-se o diretório nacional do partido (UDN) em sua sede, no Rio de Janeiro²². Vários oradores

¹⁹ Deputado Humberto Molinaro: carioca; oficial do exército, elegeu-se suplente de deputado federal, pelo PTB da Paraíba; exerceu o mandato de 1955 a 1958.

²⁰ O requerimento de urgência, com mais de uma dezena de assinaturas, foi encaminhado à Mesa em 10.05.1957.

²¹ Emival Caiado. *Para uma comunicação*. Diário do Congresso Nacional (Seção I), 17.8.1957, p. 6.257.

²² Ata da reunião do Diretório Nacional da UDN, realizada em 21.8.1957. Manusc. Cópia xerox. Arquivo da família Caiado.

manifestam-se no sentido de que se iniciasse imediata e total obstrução dos trabalhos nas duas casas do Congresso.

Colocada a proposta em votação, Emival Caiado pronuncia-se a favor da medida, mas pede que seja feita exceção ao projeto que fixa a data da mudança da capital federal. Conforme registra a ata da reunião, “a exceção pedida não mereceu o apoio [dos presentes]” - para desgosto e desalento do deputado goiano.

Buscando entender-se com Lacerda, Caiado promete-lhe o apoio dos mudancistas no combate à reforma eleitoral e ao denominado Conselho da República, matérias que eram do interesse do partido do presidente (PSD). Diversamente, a mudança da capital federal constituía-se em assunto de alcance nacional.

Anteriormente, o deputado goiano apresentara projeto de lei que dispunha sobre a instalação do estado da Guanabara²³, após a transferência da capital para Brasília. À iniciativa somavam-se os argumentos com que Emival procurava deter o ímpeto demolidor do representante carioca, afirmando que “ele [Lacerda] tinha condições de se eleger governador” do novo estado.

Inteligente e arguto, Carlos Lacerda avalia a situação e promete que não se constituirá em entrave ao debate sobre a transferência da capital. Em contrapartida, a UDN em peso – inclusive os mudancistas – garantem que se manterão coesos na oposição à reforma eleitoral e ao execrado “conselho biônico”. Como resultado desse entendimento, o partido recua da decisão de obstruir os trabalhos da Casa, sendo possível ao presidente da Câmara colocar em votação o pedido de urgência para o projeto que fixava a data da mudança²⁴.

²³ Projeto de lei no. 1.828 de 5.9.1956. Diário do Congresso Nacional (seção I), p. 7.891. Rio de Janeiro, 7 set.1956.

²⁴ Sessão da Câmara dos Deputados em 27.8.1957. Diário do Congresso Nacional (Seção I), p. 6.523 – 6.524, 27 ago. 1957.

Depois de muitas idas e vindas, é aprovado o pedido de urgência; segue-se a aprovação do projeto de lei que marca a data da mudança para 21 de abril de 1960²⁵. Reconhecendo a importância da vitória alcançada, o presidente da República sancionou a “lei Emival Caiado”, em solenidade realizada no Palácio do Catete, com a presença de todo o ministério, de membros do poder judiciário e do poder legislativo. A assinatura de Kubitschek foi aposta ao documento com a caneta que lhe foi presenteada por jornalistas goianos, na qual se lia a inscrição: “Este ato representa o passo mais viril, mais enérgico que a Nação dá, após sua independência política, para sua plena afirmação”²⁶.

* * *

A aprovação da lei Emival Caiado teve importância decisiva para a História do Brasil. A fixação da data da mudança da capital pelo Congresso Nacional trouxe ao presidente da República o endosso do poder legislativo para a aceleração das obras e a priorização das verbas destinadas à construção de Brasília. Aprovando o projeto mudancista, o Congresso Nacional reconheceu-lhe interesse e abrangência nacional, como política de Estado e não empreendimento pessoal. O que contrasta com esforços feitos posteriormente, no sentido de assim apresentá-lo pelo próprio JK e seus biógrafos, conforme se constata em entrevistas, depoimentos e publicações diversas.

²⁵ Lei n. 3.273 de 1º.10.1957 (*Lei Emival Caiado*). Diário Oficial da União, 1ºout.1957, p. 23.017, coluna 3.

²⁶ Solenidade realizada em 3 de outubro de 1957; a caneta usada por Kubitschek foi-lhe enviada por jornalistas de Goiás, liderados por Eliézer Pena, da UDN goiana. *Um furo de 50 anos*. Diário da Manhã a.27, n.6.808. DM-Revista, p.1. Goiânia: 27 jun.2006.

De passo em passo, venciam-se as etapas da transferência da capital para Brasília, onde prosseguia acelerado o ritmo de construção. Entrementes, a oposição antimudancista passou a empenhar-se no sentido de impedir que a mudança se efetivasse - sendo proposta pela UDN a prorrogação do prazo previsto na Lei Emival Caiado para a inauguração de Brasília como nova capital do Brasil.²⁷

Recrudescer a campanha contra a nova capital, com argumentos que vão da inviabilidade de sua construção, no prazo previsto, à exaustão do tesouro nacional. A imagem de Brasília, que se divulga, é a de uma cidade inóspita, castigada pelo clima desértico do planalto, além de flagelada por nuvens de insetos e de poeira - esta onipresente no imenso canteiro de obras que é a nova capital.

Na imprensa - principalmente na do Rio de Janeiro -, repetem-se argumentos anteriormente veiculados, segundo os quais a nova capital não ficaria pronta para receber o governo, na data fixada em lei. “Em outros países - vaticinava em editorial um renomado periódico - as ruínas são restos românticos do passado. No Brasil, serão restos do futuro”²⁸.

Para fazer frente à ofensiva antimudancista, a Novacap desenvolve amplo esforço de esclarecimento, através de entrevistas a jornais, revistas, rádios e televisões. Dirigentes da empresa promovem palestras, conferências e debates sobre Brasília, aos quais comparecem formadores de opinião, políticos e representantes de entidades de classe, que são convidados a visitarem a cidade em construção.

²⁷ Ata da reunião realizada em 29.10.1958. Idem.

²⁸ Correio da Manhã, 20 out. 1966. Apud TAMANINI, Luiz Fernando. Memória da Construção v. 1, p. 266.

Na interpretação de Kubitscheck, os políticos oposicionistas haviam constatado que Brasília não seria a “sepultura política” do presidente pessedista, como tinha sido previsto e esperado pelos udenistas. Arrependidos do apoio dado à nova capital, eles tentavam remediar o erro, combatendo o que diziam ser “obra faraônica” do governo.

Atento aos fatos, Emival Caiado concebe a ideia de reunir os parlamentares que apoiam a mudança da capital. É assim criado o Bloco Parlamentar Mudancista, o qual, situando-se “acima de partidarismos”, tem por escopo dinamizar a luta pela interiorização da capital e impedir o adiamento da mudança, já fixada em lei para 21 de abril de 1960. Emival é escolhido para presidente do Bloco²⁹; passadas algumas semanas, ele vai à tribuna da Câmara e lê o Manifesto ao Povo Brasileiro, firmado pelos 171 deputados. No documento são enfocadas questões relativas ao andamento das obras, ficando assegurado que, “não obstante todas as dúvidas e restrições opostas, a construção de Brasília marcha no ritmo estabelecido e planejado (...)”.

O Manifesto ao Povo Brasileiro traz a data de 21 de abril de 1959 e é recebido com palmas do plenário. Entretanto, na medida em que se aproxima a data da transferência da sede do governo, avolumam-se empecilhos e dificuldades. É pedida a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias de corrupção – o que, se aprovado, levaria à paralisação das obras, uma vez que os recursos ficariam bloqueados e, em decorrência, restariam inviabilizados os trabalhos em andamento.

²⁹ Presidente: Emival Caiado (UDN/GO); 1º. vice-presidente: Cunha Bueno (PSD/SP); 2º. vice-presidente: Corrêa da Costa (UDN/MT); 1º. Secretário: França Campos (PSD/MG); líder: San Thiago Dantas (PTB/MG); vice-líderes: Colombo de Souza (PSD/MG), Aurélio Vianna (PSB/AL), Ruy Ramos (PTB/RS), Epílogo de Campos (UDN/PA), Guilhermino de Oliveira (PSD/MG).

Emival Caiado sugere que a indigitada Comissão seja instituída no dia seguinte à inauguração de Brasília, com o Congresso já funcionando na nova capital. A proposta não interessa aos adversários do governo; Carlos Lacerda, dizendo ser necessária uma “verificação metodizada” da matéria, requer à Comissão Especial da Mudança da Capital que ouça “as companhias empreiteiras, os fornecedores de materiais e todos aqueles que quisessem denunciar fatos relativos à administração da Novacap”³⁰.

A dez meses da data marcada para a inauguração da nova capital, Lacerda insiste em colher assinaturas para a formação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Novacap. Consegue elevado número de adesões: 108 deputados subscrevem o requerimento, mas são necessárias 109 assinaturas! A CPI não é instalada.

* * *

Em todo o Brasil, há desusado interesse pelo que se passa na capital em construção. Por inspiração de mudancistas, organiza-se a Caravana de Integração Nacional que, partindo de diferentes pontos do país, chega a Brasília em meio a grande entusiasmo. Na oportunidade, discursa Emival Caiado na tribuna da câmara, ressaltando que a cidade “é hoje uma realidade empolgante”, e a mudança da capital “um fato consumado”.

Vivem-se dias de contagem regressiva. Um mês antes da data marcada para a inauguração de Brasília, por motivo de viagem do deputado Pereira da Silva, assume a presidência da Comissão Especial de Mudança o relator, Emival Caiado. Recrudescem as tentativas de inviabilizar a mudança da capital, com críticas e reclamações

³⁰ Idem, p. 274.

as mais diversas – e cabe ao deputado goiano deter a onda de má vontade que os antimudancistas fazem espalhar no Congresso.

Ao realizar-se a última sessão ordinária da câmara dos deputados no Rio de Janeiro³¹, na qualidade de presidente do Bloco Parlamentar Mudancista, Emival profere oração em homenagem à cidade que, por tantos anos, hospedara a capital da República. Como final feliz de tão prolongada luta, deu-se finalmente a inauguração de Brasília na data fixada em lei: 21 de abril de 1960.

Nesse breve relato sobre a participação dos políticos e administradores goianos na transferência da capital, fica evidente o apoio popular à iniciativa, inclusive com a presença decisiva de um cidadão, no comício histórico de Jataí – quando Toniquinho instila no espírito de JK a ideia da transferência da capital, que passou a ser “metassíntese” do seu governo. De igual modo, fica patente a fé e persistência dos goianos, bem como a união de adversários e partidos políticos em torno da ideia da mudança da capital: dos pessedistas Juca Ludovico e Galeno Paranhos, aos udenistas Coimbra Bueno, Altamiro de Moura Pacheco, Emival Caiado e tantos outros. Nos relatos da chamada história oficial eles não estão presentes, nem é lembrada a atuação do poder legislativo, apoiando e dando respaldo legal ao poder executivo.

Ao contrário do que se encontra na literatura mais conhecida sobre a mudança da capital para o Planalto Central, a construção de Brasília não foi obra exclusiva do presidente Juscelino Kubitschek e sua “entourage” imediata; o idealismo e o desprendimento de muitos governantes e parlamentares – com destaque para os de Goiás – foram decisivos para que o sonho de tantas gerações afinal se concretizasse.

³¹ Diário do Congresso Nacional (Seção I), p. 2.648. Rio de Janeiro, 14 abr. 1960.

Bibliografia:

CRULS, Luiz. Relatório Cruls (Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil). Edição fac-similar (1. ed: 1894). Brasília: Senado Federal /Conselho Editorial, 2003.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Poder e paixão: a saga dos Caiado. 2 v. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

JAYME, J. & JAYME, J. S. Pirenópolis. 2 v. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002.

KUBITSCHECK, Juscelino. Porque construí Brasília. Rio de Janeiro: Edições Bloch [s.d].

TAMANINI, L. Fernando. Brasília. Memória e Construção. 2 v. Brasília: Livraria Suspensa , 2003.

Periódicos:

Anais do Senado Federal. Rio de Janeiro, 1924.

Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1956-1960.

Documento manuscrito:

Ata da reunião do Diretório Nacional da UDN, realizada em 21.8.1957. Cópia xerox. Arquivo da família Caiado.

Padroado Régio e sua influência no celibato sacerdotal

Pedro Nolasco de Araujo*

Houve tempo em que alguns padres constituíam família no Brasil. Isto principiou particularmente por ter nosso país sido colônia de Portugal.

Para recompensar os reis portugueses por sua luta contra os mouros e por espalhar o catolicismo pelo mundo, Roma lhes concedeu o *padroado*, isto é, o direito de indicar bispos, e outros privilégios menores referentes à administração eclesiástica. Dois desses privilégios assumiram grande importância no Segundo Reinado, o direito de recurso ao governo em questões de disciplina eclesiástica e o direito do *placet*, isto é, de censurar todos os documentos provenientes de Roma, inclusive encíclicas. O *padroado* português foi estendido ao Brasil, cuja Constituição declarou a Igreja Católica religião do Estado e a única com direito a culto público. Padres e bispos eram funcionários públicos pagos pelo Estado. Em certo sentido, a Igreja no Brasil era mais dependente do Estado que de Roma.¹

* Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

¹ CARVALHO, José Murilo de. 19. Dois bispos na cadeia. In: *D. Pedro II*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 150.

A gente foi buscar tal passagem aí, que se acha em destaque na obra *D. Pedro II*, do acadêmico e historiador José Murilo de Carvalho.

A primeira página do *Diário do Rio de Janeiro*, número 7, quinta-feira, 9 de fevereiro de 1837, traz claramente o seguinte conteúdo:

As prerrogativas da Coroa Imperial, na criação dos Bispos, consistem no privilégio ou direito de os nomear. Este direito, substituindo as antigas eleições por concessões expressas da Santa Sé, com o título canônico de *Padroado*, por fundações e dotações, achava-se já inerente à Coroa, quando a Constituição que nos rege veio, no ano de 1824, canonizá-lo, sancioná-lo e ratificá-lo como direito político, declarando no seu art. 102 § 2º ser atribuição do Imperador, como Chefe do Poder Executivo, *nomear Bispos e prover aos Benefícios Eclesiásticos*.

Esse casamento entre Igreja e Estado fazia com que, a partir da colonização, muitos religiosos se metessem em política.

A distância de Roma também explicava em parte o fato de que o estilo de vida do clero estivesse bem longe do modelo de virtudes evangélicas. A maioria dos padres tinha filhos com concubinas, algumas delas suas escravas. O regente padre Feijó era filho de padre. O mesmo se dava com o romancista José de Alencar. O grande abolicionista José do Patrocínio era filho do vigário de Campos com uma jovem escrava. Diz Carvalho.²

² CARVALHO, José Murilo de. 19. Dois bispos na cadeia. In: *D. Pedro II*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 151.

Ao passo que o padre José da Silva e Oliveira Rolim (1747 – 1835), um dos conspiradores da Inconfidência Mineira, era amasiado com Quitéria Rita, filha da lendária Chica da Silva e do não menos lendário contratador de diamantes, João Fernandes de Oliveira.

O humilde e obscuro autor destas linhas aqui, pra exemplificar, é trineto do vigário Antônio Luiz Braz Prego, da cidade de Santa Cruz de Goiás. O *Almanak Laemmert*, 1909, 66º Anno, editado no Rio de Janeiro, F-20, referente à cidade de Santa Cruz, disponível pela hemeroteca digital brasileira, no Estado de Goiás, traz o seguinte registro: “Padre Antônio Luiz Braz Prego, Vigário da Freguesia, Cavaleiro do Hábito de Cristo e exímio pregador sacro.”

O grau “Cavaleiro do Hábito de Cristo”, deferido ao Padre Prego, é uma significativa honraria concedida pela Ordem de Cristo, mais especificamente, pela Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, ordem honorífica, originária em Portugal da Ordem Militar dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo, que, por sua vez, se diz herdeira das propriedades e privilégios da extinta Ordem dos Cavaleiros Templários. E tal vínculo assinala uma relação visceral com as sociedades maçônicas.

Não seria descabido afirmar terem muitos dos maçons se considerado herdeiros dos templários.

“Outro traço que marcava a Igreja brasileira era a relação amistosa com a maçonaria”. Salienta, aqui, em seu *D. Pedro II*, o acadêmico José Murilo de Carvalho. “Vários maçons pertenciam a irmandades religiosas, sem que isso causasse nenhuma espécie”.

Pedimos permissão à família do estadista Pedro Ludovico Teixeira pra fazer uma alusão. Maria Dulce Loyola Teixeira, casada com um neto do fundador de Goiânia, inclui o núcleo

família deste, em seu *blog*,³ no rol da descendência do vigário de Santa Luzia (hoje, Luziânia, Goiás), João Teixeira Álvares. Dulce diz ali que “...a genealogia faz com que pessoas se conheçam, se tornem amigas, e mesmo distantes, estão entrelaçadas num mesmo objetivo familiar, graças ao nosso antepassado, padre João Teixeira Álvares, dito pai do Benedito.” O referido Benedito aí parece ser José Benedicto Teixeira Álvares, pai do dramaturgo e médico goiano, João Teixeira Álvares, que, por sua vez, era pai de Pedro Ludovico.

Retrato enriquecedor que do padre João Teixeira Álvarez faz, em torno de 1819, a *Viagem à Província de Goiás* do naturalista Auguste de Saint-Hilaire diz que “sabia latim, francês, italiano e espanhol; conhecia os nossos melhores escritores do século de Luís XVI e possuía uma seleta biblioteca com várias centenas de volumes, o que no país era uma raridade”.

Nada havia portanto de constrangedor, nesse aludido contexto colonial e imperial aí, em ser filho, neto, bisneto ou até trineto de padre, porque tudo isso acontecia naquela realidade marcada pela supremacia da lei civil sobre o direito eclesiástico. E marcada ainda por acentuada influência maçônica. Nem há de ser vergonhoso agora, sob o Estado Democrático de Direito.

Seja dito que “...à formação brasileira não faltou o concurso genético de um elemento superior, recrutado dentre as melhores famílias e capaz de transmitir à prole as maiores vantagens do ponto de vista eugênico e de herança social”. Comparece Gilberto Freyre na sua indispensável *Casa Grande & Senzala*, página 444, da edição (1980) da Livraria José Olympio Editora. “Daí o fato de tanta família ilustre no Brasil fundada por padre ou cruzada com

³ Familiapioneira.blogspot.com.br/2009/08familia-teixeira-avares.html

sacerdote; o fato de tanto filho e neto de padre, notável nas letras, na política, na jurisprudência, na administração.”

Mesmo porque a Igreja Brasileira reunia o que havia de mais refinado e seletivo em termos de cultura e filosofia. A história precisa mais de árbitros benignos do que de magistrados implacáveis. Urge compreender o contexto histórico.

E compreender aqui o contexto histórico consiste em compreender a instituição do *padroado régio* de além-mar.

“Em Portugal, apesar da especial devoção à autoridade pontifícia (evidenciada no envio a Roma de *embaixadas de obediência* e na concessão a D. Afonso V, em 1460, por Pio II, do título de *Fidelíssimo*, tornado permanente no século XVIII), a Igreja sofria acentuada influência do Estado, que chegou a invadir-lhe a jurisdição própria (*temporalidades*)”. Informa Hélio de Alcântara Avellar na sua *História Administrativa e Econômica do Brasil*.⁴ “*Padroado régio* era o controle das nomeações eclesiásticas pelo governo e a direção, pelo mesmo, das finanças da Igreja.”

Atentemos para o fato de que “diversas bulas foram precursoras do *padroado régio* (as já citadas *Sane Charissimus*, as duas *Rex Regum*, a *Etsi Suscepti*, especialmente), cujas concessões foram ampliadas em 1452, por Nicolau V (*Dum Diversas*).”

Avellar acrescenta a “importância fundamental, no estabelecimento do *padroado*, uma bula de Calisto III, de 13 de março de 1456 (a *Inter Coetera*, confirmatória da *Romanus Pontifex*, de Nicolau V, de 8 de janeiro de 1455), pela qual, dos cabos Bojador e Não até o Indo, ‘toda a jurisdição ordinária, domínio e poder nas coisas espirituais somente’ eram entregues à Ordem de Cristo (com a clara exclusão da administração temporal)”.

⁴ AVELLAR, Hélio de Alcântara. In: *História Administrativa e Econômica do Brasil*. 2ª Edição Revista e Atualizada. Rio de Janeiro, FENAME, 1976, pp. 40-41.

Expedem-se depois, para maior consolidação do *padroado real*, no reinado de D. Manuel, sob o pontificado de Leão X, junho de 1514, as bulas *Dum Fidei Constantium* e *Pro Excellenti Praeeminentia*, aquela no dia 7, e esta última no dia 12.

“Em conseqüência, a Ordem de Cristo perdeu a jurisdição das novas terras adquiridas desde 1512 (embora conservando o padroado sobre as dignidades eclesiásticas, como as conezias, e a arrecadação das dízimas, com as quais o Estado mantinha a Igreja).” Diz Hélio de Avellar. “Quanto às terras adquiridas a partir de 1512, o rei recebeu o direito de *apresentação*, isto é, de apresentar ao Papa os novos bispos a serem providos, como chefe do Estado. Além disso, na sua qualidade de Grão-Mestre da Ordem, apresentava aos bispos os beneficiários das demais dignidades da Igreja (cabidos, capelanias, paróquias).”

Avellar salienta ter tais privilégios sido ratificados por outra bula, a *Praecelsae Devotionis*, de 3 de novembro do mesmo ano.

Nem sempre foi pacífica assim a aplicação do *padroado* cá entre nós brasileiros. Tudo porque, em 1846, Pio IX assumiu o pontificado. “O principal documento que marcou sua posição foi o famigerado *Syllabus*”, que nada mais foi que uma lista de oitenta erros, vinculada à encíclica *Quanta Cura*, editada em 1864. “O *Syllabus* declarava ilegal o *placet*, rejeitava a supremacia da lei civil sobre o direito eclesiástico e condenava duramente os maçons”.

A despeito disso aí, o instituto do *padroado* passou ileso no Brasil até a República, uma vez que era um direito ou privilégio relacionado mais com a Monarquia.

Com efeito, o fim do regime do *padroado* se deu com a Proclamação da República em 1889. “Proclamada a República e publicados os decretos do governo provisório separando a Igreja do Estado, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e outros atentatórios às crenças católicas, cogitaram imediatamente os

bons católicos em se agruparem para formarem um partido político católico para elegerem senadores e deputados à constituinte a se reunir, a fim de na nova Constituição serem defendidos os direitos e prerrogativas da Igreja”, consagra Dom Eduardo Duarte Silva nas suas *Passagens, Autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goyaz*⁵.

Já sob a égide do novo regime, surpreendemos, em 1891, já a reprimenda que o então aludido Bispo de Goiás faz a um padre, segundo registra as *Passagens, Autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goyaz*, na cidade goiana de Bela Vista, “onde também a hospedagem foi a melhor que tivemos: casa luxuosamente mobiliada, mesa farta e variada, criado trajado com toda a decência e moças servindo-nos à mesa.” Dom Eduardo diz então “a um dos padres que se informasse de quem era aquela casa e que pessoal era o que nos estava servindo. Soube então que era o palacete do coronel Vicentão e que *aquelas moças eram filhas do vigário.*”

“Mandeí que o chamassem, e, vindo ele, declarei-lhe que, se ali quisesse ficar com as filhas, que ficasse, indo eu para qualquer outra casa; se não quisesse, que fosse para a sua casa com a sua infeliz prole. Muito magoado e chorando foi ter com um dos missionários e assim queixou-se:

— Que mal fiz eu a este bispo para separar-me assim de minha mulher e de minhas filhas”.

E Dom Eduardo arremata:

“Fiquei embasbacado à vista de tanta simplicidade e ignorância, para não usar de outro termo”.

⁵ SILVA, Dom Eduardo Duarte. Proclamação da República, Partido Católico, “O Cruzeiro”, e o Brasil Católico. In: *Passagens, Autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goyaz*. Goiânia, Editora da UCG, 2007, página 55.

Acreditamos ter faltado a Dom Eduardo um pouco de compreensão do momento histórico.

Ora o vigário de Bela Vista e sua prole não podiam pagar assim por séculos de permissividade da lei civil.

As palavras da Historiadora do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central – IPEHBC, Janira Sodré Miranda, sobre Dom Eduardo, expressas na orelha das mencionadas *Passagens do Bispo de Goyaz*, dão porém o verdadeiro tom ou espírito conservador dessa reação dele:

“Esta autobiografia traz a visão de um eclesiástico que esteve no centro do processo de *romanização* da Igreja Católica em Goiás e no Triângulo Mineiro, tendo testemunhado e militado contra a penetração e difusão das ideias liberais, da maçonaria, kardecismo e do protestantismo.”

A reação veemente de Dom Eduardo reflete um nítido anseio de mudança nas atitudes do clero da época, inclinada já ao espírito da República, tendente à *romanização*, melhor, a restaurar os direitos e prerrogativas da Igreja de Roma. Ou tendente ao sistema do *Ultramontanismo*: daqueles que são favoráveis à autoridade absoluta do Papa em matéria de fé e disciplina.

Goiânia, 03 de novembro de 2015.

CRÔNICAS

Ainda que seja tarde

Coelho Vaz*

A crônica brasileira só alçou voo e passou a ocupar lugar de destaque, e reconhecimento como arte literária no final do século XIX.

Antes, surgiu como instrumento de distração e diversão nas publicações dos jornais, sobretudo no Rio de Janeiro, na época, Capital Federal, centro das decisões políticas.

Nos embates travados pelos jornais, posições políticas tornaram-se as mais acirradas. Para amenizar o alvorecer do pesado noticiário, nasceram as publicações das crônicas imitando os folhetins franceses “no *espaço do jornal para distração do leitor*”.

Diversos cronistas firmaram seus nomes na iniciação do gênero artístico no século XX, que assumiram feição literária com textos curtos, breves, conceituando-se como crônicas narrativas reflexivas, históricas, filosóficas, saudosistas e líricas.

Destacaram-se entre outros escritores que deixaram seus nomes gravados nas árvores dos bons frutos e das sementes espalhadas no meio cultural os consagrados Olavo Bilac, João do Rio, Lima Barreto, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues, Fernando Sabino, Rubem Braga, esse último um dos mais laureados cronistas brasileiros.

* Geraldo Coelho Vaz é presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Em quase todo número do conceituado jornal do sudeste goiano, *Diário de Catalão*, descortinavam-se crônicas assinadas do até então desconhecido, por mim e pela área dos amantes de boa leitura, o cronista Fued Elias Junior. Com linguajar simples, compreensível, analisa e registra acontecimentos importantes de sua “aldeia”.

Agora reúne diversas crônicas por ele selecionadas e as publica em livro, com sugestivo título *Ainda Que Seja Tarde*, abrindo o trabalho literário com a crônica que leva o nome de sua primeira obra na presente edição.

Não vacilou ao titular a primeira crônica, pois trata-se de uma das melhores. Lembra-se com carinho do seu encontro em Catalão com um dos grandes poetas, reconhecido como um dos importantes da literatura brasileira, monsenhor Primo Vieira, embora mineiro de nascimento, com profundas raízes catalanas.

Surpreendeu-me a crônica postada pela criatividade e pela pesquisa, sobretudo ao analisar os *Haicais* de Primo Vieira, e afirmamos, sem dúvida alguma, ser ele o introdutor dessa poesia Oriental no campo fértil da literatura que se faz em Goiás e, por que não dizer, no Brasil.

É uma lembrança sabiamente importante por parte do cronista que despertou desse encontro a facilidade de postar para o gênero literário o vínculo da temática do cotidiano, do mediato registro do momento e do tempo.

Gostei muito das crônicas “*O Melhor Dia de Morrer é Sábado, à Tarde*”; “*Reminiscência*”; “*Assim Caminha a Humanidade*”; “*Aquela Criança Que Mora Dentro de Nós*”; “*Mané Ribeirinho*”; “*O Sebo*”. Não quero dizer que as demais não sejam boas, ao contrário, é que essas me tocaram de forma especial.

Daí entender-se o alto nível de seu trabalho, estilo próprio, criativo de boa técnica no uso do fazer literário.

O grande estadista e escritor Rui Barbosa, certa vez se expressou dizendo que “*maior que a tristeza de não haver vencido é a vergonha de não ter lutado*”.

A arte é luta, e Fued Elias Junior sabe ir longe no campo da batalha. Outras vitórias virão e, “*Ainda Que Seja Tarde*”, continue na caminhada que a vitória é certa. Parabéns!

Goiânia, 20 de outubro de 2017.

Avenidas de Goiânia e quadrilátero histórico de Campinas

*Bariani Ortencio**

Como já publicamos sobre a cultura do Dr. Pedro Ludovico, Iúri Rincon Godinho escreveu no seu livro *‘Construção – Cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia’*:

Pedro Ludovico, tratado de filho ingrato, amaldiçoado pela maioria da população vilaboense, com pencas de pragas na cacunda, por tirar da cidade de Goiás, seu berço natal, a condição de capital do Estado, ao construir Goiânia – gesto que representava até mesmo para muitos dos seus companheiros, nada mais do que uma ideia insana, impossível de ser realizada, alimentada por pensamentos e opiniões, naturalmente não revelados diretamente aos seus ouvidos – argamassou seu sonho e construiu Goiânia, contra tudo e contra todos os antimudancistas.

Uma pessoa com 84 anos é uma pessoa idosa, mas uma cidade é apenas uma criança.

Pois bem, como já escrevi que o Dr. Pedro desejava que o Brasil todo soubesse que em pleno sertão, no centro do Brasil, existisse uma cidade moderna e culta, e precisava de apoio, ordenou para que todas as avenidas de Campinas, que demandassem

* Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goiana de Letras.

o rumo do grande canteiro de obras da Capital em construção, tivessem os nomes dos Estados da Federação, assim como as ruas, que são transversais às avenidas, com os nomes das cidades do Estado, que eu o nomeiei de Quadrilátero Histórico, uma justa homenagem aos Estados brasileiros e às cidades goianas. Assim tivemos as avenidas, acima da 24 de Outubro: Bahia, Pernambuco, _ São Paulo, Minas Gerais, Amazonas, Paraná, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso. E abaixo da 24 de Outubro: Pará, Rio Grande do Sul, Alagoas...

A 24 de Outubro foi em comemoração à Revolução de 1930, da qual Dr. Pedro fez parte e que muito colaborou com a construção de Goiânia, pois o presidente Getúlio Vargas doou quase 1000 ações de um conto de réis, descontáveis no Tesouro Nacional.

As ruas transversais de Campinas: Catalão, Pouso Alto (Piracanjuba), Ipameri, Santa Luzia (Luziânia), Rio Verde, Jaraguá, Bonfim (Silvânia), Pires do Rio, Anápolis, Bela Vista e Praça Coronel Joaquim Lúcio. Não se sabe o porquê dos jornalistas republicanos, Benjamim Constant e Quintino Bocaiúva terem ruas com os seus nomes ao invés de Jatay, Trindade, Inhumas, Porto Nacional e mais outras.

Em Goiânia todas as ruas foram numeradas. As avenidas Goiás e as dos três grandes rios: Araguaia, Tocantins e Paranaíba, formam, com a Praça Cívica, a imagem da Padroeira do Brasil. Devido o atraso e a má fama de Goiás, tido como couteiro de bandidos, não existiram as ruas 38 e 44 (calibres de revolver e de carabina). Mas isso deve ter sido por coincidência. Goiás era mais atrasado do que Mato Grosso.

Atualmente várias avenidas e ruas de Campinas tiveram seus nomes trocados, assim, também, algumas de Goiânia. O que

não é justo porque muitas vezes há pessoas que não merecem as homenagens e são até “Ilustres desconhecidas”. O certo seria colocar o nome do homenageado-pioneiro na própria rua onde residiu por muito tempo, como foi o caso do Desembargador Maximiano da Matta Teixeira, antes, Rua 24 (centro)

Quando membro do Conselho Estadual de Cultura, fiz uma propositura para que se criasse na Prefeitura um departamento com os currículos de todos os homenageados com placas nos logradouros públicos. Os currículos dos homenageados não merecedores, trabalhos de vereadores inescrupulosos com a História da cidade e com o respeito ao povo, deveriam ceder os lugares às novas indicações, como dos principais pioneiros.

Vamos ver as trocas em Campinas: Avenida Pernambuco, por Honestino Guimarães (o mais antigo farmacêutico de Campinas. Seu bisneto, desaparecido durante revolução, que tem o mesmo nome, nomeia o importante colégio estadual de Itaberaí, com a biblioteca Bariani Ortencio). Honestino também foi avô da escritora e artista plástica Alcione Guimarães, esposa do meu afilhado e presidente do IHGG, Geraldo Coelho Vaz. Avenida Bahia, por Alberto Miguel (proprietário de uma casa comercial numa esquina da Avenida São Paulo e pai do médico Dr. Antônio Miguel); Avenida Sergipe, por Ademar Ferrugem (pracinha da Guerra de 1939 a 1945); Avenida Amazonas, por Marechal Floriano Peixoto e atual Anhanguera (prolongamento).

As ruas: Bonfim, por Dr. José Hermano (advogado e pai da Eunina (Sanina) Hermano, benemérita, fundadora do Orfanato Santa Gertrudes, e sogro do Dr. João de Brito Guimarães, um dos mais eficientes diretores do Atlético Clube Goianiense), juntamente com Edson Hermano, Calimério Machado, Moacyr Cicero

de Sá... Rua Anápolis, por Senador Morais Filho, pai do Odon Rodrigues de Moraes; fui eu quem mandou confeccionar as placas em São Paulo e as doei ao Odon, meu padrinho de casamento; Rua Pires do Rio, por Geraldo Ney, deputado estadual e filho do Cel. Licardino de Oliveira Ney. Seria mais justo ter o nome do pai, por ter sido um dos elementos-chaves quando da mudança da Capital e residir sempre no mesmo lugar, Praça Cel. Joaquim Lúcio. Licardino, Prefeito de Campinas, à época, conseguiu as assinaturas de 22 prefeitos para que o sítio da mudança da Capital fosse Campinas; Rua Bela Vista (não sei se mudou), onde nasceu o cantor Josaphat Nascimento, e pouco mais abaixo ficava o regão-dos-padres, onde a molecada campineira se divertia tomando banho. Atualmente Campinas se transformou em um imenso *shopping* aberto. Numa metrópole, como é Goiânia, com 800 bairros registrados, há milhares de ruas, avenidas e logradouros, não tendo motivos para troca de nomes já registrados. Há tempos recebi uma carta, assim: Waldomiro Bariani Ortencio - Avenida Senador Robert Kennedy, 565- Goiânia - Goiás, ao invés de Rua 82, 565-Centro. Mas um vereador corrigiu e voltou a ser Rua 82.

Todo morador de cidade deveria saber quem é o ilustre que empresta o nome a sua rua. É necessário que se crie na Prefeitura um departamento com o currículo dos homenageados. Na placa deverá constar o porquê da homenagem como em várias cidades do Estado de São Paulo. Aqui, por exemplo: Rua Hugo de Carvalho Ramos - Escritor; Avenida Pedro Ludovico Teixeira - Fundador de Goiânia; Avenida Venerando de Freitas Borges - Primeiro prefeito de Goiânia - Praça Simão Carneiro de Mendonça - Médico pioneiro; Rua Zé Cachimbo - Primeiro motorista goiano; Viela Burro Preto - Tipo de rua; Rua Coisa Medonha - Torcedor

do Atlético Clube Goianiense; Avenida Antônio Acioly – Mece-
nas do esporte goiano...

Eu, quando membro do Conselho Estadual de Cultura, consegui fazer duas trocas importantes: o Jardim Botânico, de Chico Mendes, para Dra. Amália Hermano Teixeira, orquidófila; e Parque Estadual, de Ulysses Guimarães, para Dr. Altamiro de Moura Pacheco, pois ele vendeu a sua fazenda Dois Irmãos ao Estado pela metade do preço para que fosse o “Pulmão verde de Goiânia”.

Como escrevi na última crônica, também sou de 24 de outubro, mas nos documentos. O meu pai me registrou errado, sendo eu de 24 de julho de 1923, que 24 de outubro é o dia do nascimento dele. E a minha mãe sempre dizia que quando eu nasci havia uma revolução, e a revolução àquela época foi em 1924, a famosa revolução de Izidoro Lopes. O que importa um ano a mais ou a menos na vida da gente? Hoje, 23, seria o aniversário do Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Macktub! (Está escrito: fatalidade árabe – Alcorão)

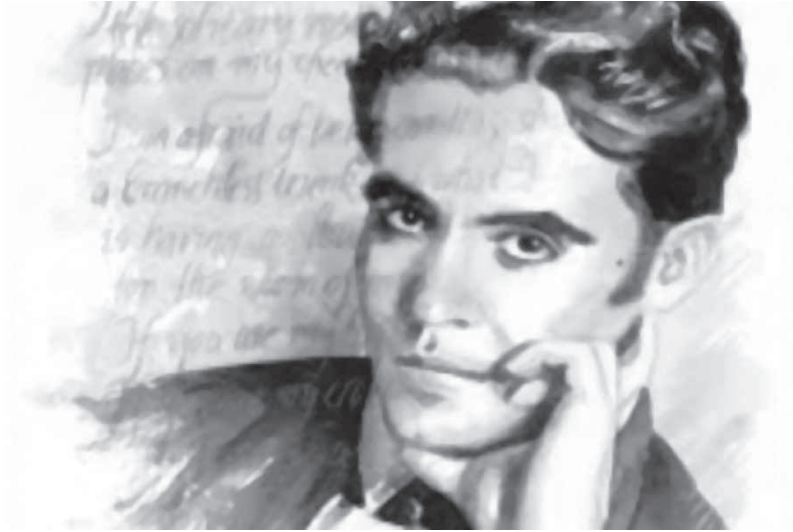
Federico Garcia Lorca

*Luiz Augusto Paranhos Sampaio**

Creio que tudo começou quando ouvi, pela primeira vez, o nome de Federico Garcia Lorca. Pensando melhor, lembro-me de que foi numa das aulas de literatura espanhola na Faculdade de Filosofia, nos anos cinquenta. O professor, um padre jesuíta de Burgos (ESP), falava sobre todos os escritores espanhóis, mas omitia, propositadamente, o nome de Lorca. A verdade é que, naquela época (1930/40), em plena ditadura franquista, buscava-se esconder a figura do poeta. O padre não fugia à regra, omitindo-se justamente falar sobre o grande nome da poesia ibérica. Certa vez, ele discorrendo sobre a obra de Gabriel Miró, não sei por qual motivo mencionou o nome de Lorca, estabelecendo uma correlação entre *El obispo leproso* e *La casa de Bernarda Alba*, onde os personagens de ambas as obras, todos repletos de afirmação pela vida, são vozes harmônicas a interpretar as fraquezas humanas.

Havia, em classe, dissertações orais e, de propósito, para quebrar as omissões, passei a ler tudo o que me vinha às mãos sobre Garcia Lorca. Como cabia a mim escolher o tema, preparei um trabalho referente à analogia entre a obra mironiana e lorquiana.

* Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goiana de Letras.



Federico Garcia Lorca

Foi dessa maneira que iniciei a exploração do mundo literário do grande poeta. Muitos escreveram sobre sua pessoa, inclusive, o meu grande amigo e diplomata William Agel de Melo, que nos ofertou a tradução de todos os seus poemas de forma brilhante.

Muitos desses escritores fizeram análises, as mais diversificadas, sobre sua vida; uns examinando o escritor em si, com as repercussões que sua grande obra causou ao universo literário; outros, veem em Lorca um poeta lúdico de signo trágico.

No próximo mês de agosto completar-se-ão 82 anos de seu fuzilamento. Pelos registros e documentos históricos, o poeta, nos dias que antecederam ao seu desenlace, viveu ocultamente na Huerta de San Vicente, sem sair às ruas, com receio de ser delatado por seus inimigos.

Consegue, então, fugir do campo e refugiar-se na cidade na casa do poeta Luís Rosales, seu amigo. Aos 16 de agosto de 1936, retiram-se dali, apesar dos protestos de seus amigos (os irmãos Rosales e o músico Manuel de Falla) e levaram-no preso. Depois, conduziram-no ao pé da Serra de Alfacar, metem-no num carro e se dirigem a Visnar, onde foi fuzilado.

Enterrado numa fossa em pleno campo, sob as oliveiras, até hoje não se sabe a data certa de seu martírio. Segundo Luís Rosales, não morreu nem a quinze, nem a dezesseis. Mas a partir dessa data todas as datas são possíveis. Eu me inclino a crer que foi, desde logo, a dezoito. Talvez, a dezenove.

O escritor e jornalista, José Landeira Yrago, referindo-se àquela tragédia humana e política, informa que o atestado de óbito do poeta granadino foi redigido quatro anos depois, em 1940, e nos dá conta de que a execução se verificou no mês de agosto de 1936, tendo sido encontrado seu cadáver no dia 20 na estrada de Visnar a Alfacar.

Bem certo, portanto, manter o mês de agosto todo como a época correta para se recordar dessa negra página da história política espanhola. Nesse trabalho, buscarei situar algumas facetas da vida e das obras de Lorca, e o farei tendo como inspiração aquela frase de Emerson, o grande filósofo norte-americano, que disse: “O talento sozinho não faz o escritor. É preciso haver um homem por trás do livro”.

Federico Garcia Lorca, na música, no teatro, na prosa, na poesia, demonstrou, antes de tudo, a sua condição de ser um homem profundamente preocupado com o mundo em que viveu. E o viveu intensamente até sua morte.

Embora no seu *Romanceiro gitano*, (1924-1927) mostrasse ao leitor o mundo andaluz, em que o gitano (o cigano) é quase incidental, apesar de afirmar, em entrevista, “Yo no soy gitano” – Queres? – “Andaluz que no és igual aun cuando los andaluces seamos algo gitanos. Mi gitanismo és un tema literário y um libro. Nada mas”. Lorca viajou pelo mundo e sempre demonstrou um espírito irrequieto. Senão vejamos: em 1916 (ano em que concluiu seus estudos em Granada) realizou várias excursões estudantis culturais, visitando Castela e Galícia; 1918, faz a primeira visita a Madri, onde passou a residir numa pensão da rua São Marcos e, depois, na residência de estudantes; fixou domicílio na capital da Espanha, de 1918 a 1927, se deslocando para várias cidades, entre as quais, Granada (cidade natal); faz excursões a Serra Nevada, no litoral de Málaga, a Catalunha, onde se hospedou na casa da família de Salvador Dali, a Barcelona, a Sevilha; em 1929 parte para os Estados Unidos, onde permaneceu até meados de 1930, antes, porém, passou por Paris, Oxford e Escócia; em 1930 vai para Cuba, convidado pela *Institucion Hispano Cubana de Cultura*, onde fez várias conferências; em 1932, o “Ministério da Instrução Pública, tendo à frente Fernando de Los Rios, professor de Direito Político e seu admirador, aprovou o projeto La Barraca, destinado a divulgar em povoados e cidades os clássicos castelhanos. Percorreu, então, Castela, Astúrias e Galícia. Após várias excursões com a trupe de La Barraca, resolveu, em 1933, ir à Argentina, convidado que foi para proferir palestras, dar recitais e dirigir as representações de suas obras *Mariana Pineda*, *A sapateira prodigiosa*, *Bodas de Sangre*, pela

Companhia de Teatro De Lola Manbrives. A permanência em Buenos Aires se estende até 27 de março de 1934, quando embarcou no Conde Biancamano que aportou em Barcelona no dia 11 de abril. Durante sua estada na Argentina, descansou no Uruguai e fez conferência em Montevideú. Ao regressar à Espanha, o navio fez escala no Rio de Janeiro e ali recebeu a visita de Afonso Reyes, então, embaixador do México, que lhe presenteou com uma coleção de borboletas brasileiras, coleção esta que permaneceu em seu apartamento em Madri até sua morte. De retorno à sua pátria, recomeçam as viagens: Semana Santa em Sevilha, veraneio em Granada, outras viagens a Santander e a Barcelona.

Como se percebe, as viagens foram uma constante em sua vida, pois que era, demasiadamente, requisitando para recitais, conferências, banquetes; atendia a todos os convites.

Eis por que se “inclinava à compreensão simpática dos perseguidos. Do cigano, do negro, do judeu, do mourisco que todos levamos dentro de nós”.

Vejamos alguns aspectos de toda a temática Lorquiana, a começar pelas obras de teatro. “Abraçei o teatro porque sinto a necessidade de expressão na forma dramática” – disse certa vez Garcia Lorca. Em 1908, quando ainda aluno dos padres Esculápios de Almeria, começou a se interessar pelo teatro de bonecos ao assistir uma apresentação de artistas ambulantes e resolve, então, montar um pequeno palco com bonecos de trapo e papelão.

Em 1921, surge *O sortilégio da mariposa*, primeira obra teatral de Lorca, que estreia em Madri no Teatro Eslavo. A peça,

uma comédia em dois atos e prólogo, redundou em fracasso, num desconcertante repúdio do público.

O teatro de Lorca se constitui numa resposta a Ortega y Gasset que, já em 1930, desejava que o teatro “voltasse a ser algo vivo, forte, perturbador dos corações”.

Lorca pretendeu, com suas peças teatrais, que “a poesia se levantasse do livro e se fizesse humana. E ao fazer-se, fala e grita. Chora e se desespera”.

Foi sua grande amizade a Manuel de Falla e Fernando de Los Rios que fez com que iniciasse o projeto *La Barraca*. Sobre Lorca, Falla se expressou: “Gostaria de ter tanta arte escrevendo versos como a que tem Federico quando toca piano”.

Em 1922, começou a ler para os amigos os *Titeres de Cachorra* uma farsa de seis quadros, obra de intenção anedótica.

Continuou interessado pelo teatro de bonecos e, em 1923, apresentou *A Menina que rega a alfavaca e o príncipe perguntador*, esta peça extraída de um velho conto andaluz.

Em 1925, conclui *Mariana Pineda*, obra esta que nos dá aquele sopro da poesia popular nativa da Andaluzia. Mariana Pineda é figura real e não ficção. Nasceu em Granada em 1804, de boa família. Casou-se com Manoel Peralta, de ideias liberais, e Mariana, após enviuar-se, fez das ideias do marido a sua ideologia política.

Revolucionária, morreu num patíbulo em 26 de maio de 1831.

Sua vida foi cantada em prosa e verso pelas crianças andaluzes, e Lorca disse sobre essa figura da história espanhola: “Os meninos de minha idade, e eu mesmo, de mãos dadas em rodas que se abriam e fechavam ritmicamente, cantávamos num tom melancólico, que me parecia trágico: Oh! Que dia tão triste em

Granada, que até as pedras fazia chorar ao ver a Marianita morrendo num cadafalso, por não delatar. Como lírio cortaram o lírio, como rosa cortaram a flor, como lírio cortaram o lírio, mais formosa de alma ficou”.

Outras obras teatrais de Lorca: *Diálogos*, experimentações estilísticas, espécie de “exercício de estilo”, por meio dos quais se adestrava para outras composições: *A sapateira prodigiosa*, que estreia em Madri, em 1930, no teatro Espanhol, pela Companhia de Margarita Xirgu: “é uma farsa simples, clássica, na qual se descreve um espírito de mulher, como são todas as mulheres e se faz ao mesmo tempo e de maneira terna, um apólogo da alma humana”, no dizer de Garcia Lorca, quando no jornal argentino *La Nacion*, fez, ele próprio, a apresentação da peça.

Em *Amor de Don Perlimplim* (1930), *Belisa en su jardim* (1930), Lorca se apresentou com uma peça trágica que foi, inclusive, proibida pela censura, quando já estava sendo preparada para encenação. Em 1933, *Bodas de Sangre* foi apresentada ao público, e que começou a consagrar o autor e lhe dá êxito financeiro, o que muito agradou a Lorca, sempre vítima das críticas familiares sobre o seu futuro incerto.

Com sua *Ode a Walt Whitman*, Lorca se apresenta, essencialmente, preocupado com o povo. Sobre essa grande obra Oscar Mendes, tradutor de *Romanceiro gitano*, publicado pela Nova Fronteira, assim se expressou:

A viagem que, em 1929, faz aos Estados Unidos, onde permanece até a primavera de 1930, dará origem a um de seus livros mais diferentes do conjunto da obra. O impacto que lhe causa na sensibilidade e na cultura tradicionalista

européia a tumultuosa civilização norte-americana da indústria e da técnica, das cidades tentaculares da denominação de *Venhaeren*, do embate de raças da exaustiva caça ao dinheiro e ao conforto, faz-lhe jorrar da imaginação poética, uma corrente de versos gritantes, de evidente influência de Walt Whitman, proféticos, protestatórios em que a ironia, o sarcasmo, a indignação ressoam de mistura com gemidos, queixumes e ternuras pelos humilhados e ofendidos, por todos aqueles que uma civilização condena às garras da injustiça e da miséria.

São passados oitenta e um anos de seu holocausto, no entanto, a sua rica contribuição à literatura mundial o coloca entre os maiores escritores da humanidade.

Os pacotes do Instituto

*Rosarita Fleury **

E o pacote continua na moda, a fazer das suas, mandando e dominando as emoções dos brasileiros.

Se abro os jornais pela manhã, o rádio ou TV mais tarde, lá está a palavra em dança frenética a tomar conta dos noticiários, entusiasmando a uns, decepcionando a muitos.

E daí? Deixa o pacote rolar. Nada temos com isso. As notícias, no entanto, chegam em altos brados, quase furando nosso tímpano. É quando, para que não haja perda de tempo, tomamos o croché e deixamos que nossas emoções se libertem pelas pontas dos dedos. Se a notícia é realmente empolgante, eles trabalham mais depressa, quase em atropelos.

Como vai o “caso” da Polônia? Péssimo! E as guerras e ameaças de guerra do lado de lá? Minha linda visita fica surpreendida. É que, da fazenda de onde viera, sem eletricidade nem condição regular de transporte, nunca pode ler nem ficar a par das novidades. Faço minhas considerações. Não posso entender como alguém adulto e vacinado, numa época turbulenta e vibrante como a que atravessamos, pode ficar alheios ao que lhe passa por perto. Só se ela também for um pacote. Pacote esquecido, dos nossos.

* Rosarita Fleury já falecida foi sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e Academia Goiana de Letras.

Houve, em dias da semana passada, reunião de encerramento dos trabalhos do ano no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, de cujo quadro me orgulho em pertencer. Seu ilustre e incansável presidente, doutor Colemar Natal e Silva, desejava expor aos associados suas lutas e labutas pela construção de um prédio, não digo luxuoso, mas que ao menos pudesse oferecer espaço suficiente para que o Instituto funcionasse. Afinal nosso Instituto foi fundado em 15 de junho de 1933, o único do Estado e primeira casa de cultura estabelecida em Goiânia, declarada de utilidade pública por Lei de 21 de novembro de 1939, por falta de verbas e decisivo apoio governamental, nunca chegou à condição de Casa preparada e capaz de prestar informações quanto à memória histórica ali depositada.

Quem passar pela rua 82, procure verificar de perto o que estou dizendo. Entre no Instituto, casa cor-de-rosa, esquina da 82 com 85. Poderá, então, ver de perto as enormes rachaduras das paredes, o teto manchado e já afundando em muitas partes, as goteiras que tudo umedecem, o piso de tacos soltos, sobre os quais andar é uma arte, porque a cada instante levamos tropeções capazes de nos atirar ao chão.

As reuniões do Instituto têm sido levadas a efeito mais durante as horas do dia, que andar à noite, atualmente, com as agressões e assaltos havidos, é ato de heroísmo. Muito bem. Na hora aprazada estávamos lá o presidente Doutor Colemar com suas duas eficientes secretárias, dona Glória e dona Lourdes, e nós os convocados. Dona Lourdes nos pediu que ficássemos um pouco do lado de fora até que, abertas todas as janelas, desaparecesse ou melhorasse o cheirinho enjoativo de mofo. Tudo feito, todas as observações seguidas no sentido de um conforto maior entre as

paredes desconjuntadas da casa. Entramos. E a visão que se tem logo ao entrar, sem precisar explicação nenhuma, é de fazer pena.

Há pilhas de jornais amontoados recebendo a umidade reinante, em terrível ameaça de ficarem apodrecidos e sem recuperação. E, nesse ambiente que deprime, os pacotes. Não esses pacotes vedetes da imprensa falada e escrita. Os pacotes do Instituto Histórico e Geográfico são pacotes anônimos, que ali estão à espera de quem os auxilie na rutura do ostracismo humilhante a que foram relegados e aguardam condições de serem manuseados e estudados com carinho. São nossos pacotes.

Em certa ocasião doutor Colemar conseguiu que algumas jovens estagiárias da UFG, especializadas no assunto, se deslocassem para o Instituto e catalogassem os pacotes de acordo com o que manda a técnica. Houve boa vontade, interesse e 820 pacotes foram organizados em ordem de assunto e cronologia. Um batalhão! Nesse batalhão de pacotes, muito da memória histórica de Goiás. E dizer que os pacotes lá continuam fechados, fora do alcance das mãos pesquisadoras por falta de meios que possibilitem o manuseio dos documentos neles contidos.

Está aí o que poderá ser observado por quem quiser tomar um trabalhinho e conhecer por dentro o Instituto Histórico e Geográfico. Que se pode fazer? Naquela reunião ouvimos a fala do sr. presidente, acatamos e concordamos com suas observações e acabamos formulando votos de um melhor 1982.

(Crônica publicada na *Folha de Goyaz*, janeiro de 1982)

ATIVIDADES DO IHGG

DATA	ATIVIDADES REALIZADAS /OUTROS – 2016
19/01/2016	Reunião dos escritores: Carlos Manuel Alves Margarido, da cidade de Torres Novas – Portugal; Terezinha Lydice Cardoso, de Goiânia – GO, com o Presidente do IHGG, Geraldo Coelho Vaz para possível lançamento de livro no auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do Instituto, no próximo mês de fevereiro.
19/01/2016	Participação do Presidente do IHGG, escritor Geraldo Coelho Vaz e associados, à homenagem prestada ao associado Bariani Ortencio, pelo Excelentíssimo Governador do Estado de Goiás, Dr. Marconi Perillo: Jantar no Palácio da Esmeraldas, às 20 horas, com representantes das entidades culturais de Goiás.
01/02/2016	Visita do engenheiro Vinícius José Monteiro Pereira, neto da historiadora, escritora Ofélia Sócrates do Nascimento para doação, ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, de livros de sua ilustre avó e oferta de doação, também do acervo bibliográfico de seu pai, professor Pereira Zeca.
01/02/2016	Visita do terapeuta Carlos Aurélio Siqueira para acertos de utilização do Auditório do IHGG para a realização de um Mini curso sobre Dependência Química a ser realizado no mês de junho vindouro.
01/02/2016	Reunião com a Professora Doutora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, diretora da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para decisões acerca da publicação da Revista nº 25 do Instituto.

07/02/2016	Reunião das entidades culturais e suas representantes: Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, Maria Elizabeth Fleury; Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Elizabeth Caldeira Brito (representando também, o Instituto Brasileiro de Culturas Internacionais); Centro de Cultura da Região Centro Oeste, Sonia Ferreira, Associação Goiana de Artes Visuais, Rosy Cardoso e convidados para a programação da participação das Instituições na realização de um festival internacional de cinema e arte a ser realizado em Goiás. Projeto apresentado pelo produtor cultural Atillio Zamperoni da cidade de Asolo-Itália.
17/02/2016	Reunião com o Sócio Titular do IHGG, escritor professor Doutor Antônio Teixeira Neto para decisões acerca da publicação de seu texto na Revista nº 25 do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
26/02/2016	Reunião dos associados Hélio Seixo de Brito e Bento Fleury Curado para tratar da publicação do livro (Obra Póstuma) de Célia Coutinho Seixo de Brito no IHGG.
26/02/2016	Visita dos estudantes cearenses: Leir Passos dos Santos (cursando Teologia) e Lucivânia Ferreira de Oliveira (cursando Pedagogia).
01/03/2016	Primeira Reunião Ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás do ano de 2016 para tratar de assuntos relativos à Instituição.
03/03/2016	Reunião para elaboração de Projeto a ser apresentado à presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Proposta inicial de título “Goiás – História e Literatura. Um olhar contemporâneo sobre a goianidade”.
22/03/2016	Reunião extraordinária para comemorar o aniversário do Presidente <i>Ad Vitam</i> José Mendonça Teles, no Auditório da Paixão Fleury Curado do Espaço Cultural José Mendonça Teles do IHGG, 09 horas.

23/03/2016	Visita à residência do Professor Dalmo Teixeira para receber doações de livros e revistas de seu acervo para serem incorporados ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
28/03/2016	Visita do Produtor cultural Wanderley Dias.
30/03/2016	Visita dos artistas plásticos Patrícia Lobo e Henrique Manuel para estudos a fim de restaurar o painel Memória Goianiense do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
13/04/2016	Reunião Extraordinária dos associados e diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para tratar de assuntos de interesse da Instituição.
14/04/2016	Reunião com a Diretoria da Revista do IHGG, Sócia Titular da Instituição, Prof ^a . Lena Castello Branco Ferreira de Freitas para tratar de assuntos relativos a edição nº 26 da Revista.
14/04/2016	Visita ao Hospital Geral de Goiânia – Alberto Rassi para doação de cerca de 300 livros ao Projeto “Dose de Letras” do IDTEIH (Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano).
06/05/2016	Visita do casal Jaqueline Veloso e Anderson de Brito Rodrigues e seu filho Augusto Veloso de Brito Rodrigues ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
06/06/2016	Reunião do Ponto de Cultura Memória da Gente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em parceria com a Pastoral do Migrante e a Universidade Federal de Goiás para preparar o VI Seminário do Migrante (dia 17/06/2016) e Fórum Mundial das Migrações, nesse dia será o Pré-Fórum.

12/05/2016	Curso Tecendo Educação em Direitos Humanos na Educação da Paz. Módulo IV Gerenciamento do Estresse e da Síndrome de Burnout por meio das Práticas Integrativas Complementares. Facilitadora: Ana Cecília Coelho. Terapeutas convidados: Marta Franco e Cláudia Cintra do Renascer, Saúde: Genivalda, Denise, Cleide e Abadia do CEMAPE, entre outras. Responsáveis pela equipe SME – GERSAU / EPAZ / CEMAPE.
13/05/2016	Reunião entre as Instituições Culturais e o Deputado Federal, pré-candidato à Prefeitura de Goiânia, Giuseppe Vecci, para colher sugestões para a área cultural e ouvir considerações do público presente.
16/05/2016	Reunião com o Professor Doutor Pedro Célio para tratar da reconstrução do monumento ao Trabalhador na praça que leva o mesmo nome.
31/05/2016	Visita do escritor médico Waldemar Naves do Amaral ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para tratar de assuntos relativos ao IHGG e à literatura goiana.
31/05/2016	Vista da conselheira do CEVAM, Maria das Dores Dolly Soares, para entrega de Ofício nº 102/2016 de 30/05/2016, onde solicita cópia da última entrevista da Jornalista e Advogada Consuelo Nasser, que faz parte do acervo do jornalista Salvador Sidney Farina, doado ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
31/05/2016	Reunião do Presidente do IHGG Geraldo Coelho Vaz, com o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás Doutor Marconi Perillo, para tratar de assuntos de interesse do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, inclusive a solicitação constante no ofício 08/2016, entregue, em mãos, ao Senhor Governador, às 10h.
02/06/2016	Reunião de preparação para o VI Seminário do Dia do Migrante e Pré-Fórum Mundial das Migrações que acontecerá nos dias 16 e 17 de junho de 2016, às 14h. Ponto de Cultura Memória da Gente e parcerias.

07/06/2016	Visita à PUC – GO para divulgação do VI Seminário do Dia do Migrante e Pré-Fórum Mundial das Migrações.
16/06/2016	VI Seminário do Dia do Migrante e Pré-Fórum Mundial das Migrações, 16 e 17/06/2016. Tema: Migração e Direitos Humanos. Dia: 16/06/2016 às 09 horas no IHGG.
17/06/2016	VI Seminário do Migrante e Pré-Fórum Mundial das Migrações. Tema: Migração e Direitos da Mãe Natureza.
20/06/2016	Visita do associado do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, escritor, desembargador Itaney Francisco Campos, ocupante da cadeira nº 08, para fazer a doação de um computador ao IHGG, composto por: Kit micro Lenovo E 7313/4 GB/500 GBW 8.1 (10AU00)YBP) 1 A, monitor 19,5 LED LG (20 EN3355-MB) P. Reto, Scanner Epson Foto V370 perfection office 365 Personal 32/64 Bits QQ200108. Presença dos associados: Aidenor Aires, Elizabeth Caldeira Brito e do Presidente Geraldo Coelho Vaz.
23/06/2016	Reunião para tratar da retomada e atualização da execução do Projeto Escola Goiana: Identidade, Memória e Vida às 15 horas.
29/06/2016	Atuação do Ponto de Cultura Memória da Gente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás na Escola Municipal Vereador Carlos Eurico. Tema: Oficina Poética com 4 turmas do 6º ano da Escola, período matutino. Participação das escritoras Elizabeth Abreu Caldeira Brito e Rosy Cardoso. Compareceram cerca de 50 alunos distribuídos em duas turmas (salas), conforme a lista de assinaturas do Ponto de Cultura.
30/06/2016	Visita técnica de Memória e História do “Núcleo Livre” da UFG sob a coordenação da Prof ^á . Maurides Macedo da UFG, período matutino.

06/07/2016	Visita da presidente do Centro de Cultura da Região Centro – Oeste – CECULCO, escritora Sonia Ferreira ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para entrega de convite dos eventos comemorativos dos 38 anos da entidade, a se realizar nos dias 16 e 17 de julho, na cidade de Silvânia – GO.
20/07/2016	Visita ao Reitor da PUC – GO, prof. Dr. Wolmir Amado para comunicá-lo de sua posse como Sócio Titular da cadeira nº 13 do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. O IHGG se fez representar pelos associados, membros da Diretoria Presidente Geraldo Coelho Vaz; Vice-Presidente Dr. Hélio Moreira; Diretor de Arquivo, Antônio César Caldas Pinheiro e a Secretária Geral, Elizabeth Abreu Caldeira Brito, às 10 horas na sede da reitoria da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
31/08/2016	Visita ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás do ex-Senador e Ministro da República Iram Saraiva.
27/09/2016	Visita de Associados do IHGG à Instituição às 10 horas.
29/09/2016	Lançamento do livro” Enquanto os urubus nos rodeiam” de Remus e R. Romano, Editora Kelps organizado por Sandra Costa Prudente, às 19 horas, no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG.
04/10/2016	Solenidade de Posse na categoria de Sócio Titular do Professor Wolmir Therezio Amado, Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para a Cadeira nº 13, às 08h30.
08/11/2016	Lançamento do livro, do Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Dr. Nelson Figueiredo, “Passageiro da História: do Sertão ao Infinito. Vida e obra de Manuel Lopes de Carvalho Ramos”, no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado às 19h30. Uma atividade do Ponto de Cultura Memória da Gente do IHGG.

16/11/2016	Reunião com o Superintendente do Patrimônio Histórico e Artístico, Tânia Mendonça e do chefe do Núcleo de Obras e Recuperação do Patrimônio, Marcílio Lemos para tratar dos assuntos: Circuito Cultural e Rolos Compressores, às 10 horas.
16/11/2016	Reunião dos Senhores: Mário Roriz Soares Carvalho, Luiz Fernando Cruvinel N. Teixeira e Leo de Queiroz Barreto com o Presidente do IHGG, Geraldo Coelho Vaz para tratarem de assunto relacionado aos Rolos Compressores que compactaram Goiânia em seus primórdios, às 11 horas.
21/11/2016	Reunião do Presidente Geraldo Coelho Vaz com a restauradora Alba Tânia, para tratar da Restauração de obras de arte do acervo do IHGG.
21/11/2016	Reunião com o cinegrafista Antônio Eustáquio (Taquinho) para tratar da continuidade do Projeto Núcleo de Memória Viva do IHGG.
24/11/2016	Visita do Sócio Titular do IHGG, escritor Dr. Martiniano José da Silva quando fez entrega de sua mais recente publicação, “Teatro Experimental do negro em Goiás”, para a biblioteca Irmãos Oriente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
24/11/2016	Reunião com o chefe da Casa Civil, Dr. José Furtado, para tratar de assuntos relacionados ao convênio das instituições culturais goianas com o Governo do Estado de Goiás. Presenças de Geraldo Coelho Vaz (IHGG) e Maria Elizabeth Fleury (AFLAG), às 15 horas.
29/11/2016	Solenidade de Posse de Sócios Eméritos e Sócios Titulares.
30/11/2016	Visitas dos alunos de Pós-Graduação da UFG, alunos do Professor Anderson de Brito Rodrigues.
07/12/2016	Reunião Extraordinária com os associados do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, solicitado pelo Sócio Titular Prof ^o . Dr. Altair Sales Barbosa, Cadeira n ^o . 30, para apresentar Projeto de interesse do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

SÓCIOS DO IHGG

SÓCIOS DO IHGG

Presidente Perpétuo:
Colemar Natal e Silva

Presidente *ad vitam*:
José Mendonça Teles

Presidente de Honra:
Marconi Ferreira Perillo Júnior

Titulares

Cadeira nº 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira
Titular: UBIRAJARA GALLI

Cadeira n. 2

Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão
Titular: JUAREZ COSTA BARBOSA

Cadeira n. 3

Patrono: Francis Castenau
Titular: FRANCISCO ITAMI CAMPOS

Cadeira n. 4

Patrono: Guimarães Natal
Titular: EDUARDO JOSÉ REINATO

Cadeira n. 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy
Titular: JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

Cadeira n. 6

Patrono: Zoroastro Artiaga
Titular: RUY RODRIGUES DA SILVA

Cadeira n. 7

Patrono: Arlindo P. Cardoso
Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO

Cadeira n. 8

Patrono: Luís Antônio da Silva Souza
Titular: ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Cadeira n. 9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim
Titular: FRANCISCO LUDOVICO DE ALMEIDA NETO

Cadeira n. 10

Patrono: Gelmires Reis
Titular: MOEMA DE CASTRO E SILVA OLIVAL

Cadeira n. 11

Patrono: Honestino Guimarães
Titular: IURI RINCON GODINHO

Cadeira n. 12

Patrono: Capistrano de Abreu
Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO

Cadeira n. 13

Patrono: Pe. Luiz Palacin Gomes
Titular: WOLMIR THEREZIO AMADO

Cadeira n. 14

Patrono: Joaquim Bonifácio de Siqueira
Titular: ANTÔNIO TEIXEIRA NETO

Cadeira n. 15

Patrono: Emmanuel Pohl
Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO

Cadeira n. 16

Patrono: Auguste de Saint-Hilaire
Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

- Cadeira n. 17
Patrono: Raimundo José da Cunha Matos
Titular: JADIR MORAIS PESSOA
- Cadeira n. 18
Patrono: Couto de Magalhães
Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA
- Cadeira n. 19
Patrono: José Martins Pereira de Alencastre
Titular: HÉLIO MOREIRA
- Cadeira n. 20
Patrono: Luiz Gonzaga
Titular: AIDENOR AIRES
- Cadeira n. 21
Patrono: José Lobo
Titular: LUÍS ANTÔNIO ESTEVAM
- Cadeira n. 22
Patrono: Sebastião Pompeu de Pina
Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE MELO
- Cadeira n. 23
Patrono: Cispriano Tavares
Titular: MÁRIO RIBEIRO MARTINS
- Cadeira n. 24
Patrono: José Lopes Rodrigues
Titular: NEY TELES DE PAULA
- Cadeira n. 25
Patrono: Luiz do Couto
Titular: JOSÉ AMAURY MENEZES
- Cadeira n. 26
Patrono: Jarbas Jayme
Titular: JACIRA ROSA PIRES
- Cadeira n. 27
Patrono: Manoel Onofre Andrade
Titular: LEDONIAS FRANCO GARCIA
- Cadeira n. 28
Patrono: Bouyhan Helou
Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO
- Cadeira n. 29
Patrono: Salomão Vasconcelos
Titular: HELOÍSA SELMA FERNANDES CAPEL
- Cadeira n. 30
Patrono: Clifford Evans
Titular: ALTAIR SALES BARBOSA
- Cadeira n. 31
Patrono: Eurídice Natal e Silva
Titular: MARIA NARCISA DE ABREU CORDEIRO PIRES
- Cadeira n. 32
Patrono: José Peixoto da Silveira
Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA JÚNIOR
- Cadeira n. 33
Patrono: Antônio Americano do Brasil
Titular: ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA
- Cadeira n. 34
Patrono: Amália Hermano Teixeira
Titular: JOSÉ ÂNGELO RIZZO
- Cadeira n. 35
Patrono: Moisés Santana
Titular: MARIA TEREZINHA CAMPOS SANTANA
- Cadeira n. 36
Patrono: Ricardo Paranhos
Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL
- Cadeira n. 37
Patrono: Luís Cruls
Titular: HORIESTE GOMES
- Cadeira n. 38
Patrono: Henrique Silva
Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA
- Cadeira n. 39
Patrono: José Honorato da S. Silva
Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA
- Cadeira n. 40
Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira
Titular: ÁUREA CORDEIRO DE MENEZES

Cadeira n. 41
Patrono: Maria Barbosa Reis
Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO

Cadeira n. 42
Patrono: Ministro Jorge Latour
Titular: BIMÔNIO DA COSTA LIMA

Cadeira n. 43
Patrono: Cora Coralina
Titular: MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO

Cadeira n. 44
Patrono: Francisco Tosi Colombina
Titular: JOSÉ FERNANDES

Cadeira n. 45
Patrono: Cândido Mariano Rondon
Titular: HEITOR ROSA

Cadeira n. 46
Patrono: Manoel Aires Cabral
Titular: WALDOMIRO BARIANI ORTENCIO

Cadeira n. 47
Patrono: Regina Lacerda
Titular: ORLANDO FERREIRA DE CASTRO

Cadeira n. 48
Patrono: Rosarita Fleury
Titular: EURICO BARBOSA DOS SANTOS

Cadeira n. 49
Patrono: Joaquim Teotônio Segurado
Titular: ANA BRAGA

Cadeira n. 50
Patrono: Gerson de Castro
Titular: NOÉ FREIRE SANDES

SÓCIOS EMÉRITOS

Ático Vilas Boas
Cristovam Francisco do Castilho
Elder Camargo Passos
Geraldo Coelho Vaz
José Mendonça Teles
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Mari de Nazaré Baiochi
Maria Augusta Callado di Saloma Rodrigues
Maria Augusta Sant'Anna de Moraes
Maria Terezinha Campos Santana
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva
Ursulino Tavares Leão

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Humberto Crispim Borges

Gilberto Mendonça Teles

SÓCIOS CORRESPONDENTES (NACIONAL E DO ESTADO DE GOIÁS)

Adilson César
Ana Maria de Almeida Camargo
Andréa Luísa de Oliveira Teixeira
Antolinda Baía Borges

Antônio Oliveira Mello
Arno Wehling
Bráulio Nascimento
Bento Alves Araújo Jaime Fleury Curado

Carlos Gomes de Carvalho
Carlos Granado Vieira de Castro
Consuelo Pondé de Sena
Cybelle Moreira de Ipanema
Djalma Silva
Domingos Pacífico Castello Branco
Ferreira
Dulce Madalena Rios Pedroso
Edmar Camilo Cotrim
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Filadelfo Borges Lima
Gilson Silva
Gustavo Neiva Coelho
Hilda Agnes Hübner Flores
Iapery Soares de Araújo
Itapuan Bôtto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novis Gomes Monteiro
João Asmar
José Faria Nunes
Josemar Bezerra Raposo
José Otávio de Arruda Melo

José Luiz Bittencourt
Manoel Rodrigues Ferreira
Marlene Gomes Velasco
Maria Helena de Amorim Romacheli
Mauro da Costa Lima
Melquádes Pinto Paiva
Oswaldo Rodrigues `Póvoa
Paulo Nunes Batista
Padre Ronaldo Silva
Ramir Curado
Sonia Maria Ferreira
Stella Leonardos
Terezy Fleury Godoi
Umbelina Frota
Valdemes Ribeiro Menezes
Valdon Varjão
Vera Lopes Siqueira
Yasmin Jamil Nadaf
Yvan Avena
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar

SÓCIOS CORRESPONDENTES (INTERNACIONAL)

Esteban Alvarado Vera
Jaime Romanini Gainza
Manuel Velásquez Rojas

Maria Esther Robledo
Wellington Castillo Sánchez

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida
Armando Calheiros Acioli
Eliezer Penna
Goiana Vieira da Anunciação
Hélio Seixo de Brito Júnior
Jônathas Silva
Jorge de Moraes Jardim
Kleber Adorno
Leonardo Martins Normanha
Lourival Luza Júnior
Luiz José Bittencourt

Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota
Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos
Vilmar da Silva Rocha
Waldir Fernandes Madalena
Waldyr Eduardo Aidar
Walterdan Fernandes Madalena

GALERIA DE FOTOS



Escritor Geraldo Coelho Vaz, presidente do IHGG; Wolmir Therezio Amado, magnífico reitor da PUC Goiás; Dom Washington Cruz, arcebispo de Goiânia.



Bariani Ortencio; Beth Fleury, presidente da AFLAG; Raquel Teixeira, secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Esporte; Dom Washington Cruz, arcebispo de Goiânia; Geraldo Coelho Vaz, presidente do IHGG; Wolmir Therezio Amado, empossado; professora da PUC Goiás; Bento Fleury; Edival Lourenço, presidente da UBE.



Professora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, desembargador Ney Teles, Wolmir Therezio Amado, Aidenor Aires, Coelho Vaz (presidente do IHGG), professora Raquel Teixeira, escritora Beth Fleury, Dr. Hélio Moreira, Bariani Ortencio e Elizabeth Caldeira Brito.



Arquiteta Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires, desembargador Ney Teles, Jacira Rosa Pires, Wolmir Therezio Amado, Pedro Nolasco de Araújo, Maria Terezinha Campos, Geraldo Coelho Vaz, Raquel Teixeira, Aparecida Teixeira de Fátima Paraguassú, Eleuzenira Maria de Menezes, Beth Fleury, Antônio César Caldas Pinheiros e desembargador Itaney Francisco Campos



Professor Orlando Ferreira de Castro, Francisco Itami Campos e desembargador Rogério Arédio Ferreira, sócios do IHGG



Professor Horieste Gomes, professor Juarez Costa Barbosa, Bariani Ortencio e desembargador Ney Teles, sócios do IHGG



Iuri Rincon Godinho, professor Eguimar Felício Chaveiro, Aidenor Aires e Heitor Rosa, sócios do IHGG



Poetisa Isabel Dias Neves (Belinha), professora Ângela Jungmann, Nasr Chaul e Dr. Hélio Moreira, primeiro vice-presidente do IHGG



Escritores: Luíz de Aquino, Edival Lourenço, Martiniano José da Silva, Antônio Cesar Caldas, Ubirajara Galli, Maria do Rosário Cassimiro, Geraldo Coelho Vaz, Getúlio Targino, Aidenor Aires, Lêda Selma, Maria Augusta Sant'Anna, Ursulino Leão, Eurico Barbosa, desembargador Itaney Francisco Campos, Miguel Jorge e Kléber Adorno. Solenidade no Palácio das Esmeraldas



Aidenor Aires, desembargador Itaney Francisco Campos, Jalles Guedes Coelho Mendonça e Geraldo Coelho Vaz, sócios do IHGG



Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, a PRONTO EDITORA GRÁFICA/ KELPS, declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da PRONTO EDITORA GRÁFICA/ KELPS, no papel: Off-set 75g/m², composto nas fontes Minion Pro, corpos 8, 10 e 11,5 e Aller, corpo 18
Julho, 2016

A revisão final desta obra é de responsabilidade da instituição